PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

BALANÇOS GERAIS DA UNIÃO

EXERCÍCIO DE 1987

1º VOLUME

RELATÓRIO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

JOSÉ SARNEY

MINISTRO DA FAZENDA

MAILSON FERREIRA DA NÓBREGA

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

ANDREA SANDRO CALABI

SECRETÁRIO-ADJUNTO DO TESOURO NACIONAL

CINCINATO RODRIGUES DE CAMPOS

SECRETÁRIO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

DOMINGOS POUBEL DE CASTRO

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Secretário de Programação Financeira
PEDRO PULLEN PARENTE

Secretário de Informática
IÚ MARACAJÁ BRANQUINHO

Secretário de Haveres e Riscos do Tesouro Nacional
JOSÉ DE BARROS RIBAS NETO

Secretário de Controle Financeiro do Setor Público
ROBERTO MÁRIO PEROSA JUNIOR

Secretário de Normas e Orientação
ELOY CORAZZA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

BALANÇOS GERAIS DA UNIÃO

EXERCÍCIO DE 1987

1º VOLUME

RELATÓRIO

336.181
B 823d

ÍNDICE

Página

Página

Página

III- POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA E SETORES ECONÔMICOS DO GOVERNO

Página

APRESENTAÇÃO

O Balanço Geral de União, na sua plenitude, compõe-se de 3 (três) volumes.

O primeiro volume subdivide-se em cinco partes. A primeira parte descreve as notas explicativas em complementação às demonstrações contábeis. A segunda contém o relatório da execução do orçamento, complementada com análises e observações comportamentais da Administração Financeira Federal, conforme descrito no parágrafo 2o., do artigo 29, do Decreto-Lei 199/67, observados os artigos 101 a 110 da Lei 4.320/64. A terceira parte demonstra o desempenho da economia brasileira e a política econômica-financeira do governo em 1987. A quarta parte contempla um resumo das atividades administrativas da Secretaria do Tesouro Nacional. A última parte compreende os anexos representativos de demonstrações, quadros comparativos e de evolução de informações consideradas relevantes para os diversos usuários. O segundo volume contém os Balanços e Demonstrativos Contábeis da administração direta, e indireta de forma que as informações se apresentam a níveis de contas, órgão, e, ainda, a nível de consolidação. O terceiro volume contém a execução da Receita e Despesa do Tesouro Nacional nos diversos níveis, de forma a permitir a utilização de informações para a tomada de decisões.

As informações em outros níveis, não contidos nas demonstrações, encontram-se disponíveis nos terminais de acesso do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

LUIZ ANTÔNIO ANDRADE GONÇALVES

Secretário do Tesouro Nacional

PARTE I

1.Notas Explicativas

1.1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis que compõem o Balanço Geral da União foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei no.4.320, de 17 de março de 1964. Outras Demonstrações Contábeis julgadas relevante foram elaboradas e inseridas em função da necessidade de atender maior número de usuário da informação contábil. Em quaisquer casos, na elaboração das demonstrações contábeis, foram observados os seguintes aspectos:

1.1.1 - as demonstrações contábeis da administração direta são denominadas de "Gestão Tesouro Nacional";

1.1.2 - as demonstrações contábeis da administração indireta são denominadas de "Gestão Não Tesouro" ou mesmo através do nome do próprio órgão;

1.1.3 - as demonstrações contábeis consolidadas, reunindo as administrações direta e indireta, são denominadas de "Consolidado de todas as gestões"; e

1.1.4 - as demonstrações contábeis dos fundos dos recursos próprios da administração direta foram individualizados por órgão.

1.2 - Diretrizes Contábeis

1.2.1 - No exercício de 1987 ocorreu a implantação do Novo Plano de Contas da Administração Federal, aprovado pela Instrução Normativa no.23, de 23 de dezembro de 1986, da Secretaria do Tesouro Nacional. Mesmo ocorrendo modificações substanciais, em relação ao exercício de 1986, não prejudicou a comparabilidade dos dados entre o exercício encerrado, tendo em vista que foram mantidos os mesmos demonstrativos exigidos por lei.

1.2.2 - Na "Gestão Tesouro Nacional", o regime contábil de caixa foi utilizado no registro das operações de receitas e o de competência para as despesas, de acordo com o artigo 35, da Lei no. 4.320/64. Na administração indireta, gestão não Tesouro, foi utilizado o regime de competência para a receita e a despesa.

1.2.3 - O Balanço Patrimonial da União foi elaborado consolidando os balanços da administração direta e indireta. Desta forma os dados constantes do mesmo foram considerados e integrados como se apresentaram.

1.3 -Critérios de Avaliação do Ativo

1.3.1 - Os direitos de crédito em circulação foram avaliados pelo valor de realização. Na "Gestão Tesouro não foi utilizado o critério de exclusão de valores prescritos ou o da provisão para perdas prováveis.

1.3.2 - Os direitos relativos a Bens e Valores em circulação e os valores realizáveis a longo prazo foram avaliados pelo custo de aquisição. Na "Gestão Tesouro" não foi utilizado o critério de provisão para perdas prováveis.

1.3.3 - Os direitos classificados em investimentos em. participações societárias e outras foram avaliadas pelo custo de aquisição corrigido para a valorização em 31/12/87. Na "Gestão Tesouro" não foi utilizado o critério da provisão para perdas prováveis.

1.3.4 - Os direitos classificados no ativo imobilizado foram avaliados pelo custo de aquisição. Na "Gestão Tesouro" não foram utilizados os critérios da correção monetária, da depreciação, amortização ou da exaustão.

1.4 -Critérios de Avaliação do Passivo

1.4.1 - As obrigações classificadas, em depósitos foram avaliadas pelo valor atualizado de realização em 31/12/87. Na "Gestão Tesouro" não foi utilizados o critério de exclusão por prescrição.

1.4.2 - As obrigações classificadas em circulação foram avaliadas pelo valor atualizado em 31/12/87.

1.4.3 - As obrigações classificadas em empréstimo e financiamentos e em exigíveis a longo prazo foram avaliadas pelo valor atualizado em 31/12/87.

1.5 -Efeitos Inflacionários

Os efeitos inflacionários, em função da perda do poder aquisitivo da moeda, não foram reconhecidos na sua plenitude, tendo em vista a ausência de uniformidade na aplicação dos princípios da correção monetária e da prudência na "Gestão Tesouro".

1.5.1 - No Ativo permanente apenas os investimentos foram corrigidos ao valor das participações em 31.12.87.

1.5.2 - Não foram corrigidos os bens imóveis e os móveis.

1.5.3 - Da mesma forma não houve correção monetária do Patrimônio Liquido.

1.6 -Mudanças de Critérios Contábeis

Em busca do resultado de gestão foram implantados alguns registros obrigatórios não utilizados nos exercícios anteriores:

1.6.1 - Registros dos direitos a receber relativos aos restos a pagar inscritos no exercício;

1.6.2 - Registro dos recursos diferidos a conceder em cada unidade concedente;

1.6.3 - Registro da Dívida Ativa da União pelo valor corrigido para 31.12.87, com base na OTN;

1.6.4 - Registros dos avais e riscos do Tesouro Nacional atualizados até 31.12.87;

1.7 -Taxa de Conversão de Moeda

Os demonstrativos contábeis de moeda estrangeira foram convertidas para a moeda nacional da seguinte forma:

1.7.1 - As demonstrações orçamentárias e financeiras apresentam-se convertidas a taxa orçamentária no; valor de Cz$ 13,84;

1.7.2 - As demonstrações patrimoniais foram convertidas a taxa de dólar de 31.12.87, de Cz$ 72,251.

1.8 -Disposição da Receita e despesa

Na demonstração da receita e da despesa por unidade da federação e por região foram utilizados os seguintes critérios:

1.8.1 - A identificação da receita local ou regional ocorreu com base no DARF - Documento de Arrecadação das Receitas Federais, através dos reconhecimentos locais;

1.8.2 - A identificação da despesa local ou regional ocorreu através de cada credor dos empenhos emitidos.

1.9 -Ajustes de Exercícios Anteriores

As anulações de valores que afetaram indevidamente o resultado de exercícios anteriores foram registradas durante o exercício de 1987 com ajustes do patrimônio/capital.

1.10 -Balanços Parciais

Na Composição do Balanço Geral da União apenas a Caixa Econômica Federal - CEF teve o seu balanço parcialmente consolidado tendo em vista o não cumprimento do prazo estabelecido para entrega do balancete do mês de dezembro/87, considerado apenas movimento acumulado até novembro, na consolidação.

1.11- Restos a Pagar

1.11.1- Os restos a pagar representam os saldos dos empenhos considerados despesas não liquidados no exercício de 1987, e também as obrigações reconhecidas e não pagas até 31/12/87. Os restos a pagar dividem-se da seguinte forma:

a) - Restos a Pagar processados - se referem as despesas realizadas e ainda não pagas;

b) - Restos a Pagar não processados - se referem as despesas registradas, independente de sua realização, relativas aos saldos dos empenhos,

1.11.2- Os restos a pagar do Senado Federal e da Câmera dos Deputados foram considerados como processados por se tratarem de órgãos não integrantes do Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAFI e ainda a indisponibilidade da indicação de seus empenhos.

1.11.3- Considera-se restos a pagar processados as obrigações a pagar em 31/12/87.

1.12- Déficit do Tesouro Nacional

O resultado da gestão do Tesouro Nacional redundou em Déficit no execício, basicamente em virtude das seguintes atualizações:

1.12.1- Registro das variações da dívida interna da União em virtude dos juros e correção monetária ocorridos durante o exercício;

1.12.2- Registro das variações e atualização da dívida externa da União em virtude dos juros e correção monetária ocorridos durante o exercício;

1.12.3- Registro das obrigações do Tesouro Nacional relativas aos valores a serem restituídos aos contribuintes do Imposto de Renda, corrigidos com base na OTN de 31/12/87;

1.12.4- Ausência de registro da correção monetária e da atualização dos valores do ativo imobilizado.

1.13- Outras Complementações

Nas demonstrações analíticas da execução da despesa os valores descritos como empenhados são também considerados realizados.

1.13.1- Nos demonstrativos de execução de despesa, na coluna de disponibilidade, o total do elemento de despesa 4.1.3.0.00, diferencia-se dos desdobramentos desse elemento.

PARTE II

1.Orçamento Autorizado

O Orçamento do exercício financeiro de 1987 teve seus valores consignados pela Lei n.7.544, de 3.12.86, que estimou a Receita em Cz$ 556.653.000.000,00 e fixou a Despesa em igual valor para as entidades da administração direta, dentro do princípio do equilíbrio orçamentário.

Na mesma Lei ficou consignada a quantia de Cz$ 35.192.000.000,00 para as entidades da administração indireta e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, excluídas as transferências do Tesouro Nacional.

Do montante de Cz$ 591.845.000.000,00, a receita de Cz$ 556.653.000.000,00 foi estimada com base nas fontes de recursos da arrecadação do Tesouro Nacional e a receita correspondente a Cz$ 35.192.000.000,00 com base em outras fontes.

1.1.Créditos Suplementares Abertos.

Mediante autorização da própria Lei do Orçamento para 1987 (no.7.544, de 3.12.86), ficou o Poder Executivo habilitado a abrir créditos suplementares para cumprir a execução orçamentária do exercício.

Os créditos suplementares do período foram abertos com utilização das contrapartidas autorizadas pela mencionada Lei de Meios (no.7.544, de 3.12.86), assim especificadas:

- Aproveitamento da Reserva de Contingência;
- Anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em Lei;
- Operações de créditos;

- Suplementação Automática dos recursos classificados como "Recursos Diretamente Arrecadados".

Também ficou autorizado o Poder Executivo a suplementar as transferências a estados, Distrito Federal, territórios e municípios, tendo como fonte para abertura a definida no parágrafo 3o. do artigo 43 da Lei no.4.320/64, nos casos em que está determinada a entrega, de forma automática, dos recursos decorrentes do efetivo excesso de arrecadação, independentemente da abertura por decretos. Os créditos abertos no exercício, sob essa autorização, atingiram a cifra de Cz$ 187.801.738.000,00.

Para alcançar o valor necessário ao cumprimento da execução orçamentária atribuída no exercício, o Poder Executivo utilizou como suporte para abertura de crédito a autorização outorgada pelas Leis nos.7.602, 7.616 e 7.634, respectivamente de 19.5.87, 4.9.87 e 3.12.87, nos limites estabelecidos em cada uma delas, a saber: Cz$ 380.393.034.000,00, Cz$ 319.562.900.000,00 e Cz$ 105.000.000.000,00.

O montante líquido suplementado atingiu a cifra de Cz$ 1.140.095.448.000,00, resultante das seguintes mutações:

+ Abertura de Créditos Suplementares	1.159.788.165.000,00
+ Abertura de Créditos Especiais	65.733.331.000,00
- Cancelamento de dotação	85.426.048.000,00
	1.140.095.448.000,00

No bojo das suplementações, está compreendida a parcela de Cz$ 8.193.000,00, relativa ao remanejamento promovido pela Secretaria de Orçamento e Finanças da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, a título de crédito suplementar compensatório, apresentado nos demonstrativos como acréscimo e cancelamento de igual valor.

A representação expressiva da suplementação de Cz$ 1.140.095.448.000,00 sobre a dotação inicialmente fixada (Cz$ 556.653.000.000,00) atenua-se na consideração de que a proposta orçamentária do exercício foi elaborada à luz do Plano Cruzado, com a meta auspiciosa de inflação zero, depreendida da mensagem de sua apresentação ao Congresso Nacional.

A variação de 204,81% da suplementação líquida anual promovida ficou aquém do índice inflacionário médio do exercício (217,8%).

1.2.Créditos Especiais Abertos

Os créditos especiais autorizados por leis específicas e abertos por decretos do Poder Executivo alcançaram o montante de Cz$ 65.733.331.000,00.

Do valor aberto no exercício, a parcela de Cz$ 4.966.323.000,00 foi movimentada a título de reabertura de saldos disponíveis em 31.12.86, proveniente de créditos especiais abertos no último quadrimestre daquele exercício.

Os órgãos contemplados com créditos adicionais nesta modalidade são os seguintes:

PODER JUDICIÁRIO

Justiça do Trabalho

Lei no.7.616, de 4.9.87.

Decreto no.95.439, de 10.12.87.

Desapropriação de imóvel para

ampliação do T.R.T. em Porto Alegre-RS 2.100.000,00

Justiça Federal de 1a. Instância

Lei no.7.579, de 23.12.86

Decreto no.93.979, de 27.1.87.

Construção do edifício sede da

Justiça Federal no Maranhão 3.800.000,00

PODER EXECUTIVO

Gabinete da Presidência da República

Lei no.7.602, de 19.5.87.

Decreto no.94.580 de 9.7.87.

Apoio às ações de integração

da pessoa portadora de deficiência 15.000.000,00

Serviço Nacional de Informa,ões

Lei no.7.616, de 4.9.87.

Decreto no.94.962, de 24.9.87.

Aquisição de bens imóveis 6.000.000,00

Secretaria de Planejamento da

Presidência da República

E.G.U. Recursos sob supervisão

da Secretaria de Planejamento-PR.

a) Decreto-Lei no.2.315, de 23.12.86.

Decreto no.93.919, de 13.1.87.

Encargos decorrentes da aplicação

do Decreto-Lei no.2310/86 4.945.149.000,00

b) Lei no.7.602, de 19.5.87.
Decreto no.94.427, de 10.6.87.
Reembolso da Petrobrás pelo
fornecimento de óleo combustível
à Eletrobrás 7.000.000.000,00

c) Lei no.7.602, de 19.5.87.
Decreto no. 94.405, de 5.6.87
Indenização a municípios
do Estado do Rio de Janeiro-Lei
Complementar no.20.74 580.400.000,00

d) Lei no.7.602, de 19.5.87.
Decreto no.94.646, de 14.7.87.
Reembolso a Furnas Centrais
Elétricas S.A. - gastos com
Angra I, II e III 10.000.000.000,00

e) Lei no.7.616, de 4.9.87.
Decreto no.94.949, de 24.9.87.
Reembolso a Furnas Centrais
Elétricas S.A. - gastos com
Angra I, II e III 25.800.000.000,00

48.325.549.000,00

Transferências a estados, Distrito
Federal e municípios-G.D.F.-
Recursos sob supervisão da
Secretaria de Planejamento-PR

a) Lei no.7.602, de 19.5.87.

Decreto no.95.018, de 6.10.87.

Reforma do Hospital de Base

do Distrito Federal 110.000.000,00

b) Lei no.7.616, de 4.9.87.

Decreto no.95.452, de 10.12.87.

Reforma do Hospital de Base

do Distrito Federal 50.000.000,00

160.000.000,00

48.485.549.000,00

Secretaria de Administração Pública

-Lei no.7.602, de 19.5.87.

-Decreto no.94.460, de 16.6.87

-Conclusão do Anexo ao Ministério

das Relações Exteriores 75.000.000,00

Ministério da Educação

a) Lei no.7.572, de 23.12.86

Decreto no.94.038, de 18.2.87.

Projetos a cargo de diversas

Universidades e centros técnicos 7.374.000,00

b) Lei no.7.555, de 18.12.86

Decreto no.94.268, de 23.4.87.

Projetos a cargo das Universidades

de Minas Gerais e Rio Grande do Sul 10.000.000,00

Ministério da Fazenda

E.F.U-Recursos sob supervisão

do Ministério da Fazenda

a) Lei no.7.602, de 19.5.87.

Decreto no.94.452, de 16.6.87.

Ressarcimento de ICM da carne bovina

aos estados e ao Distrito Federal,

1986 e 1987. 1.307.500.000,00

b) Lei no.7.602, de 19.5.87.

Decreto no.94.912, de 18.9.87.

Ressarcimento aos estados pela

isenção do ICM sobre a carne

bovina. 751.500.000,00

2.059.000.000,00

Ministério da Indústria e do Comércio

Lei 7602, de 19.5.87.

Decreto no.94.950, de 24.9.87.

Contribuição ao fundo de defesa

da economia cafeeira 13.500.000.000,00

Ministério do Interior

Lei no.7.616, de 4.9.87.

Decreto no.95.114, de 3.11.87

Participação da União

no capital do Banco da Amazônia

S.A. e do Banco do Nordeste do Brasil S.A. 1.510.000.000,00

Ministério da Justiça

Lei no.7.602, de 19.5.87.

Decreto no.94.636, de 14.7.87.

Construção, instalação
e aquisição de unidades
regionais do DPF e reformas,
instalações e reequipamento do CADE. 59.508.000,00

Total 65.733.331.000,00

1.3.Créditos Especiais Autorizados no Último Quadrimestre de 1987.

São disponíveis para reabertura no exercício financeiro de 1988 os saldos dos créditos especiais autorizados e abertos no ultimo quadrimestre de 1987 e considerados ainda pendentes de aplicação no encerramento do exercício, com distribuição no seguinte órgão de abertura:

PODER EXECUTIVO

Serviço Nacional de Informações

Lei no.7.616, de 4.9.87

Decreto no.94.962, de 24.9.87.

Crédito Autorizado	6.000.000,00	
Despesa Realizada		
Saldo disponível		6.000.000,00

2.Balanço Orçamentário.

O Balanço Orçamentário terá apresentação a seguir desdobrada nos aspectos principais de sua composição: a execução orçamentária da receita e da despesa, previsão e realização, bem como a indicação dos dados evolutivos desses componentes.

2.1.EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Para a realização da receita da União foi utilizada a via bancária, de acordo com a disposição constante do artigo 74 do Decreto-Lei no.200, de 25.2.67.

A receita orçamentária do exercício de 1987 alcançou a soma de Cz$ 1.692.405,9 milhões, traduzindo um acréscimo nominal de 200.69% sobre o produto arrecadado no exercicio anterior. Em termos reais, considerada a inflação média do exercício calculada pelo índice oficial de 217,8%, registra-se uma variação negativa de 3,86%.

A arrecadação obtida no exercicio suplementou a previsão inicial em 204,03%.

Além do crescimento expansionista da arrecadação obtida em consequência da inflação acelerada do exercicio, não houve fator determinante no desempenho da receita.

Os principais aspectos da execução da receita são objeto de comentários a seguir.

A receita orçamentária da União se classifica em duas categorias econômicas distintas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

As receitas correntes participaram com 69,81% sobre o total dos ingressos orçamentários, cabendo às receitas de capital a complementação de 30,19% da receita do exercício.

Em termos comparativos de realização, as receitas correntes superaram em 186,16% a estimativa prevista, enquanto as receitas de capital atingiram o índice percentual expressivo de 255,34% de realização sobre a previsão.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

RECEITA	REALIZAÇÃO	PARTICIPAÇÃO
Receitas Correntes	286,16%	69,81%
Receitas de Capital	355,34%	30,19%
Receita Orçamentária	304,03%	100,00%

2.1.1.Desempenho da Receita Tributária

A receita tributária se apresenta como a principal fonte de recursos na composição dos ingressos do Tesouro, tendo atingido a cifra de Cz$ 866.787,9 milhões no exercício de 1987, participando com 51,21% da receita total da União e com 73,36% sobre o seu grupo de receitas correntes.

Em termos reais, a evolução dessa receita decresceu 6,70% no exercício, contra 18,08% positivos alcançados no ano anterior.

2.1.1.1.Impostos

Os impostos arrecadados no exercício somaram Cz$ 857.714,9 milhões, constituindo-se em 98,95% da receita tributária, cabendo às taxas arrecadadas no valor de Cz$ 9.073 milhões a representação de 1.05% desse grupo.

A arrecadação de impostos na quantia de Cz$ 857.714,9 milhões durante o exercício de 1987 resultou numa implementação de 196,91% sobre o ano anterior e numa variação real negativa de 6,57%.

2.1.1.1.1.Imposto sobre a Renda

O produto líquido da arrecadação do Imposto de Renda no período atingiu o total de CzS 397.875 milhões, num acréscimo nominal de 166,95% sobre o ano anterior, o que resulta no decréscimo de 16,00% em termos reais durante o exercício.

O Imposto de Renda observou o seguinte comportamento:

IMPOSTO DE RENDA - ARRECADAÇÃO, COMPOSIÇÃO E VARIAÇÕES 1987.

CzS 1.000.000,00

RECEITA	ARRECADAÇÃO 1987	PARTICIPAÇÃO 1987	PARTICIPAÇÃO 1986	VARIAÇÃO REAL %
Pessoas Fisicas	34.769.484	8.74	3.96	75,89
Pessoas Juridicas	118.171.195	29.70	29.37	-15,05
Retido na Fonte	244.912.960	61,56	66.67	-22,45
Total	397.853.639	100.00	100.00	-16,00

Portadora de crescente composição do grupo, a arrecadação do Imposto de Renda, pessoa fisica, deve seu crescimento ao imposto apurado na declaração apresentada nesse ano, sobre os rendimentos auferidos em 1986, que correspondeu a 78% do arrecadado no exercício.

Contribuíram também para a arrecadação expressiva desse imposto os seguintes fatores:

- aumento dos salários e das rendas acima da inflação, durante 1986, decorrente da implantação do Plano Cruzado; e
- o reduzido número de optantes pelo benefício de compensação de até 70 OTN do saldo de sua restituição do período base de 1985, no imposto a pagar do corrente ano.

O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) teve a sua atuação prejudicada pelas arrecadações oriundas de retenções sobre rendimentos do capital e remessas ao Exterior (-58% e - 41,52 respectivamente), em função da grande concentração de negociações no curto prazo, lastreadas em LBC (isentas de tributação) e de um volume de remessas em 1987 inferior ao praticado em 1986. A arrecadação proveniente dos rendimentos do trabalho contribuiu para refrear esse comportamento, com variação real de 21,06% decorrente do reajuste aplicado à tabela de retenção na fonte em 1987 (170,3%) inferior à correção salarial no ano.

Coube assim ao Imposto de Renda na Fonte a variação no exercício em 16,00% negativos.

2.1.1.1.2.Imposto sobre Produtos Industrializados

Os ingressos obtidos através de IPI somaram Cz$ 268.475,8 milhões, numa participação de 15,86% sobre a receita total do exercício, representando um aumento nominal de 255,16% e uma variação real positiva de 11,75% sobre o ano anterior.

Para a representação expressiva do IPI no exercício, em muito contribuiu o bom desempenho do IPI-Fumo, com o créscimento nominal de 283,62% alcançado no período, e uma variação real positiva de 20,71%, contra 17,05% obtida no ano anterior.

Esse desempenho expansionista do IPI-Fumo decorreu dos reajustes de 459,73% nos preços e em 14% no valor tributável médio dos cigarros no período gerador da arrecadação de 1987, bem como da antecipação para dezembro, da arrecadação de uma parcela que seria devida em janeiro/88.

PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS-ARRECADAÇÃO, COMPOSIÇÃO E VARIAÇÕES.
1987

(Cz$ 1.000.000)

RECEITA	ARRECADAÇÃO	PARTICIPAÇÃO		VARIAÇÃO REAL %	
	1987	1987	1986	1987	1986
IPI-Fumo	71.727,9	26.72	24,73	20.71	17.05
IPI-Outros	196.747,9	73,28	75.27	- 8.81	46.38
Total	268.475,8	100.00	100.00	11.75	37.83

Para a arrecadação do IPI-Outros em muito contribuiu a incidência do imposto sobre veículos e bebidas, produtos cujas alíquotas foram sucessivamente alteradas desde a edição do Plano Cruzado II em novembro de 1986. Àquela época, tais aliquotas foram majoradas com o objetivo de conter o excesso de demanda resultante do Plano Cruzado I. A partir de abril/87 essas alíquotas vêem sendo reduzidas, gradativamente. A redução das alíquotas de 130% para 100% sobre as cervejas e chopes (Decreto no.95.159, de 6.11.87) refletiu-se sobre a arrecadação do mês de dezembro, com influência no comportamento anual da arrecadação desse imposto.

2.1.1.1.3.Imposto sobre Operações Financeiras

O imposto arrecadado sobre Operações Financeiras somou Cz$ 63.462,9 milhões, que, comparados aos Cz$ 23.346,9 milhões de 1986, resultam numa variação nominal de 171,82% durante o exercício.

A arrecadação do Imposto Sobre Operações Financeiras representou 3,74% sobre a arrecadação total do Tesouro Nacional e superou em 170% sua previsão.

2.1.1.1.4. Imposto sobre o Comércio Exterior

A arrecadação desse tributo seguiu o desempenho negativo observado no ano anterior, quando apresentou uma queda de 2,11%, tendo oferecido no exercício de 1987 o desempenho negativo de 17,03%.

Esse tributo ofereceu Cz$ 48.111,3 milhões de ingressos nos cofres do Tesouro Nacional, onde o imposto sobre a importação concorreu com Cz$ 44.448,8 milhões, com movimento real negativo de 8,36% no período.

Os expressivos volumes de negócios concretizados em 1986 tiveram reflexo na avaliação do desempenho de 1987.

A variação nominal de 138,74% apresentada no período pelo imposto sobre a exportação, e o movimento real negativo na representação de 24,87% sobre o ano anterior refletem a menor quantidade de mercadorias exportadas sujeitas ao pagamento do tributo. Com o advento do Decreto-Lei no.2.295, de 21/11/86, as exportações do café ficaram isentas do imposto, voltando a incidir sobre elas a Cota de Contribuição, constituindo receita vinculada ao Imposto Brasileiro do Café incorporada no item Demais Receitas.

IMPOSTO SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR-ARRECADAÇÃO COMPOSIÇÃO E VARIAÇÃO
1987

(Cz$ 1.000.000)

RECEITA	ARRECADAÇÃO	PARTICIPAÇÃO		VARIAÇÃO REAL %	
	1987	1987	1986	1987	1986
Imposto de Importação	44.448,8	92,39	91,59	-8,36	40,51
Imposto de EXportação	3.662,5	7.61	8,41	-24,87	-77.26
TOTAL	48.111,3	100.00	100.00	-17,03	-2.11

2.1.1.1.5.Imposto Sobre Serviços de Comunicações

O Imposto Sobre Serviços de Comunicações contribuiu com Cz$ 14.642,5 milhões para a composição final da receita e apresentou um crescimento nominal de 192,53%, expressando uma diminuição de 7.95% sobre 1986.

2.1.1.1.6.Impostos Especiais

Com a variação nominal de 286,01% e aumento real de 21,46% sobre o ano anterior, a arrecadação destes impostos conduziu para os cofres do Tesouro Nacional a quantia de Cz$ 56.448,6 milhões, na proporção de 0,33% sobre a arrecadação total do exercício.

Entre esses impostos, merece citação especial o Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis, que participou na formação do grupo com Cz$ 26.273,1 milhões na proporção de 46,54%, apresentando um aumento real de 131,43% em relação ao período anterior.

Esse expressivo aumento decorreu da mudança na sistemática de cálculo do imposto. A partir do mês de janeiro de 1987, a arrecadação reflete o imposto calculado sobre o valor de venda ao consumidor, influenciada pela variação dos preços dos derivados, enquanto pela sistemática anterior a arrecadação acompanhava a variação da ORTN que determinava a base do cálculo do imposto.

Também teve participação marcante na formação deste grupo o Imposto Único sobre Energia Elétrica que contribuiu com Cz$ 19.465,7 milhões de ingressos e expressou a variação anual negativa de 22,09%.

A arrecadação retraída desse imposto foi motivada, entre outros fatores, pelo reajustamento das tarifas em índices inferiores aos da inflação em cerca de 15%.

O Imposto Único sobre Minerais, também integrante dos impostos especiais, foi responsável pelo angariamento de receita na cifra de Cz$ 7.593,3 milhões, numa variação nominal de 135,26% e uma diminuição de 25,97% em relação a 1986.

2.1.1.2.Taxas

As Taxas se apresentam em dois grandes grupos: Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e Taxas pela Prestação de Serviços.

Estas últimas contribuíram com a arrecadação de Cz$ 7.931,8 milhões na formação do grupo de taxas, que apresentou o ingresso total de Cz$ 9.073,0 milhões no universo da receita arrecadada.

2.1.2.Receita de Contribuições

A arrecadação de receita de Contribuições respondeu pelo ingresso de Cz$ 166.154,3 milhões, representativos de 10,18% da receita orçamentária e o decréscimo anual de 7,72%, sobre 1986.

A receita de Contribuições se apresenta em dois desdobramentos: Contribuições Sociais e Contribuições Econômicas. As primeiras apresentaram Cz$ 104.729,9 milhões arrecadados, superando a previsão em 150.02%, respondendo por 63,03% do total do grupo de contribuições.

Dentre as Contribuições Sociais aparecem com destaque as contribuições para o fundo de investimento social FINSOCIAL, portador de 70,98% na formação dessas contribuições e a contribuição do salário-educação na importância de Cz$ 26.096,8 milhões e a participação de 24,91% na rubrica.

As receitas de Contribuições Econômicas correspondem a 36,97% do grupo de contribuições e apresentaram o ingresso de Cz$ 61.424,4 milhões, cabendo expressão maior para a contribuição para o Programa de Integração Nacional-PIN (Cz$ 16.420,5 milhões), para a contribuição para o Programa da Redistribuição de Terras-PROTERRA (Cz$ 10.959,6 milhões) e para as Cotas de Contribuição sobre a Exportação com a arrecadação de Cz$ 15.909,7 milhões.

As Receitas de Capital tiveram o encargo de complementar os ingressos globais do Tesouro Nacional, com a participação de 30,18% sobre a arrecadação total, contribuindo com Cz$ 510.897,8 milhões, num acrescimo nominal de 167,91% e variação negativa de 15,69%, embora tenha superado a previsão inicial em 255,34%.

Os empréstimos tomados mediante operações de crédito foram responsáveis pela entrada de recursos no montante de Cz$ 483.088,6 milhões e a participação ativa de 94,55% do grupo.

Desse endividamento assumido durante o exercício, 78,74% estão relacionados com lançamento de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional para suprimento de caixa.

De obrigações internas assumidas no período, está registrado o ingresso de Cz$ 944,4 milhões, correspondentes a Operações de Crédito Internas, em moedas e em bens e serviços.

Os financiamentos de programas por organismos internacionais propiciaram ao Tesouro angariar recursos externos em moedas e em bens e serviços no total de Cz$ 101.712,2 milhões, equivalentes a 0,06% dos ingressos do Tesouro e 19,90% das receitas de capital.

Integra também a arrecadação de receitas desse grupo a captação de recursos financeiros mediante a Alienação de Títulos Mobiliários, na contribuição de Cz$ 26.166,02 milhões na representação de 5,12% da rubrica. Refere-se esse ingresso ao trânsito pela conta do Tesouro Nacional do registro da cessão de um lote de ações da Telebrás e Eletrobrás repassado pela União ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico-FND, a fim de viabilizar o processo de saneamento siderúrgio junto à Siderúrgica Brasileira S.A. - SIDERBRÁS, no valor de Cz$ 30,0 biliões, numa operação em que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico-BNDES ficou comprometido a financiar os restantes (cerca de Cz$ 3.835 biliões), com recursos de outras fontes.

Na listagem consolidada da receita arrecadada do Tesouro Nacional, exercício de 1987, identificam-se arrecadações com inexistência de previsão orçamentária da receita. Deriva tal fato de arrecadação de tributos já extintos e que os contribuintes espontaneamente liquidaram seus débitos cadastrados nos códigos originais da receita, e, ainda, da arrecadação de tributos de autorização legal depois de concluída a proposta orçamentária do exercício.

Para apreciação e comentários da receita, foram considerados como fonte o relatório da Execução da Receita por Natureza, fls. 9 a 13 do 3o.volume e a "Análise Mensal das Receitas Federais" da Secretaria da Receita Federal.

SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-EXERCÍCIO DE 1987

(CzS 1.000.000)

CATEGORIA ECONÔMICA	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	%
I - RECEITA	556.653	1.692.406	304,03
Receitas Correntes	412.876	1.181.508	286,16
Receitas de Capital	143.777	510.898	355,34
II- DESPESA	556.653	1.615.099	290,14
Despesas Correntes	398.997	1.076.785	269,87
Despesas de Capital	149.656	538.314	359,69
Reserva de Contingência*	8.000		
III-SUPERAVIT		77.307	

* A classificação tem sua realização distribuida em despesas correntes e de capital.

Os valores projetados na síntese da execução orcamentária do exercicio indicam que as Receitas Correntes arrecadadas superaram em CzS 104.723 milhões às despesas de custeio efetivadas no período, enquanto que os dispêndios de capital foram superiores em CzS 27.416 milhões ao produto obtido nas Receitas de Capital.

2.1.3. Incentivos Fiscais

Os incentivos fiscais deduzidos do Imposto de Renda de pessoa jurídica, ao amparo do Decreto-Lei no.1.376, de 12.12.74, tiveram em 1987 o seguinte desempenho.

		(Cz$ 1.000.000)
FINOR		15.038.000
FINAM		9.424.452
FISET:		
Pesca	6.000	
Turismo	308.845	
Reflorestamento	4.476.552	4.791.397
FUNRES		428.000
EMBRAER		492.553
EDUCAR		1.755.906
FUNDO DE PROM. CULTURAL		60.300
TOTAL		31.990.608

Os programas especiais PIN e PROTERRA contribuíram no exercício com recursos para os seguintes fundos:

RECURSOS DO PIN		
FINOR/BNB	7.532.207.	
FINAM/BASA.	5.095.549.	
OUTROS/BNB	2.153.307.	14.781.063
RECURSOS DO PROTERRA		
FINOR/BNB	5.028.351	
FINAM/BASA	3.402.289.	
OUTROS/BNB	716.614.	
OUTROS/BASA	716.615	9.863.869
		24.644.932

Fonte: SEFIN/STN

2.1.4.Imposto Territorial Rural - ITR

Com o advento do Decreto-Lei no.2.363, de 21.10.87, ficou transferida ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário-MIRAD, a competência para gerir o Imposto Territorial Rural, cuja administração coubera até então ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, órgão extinto pelo referido dispositivo legal.

O montante arrecadado, desse imposto, até o segundo decênio do mês de dezembro, atingiu a cifra de Cz$ 1.076.853.907,78, numa variação real de 10,49% sobre a obtida no exercício de 1986.

Para a arrecadação deste tributo concorreram as seguintes unidades federativas, beneficiárias na distribuição a seus municípios, em idêntica proporção de recolhimento:

Acre	6.127.955,92
Alagoas	8.395.515.64
Amazonas	8.092.648,70
Amapá	3.942.983,27
Bahia	58.695.514,50
Ceará	14.140.379,97
Distrito Federal	2.080.697,00
Espírito Santo	15.094.013,79
Goiás	72.686.963,01
Maranhão	19.715.567,35
Minas Gerais	118.010.376,44
Mato Grosso do Sul	43.905.610,10
Mato Grosso	105.499.507,01
Pará	56.305.608,71
Paraíba	8.941.688,40
Pernambuco	15.611.473,18
Piauí	21.300.713,83
Paraná	102.159.595,94
Rio de Janeiro	17.738.840,68
Rio Grande do Norte	9.619.156,37
Rondônia	8.853.254,61
Roraima	1.195.753,83
Rio Grande do Sul	104.491.103,79
Santa Catarina	35.759.138,56
Sergipe	6.090.891,86
São Paulo	212.398.955,32
Total	1.076.853.907,78

Fonte: MIRAD.

2.1.5. Recursos administrados pela Caixa Econômica Federal.

2.1.5.1. FAS-Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social

Os recursos necessários ao desempenho do FAS-Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social são oriundos, em sua maioria, dos rendimentos das loterias, cabendo sua administração à Caixa Econômica Federal.

Foram convertidos em receita desse fundo Cz$ 9.578 milhões da Loto e Cz$ 436 milhões da Loteria Federal.

De natureza tipicamente social, as reservas do FAS foram destinadas ao desenvolvimento de projetos voltados para a educação, saúde, habitação, justiça e desenvolvimento urbano, alcançando os seguintes benefícios:

- construção de 24.999 salas de aula, gerando novas matrículas;
- construção de 4.397 enfermarias com 40.634 leitos;
- financiamentos de imóveis na para sede de sindicatos de trabalhadores, na área total de 283.574 m2;
- construção de penitenciárias e delegacias com capacidade para 8.804 presos e aquisição de 9.148 veículos e equipamentos de comunicação para órgãos de segurança pública.

Além disso, foi possível a construção de 1.268.903 metros de vias e meios-fios, 2.235.142 metros de rede de esgotos e abastecimento dágua, 1.352 equipamentos para coleta e tratamento de lixo e 2.450 m2 de lavanderias públicas.

2.1.5.2. FGTS-Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

O ingresso de recursos nas contas dos trabalhadores, vinculadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, alcançou, em 1987, a parcela de Cz$ 120.3 bilhões.

A esta arrecadação, acrescente-se ainda a cifra de Cz$ 26 bilhões do rendimento auferido pelos financiamentos concedidos, totalizando Cz$ 146.3 bilhões, administrados pela Caixa Econômica Federal em favor do Sistema Financeiro da Habitação.

Deduzidos Cz$ 78.1 bilhões correspondentes aos dispêndios por saques durante o exercício, restaram Cz$ 68.2 bilhões de arrecadação líquida, sendo destinados Cz$ 55.4 bilhões para reaplicação nos programas inerentes ao fundo e Cz$ 12,8 bilhões para formação de reservas e inversão com outros programas sociais geridos pela Caixa Econômica Federal.

2.1.5.3.Loterias.

2.1.5.3.1. Loto.

A arrecadação de receita oriunda de prêmios da Loto propiciou o ingresso de Cz$ 31.927 milhões junto à Caixa Econômica Federal, órgão competente para administrar esses recursos.

A distribuição dessa receita teve o seguinte comportamento:

Cz$ 10.111 milhões - prêmios líquidos.

Cz$ 9.578 milhões - revertidos para receita do FAS-Fundo de Desenvolvimento Social.

Cz$ 1.596 milhões para cota de previdência;

Cz$ 4.257 milhões para Imposto de Renda;

Cz$ 2.873 milhões para comissão de revendedores;

Cz$ 3.512 milhões destinados à taxa de administração e comissão de filiais.

2.1.5.3.2. Loteria Esportiva.

Os ingressos de recursos através da Loteria Esportiva atingiram o montante de Cz$ 2.992 milhões, e a distribuição de suas parcelas ocorreu da seguinte forma:

Cz$ 942 milhões para prêmios líquidos;

Cz$ 927 milhões para o Ministério da Educação, Ministério da Previdência e Assistência Social, para a Cruz Vermelha Brasileira e CDS.

Cz$ 404 milhões para o Imposto de Renda;

Cz$ 202 milhões para federações esportivas e clubes de futebol;

Cz$ 269 milhões para comissão de revendedores;

Cz$ 248 milhões destinados à taxa de administração, e comissão de filiais.

3.1.5.3.3. Loteria Federal.

A Loteria Federal contribuiu com a arrecadação de recursos no montante de Cz$ 5.680 milhões, administrados pela Caixa Econômica Federal, que promoveu a seguinte distribuição:

Cz$ 2.889 milhões para prêmios líquidos;

Cz$ 436 milhões convertidos para receita do FAS-Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social;

Cz$ 759 milhões para o Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério da Previdência e Assistência Social e para o CDS;

Cz$ 606 milhões para o Imposto de Renda;

Cz$ 17 milhões para CBA e Jóqueis Clubes;

Cz$ 248 milhões para comissão de revendedores;

Cz$ 725 milhões para taxa de administração e comissão de filiais.

2.1.6.Desempenho do Fundo de Participação PIS-PASEP.

O Fundo de Participação PIS-PASEP, criado pela Lei Complementar no.26, de 11.9.75, constitui-se com recursos do Programa de Integração Social-PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público-PASEP.

O exercício financeiro do Fundo de Participação corresponde ao período de 1o. de julho a 30 de junho do exercício subsequente.

O objetivo do Fundo é constituir patrimônio em favor dos trabalhadores cadastrados no PIS e PASEP, buscando alcançar a conquista social mediante a redistribuição de rendas, beneficiando os participantes no rateio de rendimentos (juros e resultado líquido adicional das aplicações), além do abono anual correspondente a um salário mínimo aos trabalhadores e servidores públicos de baixa renda.

A arrecadação de contribuições do Fundo atingiu o total de Cz$ 58.100.856 mil, sendo Cz$ 37.444.399 de contribuições para o PIS e Cz$ 20.656.457 mil para o PASEP.

O demonstrativo a seguir espelha a evolução das contribui cões ao Fundo no período que especifica:

Cz$ mil

EXERCÍCIO	PIS	PASEP	PIS-PASEP	INCREMENTO (%)
76/77	16.645	8.877	25.522	-
77/78	24.571	13.130	37.701	47,7
78/79	35.443	20.924	56.367	49,5
79/80	56.954	33.136	90.090	59,8
80/81	117.681	66.249	183.930	104,4
81/82	224.546	139.382	363.928	97,7
82/83	483.779	290.764	774.543	112,8
83/84	1.145.360	781.420	1.926.780	148,8
84/85	3.723.119	2.351.109	6.074.228	215,3
85/86	13.575.923	8.783.165	22.359.088	268,1
86/87	37.444.399	20.656.457	58.100.856	159,9

A partir de 25.6.74, os recursos recebidos dos participantes para contribuição do Fundo passaram a ser aplicados de forma unificada pelo Banco Nacional de Desemvolvimento Econômico e Social-BNDES, em decorrência da determinação contida na Lei Complementar no.19, restando para aplicação em outras instituições os saldos residuais até aquela data.

Essas aplicações geram receitas revertidas ao incremento do patrimônio do Fundo, beneficiando diretamente os cadastrados nos programas, mediante créditos em suas contas e posterior distribuição dos rendimentos aos participantes.

O demonstrativo a seguir discrimina as receitas auferidas pelo Fundo com essas aplicações no último exercício financeiro:

PIS-PASEP RECEITAS POR ESPÉCIE

EXERCÍCIO 1986/1987.

Cz$ mil

DISCRIMINAÇÃO	VALOR	COMPOSIÇÃO %	CRESCIMENTO %
Correção Monetária s/Aplicações	395.774.196	85,1	415,2
Juros de Aplicações	19.608.906	4,2	141,6
Rendas de Aplicações no Mercado Financeiro	37.300.948	8,0	568,1
Rendas de Recursos a Aplicar	11.443.409	2,5	869,5
Recuperação de Créditos	26.007	0,0	(23,7)
Resultado Operacional do FPS	951.756	0,2	22,6
Outras Rendas	12.757	0,0	312,2
TOTAL	465.117.979	100,0	402,8

Grande parte das aplicações destina-se ao financiamento de insumos e equipamentos básicos em apoio a atividades prioritárias da economia brasileira.

Os saques pagos no exercício atingiram Cz$ 15.869.854 mil, expressando 3,6% dos créditos promovidos nas contas dos participantes, o que resulta numa capitalização de 96,4% da receita do Fundo.

O quadro a seguir demonstra os saques do exercício, detalhados por programa.

- SAQUES PAGOS
- Exercício Financeiro 1986/87

Cz$ mil

ESPÉCIE	PIS	PASEP	PIS/PASEP	%
ABONO	7.410.628	1.296.533	8.707.161	54,9
RENDIMENTOS	639.296	382.242	1.021.538	6,4
QUOTAS	3.646.987	2.494.168	6.141.155	38,7
TOTAL	11.696.911	4.172.943	15.869.854	100,0
PERCENTUAIS	73,7	26,3	100,0	-

Fonte: SG.MF.

2.1.7.Finsocial

O Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL, criado pelo Decreto-Lei no.1940, de 25.5.82, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, apresentou o seguinte desempenho durante o exercício:

Saldo em 31.12.86	553.632.108,56
Arrecadado no período	966.292.646,62
Aplicações	1.339.445.446,00
Saldo em 31.12.87.	180.479.309,18

Na aplicação dos recursos durante o período foram beneficiados os órgãos a seguir discriminados:

Associação Com. de S. B. do Campo	5.711.427,00
APAC	7.000.000,00
ASSOMA	42.855.385,00
BADEP	46.734.003,00
BADESP	17.726.568,00
BADESUL	32.344.000,00
BANERJ	26.060.000,00
Banco Meridional	29.681.160,00
BDMG	79.596.636,00
BEMAT	12.680.000,00
BNB	40.848.280,00
CEME	880.000,00
CIBRAZEM	2.394.360,00
COLONACRE	2.000.000,00
EMDURB	7.929.440,00
Estado do Espirito Santo	1.235.000,00
FADESP	52.476.000,00
FEBEM-CE	2.116.293,00
FNDE	1.052.000,00
FSESP	138.478.935,00
FUNAC	40.000.000,00
FURG	28.463.300,00
Governo do Estado de Mato Grosso do Sul	3.022.440,00
HEMOPE	77.083.916,00
INCRA	3.000.000,00
IPPUC	82.311.380,00

Ministério da Educação	1.272.000,00
Ministério da Saúde	23.208.538,00
MITRA	20.000.000,00
Prefeitura Municipal de Bauru	37.037.000,00
Prefeitura Municipal de Campina Grande	14.524.184,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	8.966.600,00
Prefeitura Municipal de Joinvile	12.240.132,00
Prefeitura Municipal de Maringá	4.286.319,00
Prefeitura Municipal de Natal	29.608.000,00
Prefeitura Municipal de Olinda	5.791.470,00
Prefeitura Municipal de Paracambi	40.700.000,00
Prefeitura Municipal de Petrópolis	1.300.000,00
Prefeitura Municipal de Recife	29.277.568,00
Prefeitura MUnicipal do Rio de Janeiro	12.913.660,00
Prefeitura Municipal de Salvador	191.107.635,00
Prefeitura Municipal de São J. do Meriti	1.523.661.00
Prefeitura Municipal de Uberlândia	6.089.453,00
Prefeitura Municipal de Vila Velha	13.777.443,00
SBC/ACS/BC	3.500.000,00
UFPB	3.000.000,00
URB/Olinda	95.641.260,00
Total	1.339.445.446,00

Fonte: BNDES

2.2. Execução da Despesa Orçamentária

A execução orçamentária, representativa da despesa orçamentária efetivada no exercício de 1987, alcançou o montante de Cz$ 1.615.099,5 milhões na realização de 95,18% do total dos créditos autorizados para o período.

Nos créditos considerados disponíveis em 31.12.87, na quantia de Cz$ 81.648,8 milhões tidos assim por sua não utilização no período, está compreendida a parcela de Cz$ 6 milhões que poderá ser aproveitada no exercício de 1988, mediante reabertura de créditos por se tratar de saldo de crédito especiail autorizado e aberto no último quadrimestre de 1987.

A despesa realizada oferece os seguintes enfoques:

Cz$ 1.000.000,00

CRÉDITOS	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO
Orçamentários e Suplementares	1.631.015	1.567.072
Especiais	65.733	48.027
SOMA	1.696.748	1.615.099

No bojo da despesa realizada está inserida a parcela de Cz$ 231.221,3 milhões correspondente aos Restos a Pagar decorrentes da execução orçamentária do exercício.

2.2.1.Despesa por Poder

Os gastos realizados para o cumprimento da execução orçamentária do exercício apresentaram a seguinte participação, por Poderes da União:

PODERES	(Cz$ 1.000.000)	PARTICIPAÇÃO %
Legislativo	15.387	0,95
Executivo	1.581.598	97,93
Judiciário	18.114	1,12
SOMA	1.615.099	100,00

A participação significativa de 97,93% na composição do Poder Executivo não deve ser considerada como volume de dispêndio destinado a esse Poder. Estão aí embutidas as despesas de programas especiais cujo favorecido é a própria União.

O Poder Executivo apresenta sua participação de gastos da seguinte forma:

PODERES	(Em Cz$ 1.000.000)	Participação %
Legislativo	15.387	0,95
Judiciário	18.114	1,12
Executivo	1.581.598	97,93
Executivo propriamente dito	804.302	49,80
Encargos Gerais da União	119.150	7,38
Transferências a Estados DF e municípios	304.569	18,86
Encargos Financeiros da União	252.533	15,63
Encargos Previdênciários da União	101.044	6,26
SOMA	1.615.099	100,00

Pelos valores apresentados conclui-se que a participação efetiva do Poder Executivo no período foi de 49,80%, quando, no exercício anterior, as despesas desse setor representaram 35,52% dos gastos totais.

2.2.2.Despesas por Categoria Econômica

Na classificação por categoria econômica, a execução orçamentária do exercício apresentou o seguinte comportamento:

CATEGORIA ECONÔMICA	(Cz$ 1.000.000)	PARTICIPAÇÃO %
DESPESAS CORRENTES	1.076.785	66,67
DESPESAS DE CAPITAL	538.314	33,33
SOMA	1.615.099	100,00

2.2.2.1.Despesas Correntes

As Despesas Correntes se constituem das seguintes parcelas em (Cz$ 1.000.000):

Despesas de Custeio	245.712
Transferências Correntes	831.073
Soma	1.076.785

As despesas desse grupo apresentaram uma variação nominal de 196,33%, em comparação a 1986, o que resulta num decréscimo de 6,75% de gastos correntes.

As Despesas de Custeio apresentam os seguintes desdobramentos em (Cz$ 1.000.000):

Pessoal	117.086
Material de Consumo	29.008
Serviços de Terceiros e Encargos	97.085
Diversas Despesas de Custeio	2.533
SOMA	245.712

As Transferências Correntes, responsáveis por 77,18% da composição das despesas correntes do exercício, apresentam o seguinte desdobramento, em (Cz$ 1.000.000):

Transferências Intragovernamentais	273.356
Transferências Intergovernamentais	315.371
Transferências Instituições Privadas	45.453
Transferências ao Exterior	903
Tranferências a Pessoas	104.542
Encargos da Dívida Interna	34.973
Encargos da Dívida Externa	44.037
Contribuição ao PASEP	9.341
Diversas Transferências Correntes	3.097
Soma	831.073

2.2.2.2.Despesas com Pessoal

Integram as Despesas Correntes os gastos efetuados pelo Tesouro Nacional para sustentação das despesas de pessoal, tanto da administração Direta quanto da Indireta. As despesas com servidores da Administração Direta sobrecarregam a execução das Unidades Orçamentárias e Administrativas de vínculo, enquanto o custeio de pessoal da Administração Indireta é retratado sob o prisma das Transferências a entidades da administração indireta federal, a organismos estaduais e ao Distrito Federal e, ainda, a Pessoas. Igualmente são compreendidos nesse tópico, os gastos efetuados para cumprimento das obrigações patronais e previdenciárias decorrentes desses pagamentos.

O custeio de pessoal da Administração Federal, no exercício de 1987, apresentou o seguinte comportamento: (Cz$ 1.000.000)

Administração Direta		
Pessoal Civil	63.691	
Pessoal Militar	48.249	
Obrigações Patronais	5.146	
Remuneração de Serviços Pessoais	173	117.259
Transferências Intragovernamentais		
Transferências Operacionais		
Pessoal e Encargos Sociais	114.920	
Subvenções Econômicas		
Pessoal e Encargos Sociais	20.554	
Contribuições a Fundos		
Pessoal e Encargos Sociais	2.623	
Transferências Operacionais a Territórios		
Pessoal e Encargos Sociais	4.185	142.282

Transferências Intergovernamentais		
Transferências a estados e ao Distrito Federal		
Pessoal e Encargos Sociais		24.305
Transferências a Instituições Privadas-Subvenções Econômicas		
Pessoal e Encargos Sociais		108
Transferências a Pessoas		
Inativos	72.448	
Pensionistas	27.194	
Salário-Familia	1.235	
Apoio Financeiro a Estudantes	3.565	104.442
Soma		388.396

A despesa de pessoal, no montante de Cz$ 388,396 milhões, representou 24,04% do total do exercício.

2.2.2.3.Despesas de Capital

As Despesas de Capital, representando 33,33% dos dispêndios do Tesouro Nacional, apresentaram o seguinte desdobramento, em (Cz$ 1.000.000):

Investimentos	171.455
Inversões Financeiras	86.284
Transferências de Capital	280.575
Soma	538.314

As parcelas integrantes desse grupo de despesas apresentam a agregação dos seguintes valores:

		(Cz$ 1.000.000)
Investimentos		
Obras e Instalações	10.460	
Equipamentos e Material Permanente	15.437	
Investimentos em Regime de Execução Especial	104.307	
Constituição ou Aumento de Capital	41.239	
Diversos Investimentos	12	171.455
Invesões Financeiras		
Aquisição de Imóveis	4	
Aquisição de Bens para Revenda	28.472	
Aquisição de Título de Capital Integralizado	57	
Constituição ou Aumento de Capital em Emp. de Com. ou Financeiras	55.956	
Concessão de Empréstimos	852	
Depósitos Compulsórios	21	
Diversas Inversões Financeiras	922	86.284
Transferências de Capital		
Transferências Intragovernamentais	162.859	
Transferências Intergovernamentais	12.877	
Transferências a Instituições Privadas	687	
Amortização da Dívida Interna	3.290	
Amortização da Dívida Externa	100.862	280.575

Considerando que nos gastos de capital são inclusos tambem os investimentos e as aplicações, o resultado da execução do exercício pode ser considerado positivo.

2.2.3.Despesa por Função

Sob o enfoque da função da despesa efetuada, a execução orçamentária do exercício aponta a composição dos valores:

	(Cz$ 1.000.000)	%
Legislativa	13.998.6	0,87
Judiciária	16.421.1	1,02
Administração e Planejamento	230.972.1	14,30
Agricultura	192.923.8	11,94
Comunicações	5.349.7	0,33
Defesa Nacional e Segurança Pública	111.986.3	6,93
Desenvolvimento Regional	191.264.6	11,84
Educação e Cultura	212.157.2	13,14
Energia e Recursos Minerais	79.937.1	4,95
Habitação e Urbanismo	29.994.3	1,86
Indústria, Comércio e Serviços	106.712.8	6,60
Relações Exteriores	4.873.5	0,30
Saúde e Saneamento	58.956.9	3,65
Trabalho	10.601.9	0,66
Assistência e Previdência	142.847.6	8,85
Transporte	206.102.0	12,76
SOMA	1.615.099.5	100,00

Entre as variações apresentadas no exercício verifica-se o decréscimo acentuado na função Administração e Planejamento que concorreu com 14.30% na composição dos valores de 1987, quando participara com 29,78% no ano anterior.

As demais funções apresentam modificações inexpressivas sobre o exercício de 1986.

2.3.Poupança do Setor Público.

O resultado do produto líquido arrecadado sobre o montante da despesa realizada no período revela a poupança do setor público alcançada, a qual se apresenta com os seguintes valores:

	(Cz$ 1.000.000)
RECEITAS CORRENTES	1.181.508
(-) DESPESAS CORRENTES	1.076.785
Saldo	104.723
+ RECEITAS DE CAPITAL	510.898
Recursos para Formação de Capital	615.621
- DESPESAS DE CAPITAL	538.314
Superávit Orçamentário	77.307

2.4.- Execução Financeira do Tesouro Nacional.

No período acumulado de janeiro a dezembro de 1987, a execução financeira do Tesouro Nacional apresentou o deficit de Cz$ 189.746 milhões, com recebimentos e desembolsos líquidos de Cz$ 1.202.387 e Cz$ 1.392.133 milhões, respectivamente. Desses valores, estão descontadas as restituições de Cz$ 61.035 milhões e as transferências de Cz$ 31.991 milhões, relativos aos incentivos fiscais, e de Cz$ 43.818 milhões do empréstimo compulsório sobre combustíveis automotores.

Com o ressarcimento efetuado pelo Metrô do Rio de Janeiro no mês de dezembro (Cz$ 78.391 milhões), o Tesouro Nacional apresentou redução real de 43,8% do déficit de 1987 em relação a 1986. Excluindo-se essa entrada de recursos, o déficit ainda apresentaria queda real de 20,5% em relação àquele exercício.

O ingresso de recursos no Tesouro no período, foi superior em 205,1% àquele verificado no ano de 1986, em termos nominais, e inferior em 4,0%, em termos reais, utilizando-se como deflator a inflação oficial média do período, de 217,8%. Este comportamento está relacionado com a redução do ritmo de crescimento de País e a defasagem existente entre a geração das receitas e seu efetivo ingresso no caixa do Tesouro, que, embora esteja bastante reduzido em relação a alguns anos, tem significativa influência em uma conjuntura de inflação crescente.

O desembolso de caixa de Cz$ 1.392.133 milhões, apesar do grande aumento verificado nos últimos quatro meses, também apresentou crescimento inferior à inflação do exercício, ou seja, 178,3%, contra a inflação média anual de 217,8%. Em termos reais, a queda apresentada foi de 12,4%.

O resultado negativo de caixa de Cz$ 189.746 milhões, observado no período de janeiro a dezembro de 1987, foi financiado pela utilização de recursos de operações de crédito proveniente da colocação de títulos (Cz$ 380.432 milhões) e de reempréstimos externos (Cz$ 89.383 milhões). Assim, o resultado total de caixa do Tesouro foi de Cz$ 280.069 milhões no período analisado, o que representa em relação a 1986, o crescimento nominal de 363,0% e real de 45,8%, enquanto a soma de títulos mais reempréstimos externos (Cz$ 469.815 milhões) apresentou crescimento de apenas 181,9% nominais e queda real de 11,3%, sobre a colocação de títulos no valor de Cz$ 166.638 milhões observada em 1986.

O impacto monetário resultante da execução financeira de 1987 e das transferências ao Banco Central foi negativo em Cz$ 112.333 milhões, com efeito expansionista no agregado base monetária. O crescimento do impacto monetário de 1987 em relação a 1986 foi de 629,1% em termos nominais e 129,4% em termos reais. Esse crescimento está relacionado principalmente com a queda das transferências ao Bacen para cobertura de encargos da dívida interna, cujo montante em 1987 foi de Cz$ 25,3 biliões contra Cz$ 62,2 biliões em 1986, representando uma queda real de 87%.

As liberações totais do exercício de 1987 atingiram Cz$ 1.443.569 milhões, apresentando o crescimento nominal de 177,9% e queda real 12,6%. Deduzindo-se a despesa ocorrida no período, resultou o saldo de Cz$ 51.436 milhões na conta de suprimentos, o qual está incluído nas disponibilidades do Tesouro em 31/12/87 (Cz$ 358.362 milhões).

Os desembolsos para atender despesas com pessoal e encargos sociais no período acumulado se constituíram no maior item dos desembolsos, com liberações de Cz$ 393.005 milhões, representando 27,2% das liberaç oes totais do ano. Em relação a 1986, este desembolso apresentou o crescimento nominal de 278,0% e real de 19,0%. Os fatores relevantes deste crescimento foram a relativa compensação da defasagem dos salários dos funcionários civis e militares e o pagamento, em 1987, da totalidade do 13o. salário desse ano e de 75% do 13o. salário relativo ao exercício de 1986.

As liberações do Tesouro Nacional para os PROFIE, no total de CzS 253.109 milhões e 17,5% do total, embora tendo sido o segundo maior item de despesa em 1987, apresentaram crescimentos bastante inferiores em releação à inflação média anual: crescimento nominal de 56,5% e queda real de 50,8%. Em 1987, as despesas com os PROFIE tiveram a seguinte composição (em CzS milhões): (1) Programas a cargo do Banco Central, 77,413 (encargos da dívida interna, 25.295; Bônus, 19.498; "Sindicated" 12.916; encargos financeiros externos-BACEN, 6.689; PROAGRO, 5.428; e demais programas, 7.587); (2) Abastecimento interno, 82.017 (trigo/triticale, 33.907; estoques reguladores, 33.037; e aquisições do Governo Federal, 15.073); (3) Programas do IAA, 48.558 (aquisição do açúcar 30.445; equalização de preços de açúcar e álcool, 11.579; e demais programas, 6.534); e (4) Programas a cargo do Banco do Brasil, 45.121 (equalização rural, 23.602; FINEX, 14.024; dívida fundada externa, 6.613; e amortização e encargos de financiamentos, 882).

As transferências para os estados, Distrito Federal, territórios e municípios totalizaram CzS 235.825 milhões, 16,3% das liberação. Em relação a 1986, as transferências apresentaram o crescimento nominal de 159,1% e queda real de 18,5%. O comportamento das transferências em 1987 decorreram diretamente do desempenho da arrecadação dos diversos tributos a que estão vinculadas, os quais, com exceção dos crescimentos reais apresentados pelo IPI, pelo imposto de lubrificantes-IULC, tiveram queda real em suas arrecadações em 1987. Neste exercício, as transferências apresentaram os seguintes valores e crescimentos nominais em relação a 1986, (em CzS milhões) FPM, 91.115, 157,5%; FPE, 75.033, 157,5% salário educação, 16.936, 194,0%; IULC, 13.862, 663,3%; imposto único sobre energia elétrica, 10.351, 111,8%; demais vinculações, 22.528, 123,3%; e auxílio financeiro aos municípios (Decreto 94.330/87), 6.000.

Os desembolsos com o Serviço da Dívida Interna e Externa em 1987 totalizaram Cz$ 142.759 milhões, representando 9,9% das liberações do exercício e os crescimentos nominal de 261,4% e real de 13,7%. O Serviço da Dívida Externa demandou Cz$ 73.964 milhões para as amortizações e Cz$ 38.855 milhões para os encargos; enquanto para o serviço da Dívida Interna foram despendidos Cz$ 16.481 milhões para amortização e Cz$ 13.459 milhões para os encargos.

As liberações relativas às receitas vinculadas de órgãos federais, inclusive fonte 50, atingiram em 1987 Cz$67.121 milhões, 191,1% em relação a 1986, incluindo-se nessas vinculações a permanência, por 60 dias, dos recursos do PIN e do PROTERRA no Banco do Nordeste e no Banco da Amazônia que em 31/12/87 apresentavam os seguintes saldos:

Banco do Nordeste do Brasil -	PROTERRA	Cz$ 1.510.056.864,76
	PIN	Cz$ 2.585.235.228,60
Banco da Amazônia	PROTERRA	Cz$ 976.571.535,18
	PIN	Cz$ 1.138.774.301,51
Saldo		Cz$ 6.210.637.930,05

As principais liberações dessas vinculações foram aquelas relativas à cota de exportação do café, Cz$ 13.145 milhões; ao salário educação, Cz$ 8.528 milhões; fundo rodoviário nacional, Cz$ 8.192 milhões; e fonte 50, Cz$ 7.354 milhões.

Os programas custeados pelo FINSOCIAL demandaram, em 1987, Cz$ 58.681 milhões, representando crescimento nominal de 216,8% e queda real de 0,3%, em relação a 1986. Dentre os diversos programas, destacam-se (em Cz$ milhões), (1) alimentação escolar, 12.266; (2) programa do leite, 9.065; (3) suplementação alimentar, 5.606; (4) mutirão habitacional, 3.600; e (5) distribuição de medicamentos, 3.450.

Para os programas custeados pelo PIN/PROTERRA foram transferidos Cz$ 24.614 milhões, com crescimento nominal de 91,7%. Este crescimento reflete o fraco desempenho da arrecadação do IRPJ no exercicio de 1987. Os principais programas deste item de desembolso foram o Programa de Irrigação do Nordeste-PROINE (Cz$ 2.783 milhões); Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural-PAPP (Cz$ 2.309 milhões); os projetos a cargo do DNOCS (Cz$ 2.030 milhões); e os projetos a cargo da CODEVASF (Cz$ 1.121 milhões). Com os recursos do PIN/PROTERRA são financiados, ainda, inumeros projetos de infra-estrutura, assentamentos, saneamentos e de rodovias.

Para "Outras Despesas" (custeio, capital e outras despesas não incluidas nos demais itens) foram liberados Cz$ 300.654 milhões (20,8% do total), apresentando crescimento nominal de 328,7% e real de 34,9%. Nestas despesas estão incluidos os gastos impostergaveis no Pais e no Exterior, no total de Cz$ 59.821 milhões (bolsas de estudos, manutenção de órgãos no Exterior, PASEP e outros) e transferências para aumento de capital/custeio das empresas estatais, onde se destacaram, neste ano, aquelas relativas à SIDERBRAS, Cz$ 26.460 milhões; à ELETROBRAS, Cz$ 7.000 milhões; à NUCLEBRAS, Cz$ 6.560 milhões; e à Furnas Centrais Eletricas, como reembolso pelos gastos com as usinas nucleares, Cz$ 30.700 milhões. Estão tambem incluidas neste item as despesas com diversos programas, como o da seca verde do nordeste, parte do programa nacional de irrigação e do mutirão habitacional.

Fonte: SEFIN/STN

2.5.- Projetos/Atividades Sujeitos a Tratamento Financeiro EspecíFico:

2.5.1.PROFIE.

2.5.1.1.EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

No decorrer deste ano, os limites originalmente fixados no Orçamento Geral da União, no que diz respeito aos PROFIE, sofreram reajustes, provocando uma variação total em cerca de 89,30%, passando de um valor inicial de Cz$ 145.090 milhões para Cz$ 274.652 milhões até o final do exercício.

Essa grande variação deve-se, basicamente, ao fato de que os limites originais constantes do OGU/87 foram estabelecidos com base numa expectativa de "inflação-zero", tendo sido, portanto, necessários seguidos reajustes no sentido de compatibilizá-los com a nova realidade da Economia brasileira, que apresentava taxas de inflação e cambial bastante elevadas. Os Programas de Trabalho que mais tiveram seus limites orçamentários alterados foram Equalização Rural (5.024,20%), Equalização Açúcar/Alcool (376,17), Estoques Reguladores (417,40%), Aquisição de Açúcar (304,63%) e Bônus (369,50%).

Vale salientar, desde já, que, apesar das aberturas de créditos suplementares ocorridas no exercício, verifica-se, relativamente aos PROFIE, uma redução dos dispêndios, em termos reais, comparativamente aos realizados no exercício de 1986.

ANÁLISE COMPARATIVA 1986/1987

Relativamente ao exercício financeiro de 1986, observa-se, como comentado anteriormente, uma redução real dos dispêndios totais em cerca de 49,31%, representado por decréscimo de 71,15% nos Profie-Bacen e 23,51% nos Profie-Outros.

Em termos de variações, tanto positivas quanto negativas, destacam-se os Programas de Trabalho abaixo relacionados, sobre os quais procurou-se indicar os fatores básicos que condicionaram o comportamento verificado.

2.5.1.2.EXECUÇÃO FINANCEIRA

As despesas com os Projetos/Atividads Sujeitos a Tratamento Financeiro Específico - PROFIE, no exercício de 1987, foram da ordem de Cz$ 251.157 milhões, representando em relação aos gastos totais do Orçamento Geral da União cerca de 17,42%.

O PROFIE-BACEN - conjunto de Programas de Trabalho sob execução do Banco Central - concorreu com 30,82% dessas despesas, ou seja, Cz$ 77.413 milhões, destacando-se neste grupamento, tambem em relação ao total dos PROFIE, os Programas Encargos das Obrigações e Letras do Tesouro Nacional (Cz$ 25.295 milhões e 10,07%) e Obrigações Decorrentes de Títulos do Tesouro Nacional Lançados no Exterior - BÔNUS (Cz$ 19.500 milhões e 7,76%).

Relativamente aos PROFIE-OUTROS, a despesa atingiu a cifra de Cz$ 173.744 milhões, representando 68,48% no total, sendo Cz$ 48.560 milhões relativos ao PROFIE-MIC/IAA, Cz$ 80.115 milhões ao PROFIE-ABASTEC. INTERNO e Cz$ 45.069 relativos ao PROFIE-DIVERSOS, com participação, respectiva, de 19,33%, 31,90% e 17,94%, tambem no total dos PROFIE.

Destacam-se neste grupamento os Programas de Trabalho Comercialização de Trigo e Triticale (Profie-Abastec. Interno), com Cz$ 32.006 milhões, cerca de 12,74% do total PROFIE, Aquisição de Açucar (Profie-MIC/IAA) com Cz$ 30.445 milhões, e 12,12% Equalização Rural (Profie-Diversos) com Cz$ 23.602 milhões e participação em cerca de 9,40%, e Estoques de Produtos Agropecuarios - Trigo e Estoques Reguladores - (Profie-Abastec. Interno) com Cz$ 20.894 milhões e 8,32% de participação no total.

2.5.1.3.- PROFIE-BACEN

- Reserva Monetária - (99,77)% - Desembolsos limitados à dotação consignada no OGU/87. Despesas decorrentes de intervenções em bancos estaduais foram adiantadas pelo BACEN, devendo o valor de tais adiantamentos constar da proposta de lei orçamentária do exercício de 88 (Decreto-Lei no.2321, de 25.2.87).

- Encargos da OTN e LTN - (87,23)% - Cobertura apenas das obrigações relativas aos papéis em poder do público.

- BONUS - 41,03% - Valor dos encargos, em moedas estrangeiras, superior ao do ano anterior, bem como maior volume de títulos resgatados.

- PROAGRO - (71,82)% - Ocorrência de maiores irregularidades climáticas e biológicas no ano de 1986, ocasionando constantes perdas da produção agricola.

2.5.1.4. PROFIE-OUTROS

MIC/IAA

- Aquisição de Açúcar - 32,32% - Maior volume de produção de açúcar neste ano nas regiões Norte/Nordeste e Norte Fluminense, implicando em maior desembolso com aquisição.

- Equalização de Açúcar e Alcool - 12,25% - Níveis de consumo superiores aos verificados no ano anterior.

- Dívida Ext. IAA - (59,24%) - As obrigações honradas apresentaram, neste exercício, menor valor nominal em moeda estrangeira.

2.5.1.5.ABASTECIMENTO INTERNO

- Trigo e Triticale - (19,19)% - A partir de 12.6.87, com a retirada parcial do subsidio do trigo, o CTRIN passou a cobrir todas as despesas decorrentes da comercialização, com as próprias receitas de venda do produto, ficando a cargo do TN os desembolsos para cobertura de amortização e juros de financiamentos externos efetuados até 31.12.86. As aquisições da safra/87, por sua vez, foram realizadas com suprimentos específicos do BACEN.

- Estoques Reguladores - (36,92)% - Menor escala das nescessidades de formação de estoques estratégicos do Governo Federal, não sendo necessário, inclusive, recorrer a importações para reestabelecer o abastecimento do mercado interno, como verificado no ano de 1986, gerando dívidas externas não previstas naquele momento.

- Aquisição do Governo Federal - (10,62)% - Modificação na sistemática da política de garantia do preço mínimo, sendo estabelecido o preço de remição como balizador do preço de venda, reduzindo-se, assim, a necessidade de desembolso de subvenção econômica. Soma-se, ainda, o fato de que a operação de compra/venda de alguns produtos mostrou-se rentável, tornando a conta de subvenção superavitária.

- Equalização do Crédito Rural - 1.155,29% - Justifica-se esta grande variação em virtude de o volume de operações, no que diz respeito ao crédito rural, realizadas pelo Banco do Brasil com recursos próprios, ter superado todas as expectativas no exercício de 1987, com o agravante de ter sido crescente a defasagem entre os custos de captação e de aplicação dos recursos dirigidos para essa finalidade.

2.5.2. VARIAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 1987.

(Cz$ 1.000.000)

DISCRIMINAÇÃO	INICIAL	FINAL	%
PROFIE-BACEN	64.608	85.606	32,50
RESERVA MONETÁRIA	45	45	0,00
ENCARGO DA DÍVIDA	25.295	25.295	0,00
LEI 6.588	1	1	0,00
LEI 5.000	1.799	4.539	152,25
BÔNUS	4.153	19.500	369,50
SINDICATED	3.622	12.914	256,55
COBERTURA AGRÍCOLA	0	0	0,00
PROAGRO	3.200	6.403	100,10
DL. 1.452/76	3.000	3.000	(40,79)
ENC.FIN.EXT.	23.493	13.909	0,00
OUTROS-PROFIE	80.482	189.046	134,89
MIC/IAA	13.744	59.994	336,52
EQUAL. AC/AL	3.161	15.052	376,17
CCA PROG. IAA	136	376	175,82
PROG. SANEAM. USINAS	2.128	9.257	334,97
DIV. EXT. IAA	751	4.687	524,65
AQUISICAO ACUCAR	7.568	30.622	304,63
ABASTECIMENTO INTERNO	50.509	80.827	60,02
TRIGO	23.287	32.708	40,45
ESTOQUES REGULADORES	2.349	12.152	417,40
AGF	5.073	15.073	5,53
FORMAÇÃO EST. PROD. AGROP.	19.800	20.894	7,61
DIVERSOS	16.229	48.225	197,16
DIV. FUND. EXTERNA	8.520	7.949	(6,70)
AMORT. ENC. FINANC.	409	1.131	176,70
EQUAL. RURAL	500	25.121	5.024,20
FINEX	6.800	14.024	106,23
TOTAL	145.090	274.652	89,30

2.5.3. PARTICIPAÇÃO DOS PROGRAMAS NO DISPENDIO TOTAL.

(Cz$ 1.0000.000)

DISCRIMINAÇÃO	1986	%	1987	%
PROFIE-BACEN	84.354	54,16	77.413	30,82
RESERVA MONETÁRIA	6.214	3,99	45	0,02
ENCARGO DA DIVIDA	62.248	39,97	25.295	10,07
LEI 6.588	0	0,00	0	0,00
LEI 5.000	1.501	0,96	4.542	1,81
BONUS	4.346	2,79	19.500	7,76
SINDICATED	3.959	2,54	12.914	5,14
COBERTURA AGRÍCOLA	0	0,00	0	0,00
PROAGRO	6.055	3,89	5.428	2,16
DL. 1.452/76	0	0,00	3.000	1,19
FNRR	28	0,02	0	0,00
FUNDEPE	3	0,00	0	0,00
ENC.FIN.EXT.	0	0,00	6.689	2,66
OUTROS-PROFIE	71.395	45,84	173.744	69,18
MIC/IAA	14.161	9,09	48.560	19,33
EQUAL. AC/AL	3.243	2,08	11.581	4,61
CCA PROG. IAA	126	0,08	376	0,15
PROG. SANEAM. USINAS	1.479	0,95	3.557	1,42
DIV. EXT. IAA	2.006	1.29	2.601	1,04
AQUISICAO ACUCAR	7.232	4,64	30.445	12,12
APOIO LAV. IND. IAA	47	0,03	0	0,00
DIV.INT.IAA	28	0,02	0	0,00
ABASTECIMENTO INTERNO	46.004	29,54	80.115	31,90
TRIGO	32.560	20,91	32.006	12,74
ESTOQUES REGULADORES	8.143	5,23	12.142	4,83
AGF	5.301	3,40	15.073	6,00
FORM.EST.PROD.AGROP.	0	0,00	20.894	8,32
DIVERSOS	11.230	7,21	45.069	17,94
DIV. FUND. EXTERNA	5.330	3,42	6.561	2,61
AMORT. ENC. FINANC.	0	0,00	882	0,35
EQUAL. RURAL	591	0,38	23.602	9,40
FINEX	5.309	3,41	14.024	5,58
RURAL N/NE	0	0,00	0	0,00
TOTAL	155.749	100,00	251.157	100,00

2.5.4. QUADRO COMPARATIVO DOS DISPÊNDIOS 1986/1987

CZ$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	1986	1987	VARIAÇÃO NOMINAL	REAL
PROFIE-BACEN	84.354	77.413	(8,23)	(71.15)
RESERVA MONETÁRIA	6.214	45	(99,28)	(99,77)
ENCARGO DA DÍVIDA	62.248	25.295	(59,36)	(87,23)
LEI 6.588	.	.	.	.
DL 1.312	1.501	4.542	202,66	(4,86)
BOↄNUS	4.346	19.500	348,69	41.03
SINDICATED	3.959	12.914	226,19	2.53
COBERTURA AGRÍCOLA	.	.	.	.
PROAGRO	6.055	5.428	10.35	(71,82)
FNRR	28	0	.	.
FUNDEPE	3	0	.	.
DL 1.452	0	3.000	.	.
ENC. FIN. EXT.	0	6.689	.	.
PROFIE-OUTROS	71.395	173.744	143,36	(23,51)
MIC/IAA	14.161	48.560	242,91	7,79
EQUALIZ. AC/ALC	3.243	11.581	257,11	12,25
CCA IAA	126	376	198,41	(5,02)
SANEAM. USINAS	1.479	3.557	140,50	(24,40)
DIV. INT. IAA	28	.	.	.
DIV. EXT. IAA	2.006	2.601	29,66	(59,24)
APOIO LAV. IND. IAA	47	.	.	.
AQUIS. AÇÚCAR	7.232	30.445	320,98	32,32
ABAST. INTERNO	46.004	80.115	74,15	(45,26)
TRIGO	32.560	32.006	1,70	(19,19) a
ESTOQUES REG.	8.143	12.142	49,11	(36,92) b
AGF	5.301	15.073	184,34	(10,62)
FORM. EST. AGROP.	.	20.894 (c)	.	.
DIVERSOS	11.230	45.069	301,32	26,15
DIV. PUBL. FUND.	5.330	6.561	23,09	(61,31)
RURAL N/NE	0	.	.	.
EQUAL. RURAL	591	23.602	3.893,57	I.155,29
FINEX	5.309	14.024	164,15	(16,97)
AMORT. ENC. FINANC.	.	882	.	.
TOTAL	155.751	251.157	61,25	(49,31)

Fonte: SERTE/STN.

3.BALANÇO FINANCEIRO

As operações de receitas e despesa do Tesouro Nacional, no exercício de 1987, podem ser compendiadas nos seguintes agrupamentos:

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	4.444.019	ORÇAMENTÁRIA	4.366.712
Receitas Correntes	1.181.508	Despesas Correntes	1.076.785
Receitas de Capital	510.898	Despesas de Capital	538.314
Transferências Recebidas	2.751.613	Transferências Conced.	2.751.613
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.695.257	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.443.914
Transferências Recebidas	1.304.500	Transferências Conced.	1.304.500
Ingressos	390.757	Dispêndios	139.414
DISPONÍVEL ANTERIOR	68.643	DISPON.P/EXERCÍCIO SEG	397.293
Caixa	1	Caixa	15
Bancos	68.642	Bancos	397.278
Total	6.207.919	Total	6.207.919

3.1.Receitas.

As Receitas Correntes e de Capital que integram o grupo da receita orçamentária foram objetos de comentários em item anterior, do Balanço Orçamentário, que apresentou o desempenho da Receita do tesouro, no exercício de 1987.

Da mesma forma, as Despesas Correntes e de Capital foram detalhadas no exame apresentado sobre a execução orçamentária do exercício.

3.1.1.Transferências Orçamentárias Recebidas.

As Transferências Orçamentárias Recebidas, no montante de Cz$ 2.751.613 milhões, refletem o recebimento de recursos necessários ao cumprimento da execução orçamentária anual, junto aos órgãos da Administração Direta.

Vincula-se essa exceção aos compromissos decorrentes da dotação orçamentária e dos créditos descentralizados mediante Destaques e Provisões.

As Transferências Orçamentárias Recebidas são compostas pelas seguintes parcelas:

	(Cz$ 1.000.000)
Cota Recebida	1.410,614
Repasse Recebido	162.104
Sub Repasse Recebido	1.178.894
Soma	2.751.612

3.1.2.Transferências Extra-Orçamentárias Recebidas

As Transferências Extra-Orçamentárias Recebidas são indicativas, entre outras funções, do recebimento de recursos específicos para liquidação de compromissos pendentes em Restos a Pagar, inscritos pelos órgãos devedores, no exercício anterior imediato. Guarda também a função transitória de registrar, a crédito, o movimento de fundo interno.

Essas transferências constituem-se das seguintes parcelas:

	(Cz$ 1.000.000)
Ordem de Transferências Recebidas	47.422
Transferências Diversas Recebidas	1.257.078
	1.304.500

3.1.3.Ingressos Extra-Orçamentários

No grupo de Ingressos Extra-Orçamentários tem participação acentuada a parcela registrada a título de Restos a Pagar - Inscrição no valor de Cz$ 230.127 milhões que representam 58,89% na composição do grupo.

Esse valor (230.127 milhões) traduz a contrapartida da despesa apropriada no exercício, ainda pendente de liquidação e cuja inscrição em Restos a Pagar afeta a execução orçamentária de 1987.

Os Valores Diferidos têm sua representação nesse grupo com a importância de Cz$ 45.324 milhões.

3.1.4.Disponível do Exercício Anterior

Pelo ato normativo específico de transposição de saldos de exercício de 1986 para as contas criadas pelo novo Plano de Contas, ficaram classificadas em disponível as seguintes contas, com os respectivos valores em (Cz$ 1.000.000):

Caixa	1
Bancos C/Movimento	68.615
Bancos C/Vinculada	27
Total	68.643

3.2.Despesas.

As Despesas Correntes e de Capital, da mesma forma que as Receitas foram objeto de comentários sobre seus principais enfoques na análise da execução do orçamento do exercício.

3.2.1.Transferências Orçamentárias Concedidas.

As Transferências Orçamentárias Concedidas retratam a movimentação dos recursos financeiros entregues para garatia da execução orçamentária.

Esse grupo guarda correspondência com as Transferências Orçamentárias Recebidas e apresenta o desdobramento:

	(Cz$ 1.000.000)
Cota Concedida	1.410.614
Repasse Concedido	162.104
Sub-Repasse Concedido	1.178.894
Soma	2.751.612

3.2.2.Transferências Extra-Orçamentárias Concedidas.

Estão registradas nesse grupo as operações de correspondências de cr'dito envolvendo os órgãos do Tesouro Nacional. Apareceu também as liberações feitas para liquidação de Restos a Pagar que apresentam o valor de Cz$ 47.422 milhões.

3.2.3.Disponível p/Exercício Seguinte

Os recursos financeiros disponíveis para aplicação imediata atingem a soma de cz$ 397.293 milhões, compostos da seguinte maneira:

	(Cz$ 1.000.000)
Caixa	15
Bancos c/Movimento	397.097
Bancos c/Vinculada	181
Soma	397.293

4. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial apresenta a seguinte estruturação:

ATIVO		PASSIVO	
Financeiro	2.109.997	Financeiro	1.799.109
Realizável a Longo Prazo	302.242	Exigível a Longo Prazo	3.948.106
Permanente	566.520	Patrimônio Líquido	(2.768.456)
Compensado	5.902.629	Compensado	5.902.629
Total	8.881.388	Total	8.881.388

4.1. Ativo Financeiro

O ativo financeiro é formado pelos seguintes componentes:

	Em Cz$ 1.000.000,00
Disponível	397.293
Créditos em Circulação	1.632.478
Bens e Valores em Circulação	36.013
Valores Pendentes a Curto Prazo	44.213
Total	2.109.997

A conta Devedores Diversos, responsável por 77,36% dos créditos em circulação oferece o desdobramento a seguir (em Cz$ 1.000.000):

Devedores perante a Fazenda Nacional	1.375.675
Parcelamento de Débitos Fiscais	1.255
Diversos Responsáveis	168
Total	1.377.098

Os estoques de materiais destinados ao consumo interno e à produção registram o valor de Cz$ 34.649,6 milhões e representam 96,21% do grupo de Bens e Valores em Circulação.

A conta Valores Diferidos que corresponde ao saldo financeiro em poder das unidades, no final do exercício, e que será deduzido nos desembolsos para a execução financeira de 1988, pode ser assim detalhada:

	(Cz$ 1.000.000,00)
Cota Diferida a Conceder	25.093
Repasse Diferido a Conceder	74
Sub-Repasse Diferido a Conceder	19.043
	44.210

4.2.Realizável a Longo Prazo

Os Créditos da União constituídos pela Dívida Ativa da União no montante de Cz$ 301.911,5 milhões representam 99,89% do grupo Realizável a Longo Prazo. O demonstrativo analítico da Dívida Ativa vem retratado às fls.

4.3.Permanente

A Participação Societária da União, com o registro do investimento do Tesouro Nacional, por participação na composição do capital de empresas vinculadas a seus órgãos de administração constitui o índice de 72,46% do Ativo Permanente. Esses investimentos aparecem relacionados por órgão de vinculação às fls. 28 a 30 do 2o. volume, e, fls. deste caderno.

4.4.Passivo Financeiro

Os Depósitos de Diversas, Origens no montante de Cz$ 4.028,5 milhões, representam 96,87% do grupo de depósitos do passivo financeiro e integralizam as seguintes parcelas:

	(Cz$ 1.000.000)
Depósito e Cauções	39
Depositos para Recursos	73
Depósitos para Quem de Direito	3.916
Total	4.028

As Obrigações em Circulação, no total de Cz$ 1.750.614 milhões estão compostas pelos valores:

	(Cz$ 1.000.000)
Obrigações a Pagar	477.516
Credores Diversos	1.214.836
Adiantamentos Recebidos	73
Valores em Trânsito Exigíveis	46.613
Outras Obrigações	11.576
Total	1.750.614

A conta Credores Diversos, que integra o grupo de Obrigações em Circulação, com o elevado índice de 69,39% é composta pelos seguintes valores:

	(Cz$ 1.000.000)
Credores perante a Fazenda Nacional	746.116
Debitos de Tesouraria	466.628
Recursos da União	500
Incentivos a Liberar	1.592
Total	1.214.836

4.5.Restos a Pagar

No tópico dos comentários sobre a execução orçamentária do exercício, foi citado o valor de Cz$ 231.221 milhões por inscrição em Restos a Pagar decorrente da exercução orçamentária do exercício. Entretanto, no grupo de Obrigações a Pagar evidencia-se a importância de Cz$ 238.706 milhões de dívidas a título de Restos a Pagar.

A diferença entre os valores mencionados é consequente do critério de ajustamento das obrigações à taxa de 31.12.87 (72.251) para os compromissos das unidades gestoras no exterior.

No grupo de Exigível a Longo Prazo estão registradas as dívidas da União referente as Operações de Crédito Internas e Externas.

4.6.PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Costumeiramente, o Patrimônio Líquido dos órgãos da Administração Direta têm apresentado evolução positiva com regular comportamento:

O Patrimônio da Administração Direta nos últimos anos tem se expressado com os valores a seguir:

	(Cz$ 1.000.000)
Exercício de 1984......................	1.725
Exercício de 1985......................	117.376
Exercício de 1986......................	272.525

A constância da evolução patrimonial foi interrompida no encerramento do exercício financeiro de 1987, como resultado do confronto entre as variações ativas e as variações passivas demonstradas a seguir:

5. VARIAÇÕES ATIVAS

		(Cz$ 1.000.000)
Orçamentárias		
Receitas Orçamentárias	1.692.406	
Interferências Passivas	3.975.018	
Mutações Ativas	258.725	5.926.149
Extra-Orçamentárias		
Acréscimos Patrimoniais	269.021	
Interferências Passivas	1.627.433	
Mutações Ativas	1.082.182	2.978.636
Total		8.904.785

6. VARIAÇÕES PASSIVAS

ORÇAMENTÁRIAS		
Despesas Orçamentárias	1.615.099	
Interferências Ativas	3.975.018	
Mutações Passivas	575.894	6.166.011
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Decréscimos Patrimoniais	55.212	
Interferências Ativas	1.627.433	
Mutações Passivas	4.046.860	5.729.505
Total		11.895.516

7.Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial apurado no exercício é obtido da operação:

		(Cz$ 1.000.000,00)
	Total das Variações Passivas	11.895.516
(-)	Total das Variações Ativas	8.904.785
(=)	Déficit do exercício	2.990.731

Influiram de maneira considerável no resultado negativo atingido no exercício, as inclusões nos registros contábeis do Tesouro Nacional das dívidas por operações de crédito internas e externas assumidas pela União, e ainda, dos débitos perante os contribuintes por parcelamento do Imposto de Renda a Restituir do exercício de 1986, ano base 1985.

Vale lembrar mais uma vez que a baixa desses compromissos reverterá o quadro de impacto causado na visão imediata.

Em contrapartida ao resultado deficitário verificado nas contas da Administração Direta, a Administração Indireta ofereceu resultado expressivo no ano de 1987, em comparação ao exercício de 1986.

8.Patrimônio da Administração Indireta

O Patrimônio da Administração Indireta apresenta a seguinte evolução nos três últimos exercícios:

	(Cz$ 1.000.000)
Exercício de 1984	18.438
Exercício de 1985	164.327

Em 1987 foi apurado o valor de Cz$ 1.691.181 milhões de Patrimônio Líquido da Administração Indireta, com a variação nominal de 383,21% e considerável crescimento de 52% sobre o exercício de 1986.

9.Mutações na Administração Indireta

Durante o exercício de 1987 foram criadas novas entidades de administração indireta bem como ocorreram alterações de vínculos por órgão de entidades já existentes.

As mutações ocorridas nesse sentido estão apresentadas sumariamente às fls. 165/166 deste caderno.

10.Atividades Administrativas da Secretaria da Receita Federal.

A Secretaria da Receita Federal desenvolveu vários projetos com o propósito de manter ativos os sistemas de arrecadação e fiscalização.

Dentre estes projetos, podem receber destaque:

a) Conta-Corrente da DCTF

A declaração de Contribuições e Tributos Federais - DCTF é um documento de autolançamento de débitos de tributos. Esse documento foi desenvolvido pela CIEF e CSAr. Sua implantação representou grande avanço no conhecimento do universo de devedores. O Conta-Corrente da DCTF foi implantado no mês de setembro de 1987.

b) Conta-Corrente de Processo Fiscal

Este sistema deverá substituir outro já existente - Sistema de controle Processos Fiscais - SIPRO e permitirá que se obtenha a cobrança eletrônica dos créditos de processos fiscais.

c) Imputação de Pagamentos

Este sistema foi instituído como um auxiliar do Contas-Correntes. Ele efetua eletronicamente a imputação de pagamentos e calcula os acréscimos legais, para os débitos recolhidos a menor pelo contribuinte.

d) Sistema de parcelamento - SIPAR

O sistema está definido com o objetivo de controlar e cobrar eletronicamente os parcelamentos de débitos fiscais e será integrado com os sistemas de Contas-Correntes existentes.

e) Cobrança do Devedor Solidário

Definido para implantação em 1988. Visa acionar a cobrança dos diretores, sócios e demais responsáveis solidários nos débitos fiscais das Pessoas Jurídicas.

f) Esforço de Cobrança a Curto Prazo

Este projeto mobilizou o setor de cobrança de todo o País. A operação foi desenvolvida durante os meses de maio e junho e resultou num incremento de receita superior a 8 bilhões de cruzados.

g) Operação Empréstimo Compulsório

Projeto desenvolvido em conjunto com a Polícia Federal e DETRAN. A operação revelou grande número de licenciamentos sem o correspondente pagamento do empréstimo compulsório. Em termos de crédito tributário reconquistado, o montante ultrapassa a faixa de 120 milhões de cruzados. A operação revelou grande número de omissos na apresentação de rendimentos Pessoa Física, exercício de 1987.

h) Prisão Administrativa

Esse instituto, abandonado por muito tempo pela SRF, foi ressuscitado em 1987 pelo Sistema de Arrecadação, em trabalho conjunto com o sistema de Fiscalização. O instituto da Prisão Administrativa foi sistematizado no Sistema de Arrecadação, através do Projeto nr. 004-b.

i) Instituto da Indisponibilidade de Bens

Esse instituto, quando aprovado, permitirá ao Sistema de Arrecadação obrigar o devedor a cumprir a sua obrigação fiscal. A indisponibilidade de bens ou direitos do devedor será declarada pelos delegados da Receita Federal. A CSAR tem investido muito na implantação deste projeto.

j) Parcelamento em OTN

A reintrodução na legislação que regula os parcelamentos da conversão dos débitos em quantidade de OTN foi uma conquista do Sistema de Arrecadação. Com o Plano Cruzado houve congelamento da OTN e eliminação da correção monetária dos débitos fiscais; com a volta da inflação, posteriormente os contribuintes estavam preferindo dar outro destino ao dinheiro do que saldar os seus compromissos com a SRF. A CSAr denunciou o fato e reverteu a situação. O parcelamento em OTN é fruto dessa conquista.

k) cobrança Administrativa Domiciliar

Projeto desenvolvido em conjunto com o pessoal do Sistema de Fiscalização. Apura fraudes cometidas em cima de comprovantes de pagamentos, nas agências bancárias, ou fora delas. Trabalho desenvolvido em todo o País. A CSAR elaborou proposta de Portaria para implantação da Cobrança administrativa Domiciliar.

l) Sistema de Cadastro de Débitos - SICADE

Este sistema se propõe a cadastrar todos os débitos lançados eletronicamente, através dos lançamentos de IRPF, IRPJ, DCTF, parcelamento e Processos Fiscais, de modo a interagir as respectivas Contas-Correntes.

m) Cadastro Informatizado de Devedores

Sistema em elaboração para todas as regiões, já em funcionamento na 10a. RF. Servirá de sustentação para o projeto que propõe restrições à liberdade dos contumazes devedores da Fazenda Nacional.

n) Omissos DCTF

Sistema em fase de definição final. Visa cobrar os contribuintes omissos na apresentação de DCTF. Com a sua implantação, espera-se grande incremento na arrecadação .

o) Processamento dos DARF pelo Banco do Brasil

O processamentos dos documentos de arrecadação feita pelo SERPRO tem deixado muito a desejar, gerando desgastes ao Sistema de Arrecadação. Foi iniciada negociação com o Banco do Brasil, objetivando transferir para aquela instituição a responsabilidade ao processamento dos DARFs de pagamento. Projeto a ser submetido ao Secretário da Receita Federal.

p) Novo DARF

O novo DARF elaborado e proposto pela CSAr objetiva facilitar o seu preenchimento e reduzir erros cometidos pelos contribuintes.

Fonte: SRF/MF

PARTE III

POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA E SETORES ECONÔMICO DO GOVERNO

1. INTRODUÇÃO

Em 1987, o Governo brasileiro deu continuidade aos esforços para a concretização das metas básicas que vêm, desde o início de sua administração, norteando as suas atividades: combate à inflação, redução do déficit público, geração de divisas via saldos positivos na balança comercial, incremento no nível de empregos e, sobretudo, adoção de uma política de crescimento econômico com ênfase para o social.

Enfrentando no primeiro semestre os desequilíbrios macroeconômicos ocorridos um ano após adoção do Plano Cruzado, com taxas mensais de inflação bastante elevadas, decidiu-se pela adoção dos Planos de Estabilização e Controle Macroeconômico, visando, fundamentalmente, o ajustamento interno da Economia, em uma trajetória de preços, taxas de juros e salários compatíveis com a retomada do crescimento e o controle do déficit público.

Este capítulo tem como objetivo a análise do desempenho da economia brasileira no ano de 1987, enfatizando os principais aspectos da política econômica e seus resultados.

A seção 2 analisa a evolução dos indicadores referentes a preços, salários, empregos e nível de atividade. As questões monetárias e financeiras foram tratadas na seção 3.

A seção 4 aborda o comportamento das finanças públicas, relacionado com as necessidades de financiamento do setor público e a Dívida Pública Mobiliária Federal.

Finalmente, na seção 5 são apresentados os resultados do setor externo, com ênfase para as atividades do comércio exterior.

2. DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA

2.1. NÍVEL DE ATIVIDADE

O comportamento da economia brasileira em 1987 caracterizou-se pela queda da demanda interna e pelo retorno do processo inflacionário iniciado em outubro de 1986.

Em função disso, o Governo foi levado a buscar a reversão desse quadro, o que foi realizado essencialmente através de dois instrumentos:

1.Plano de Estabilização (Novo Cruzado), objetivando promover o ajustamento interno da Economia, através de um eficaz combate à inflação e ao déficit público.

2.Plano de Controle Macroeconômico, visando dar consistência e balizar as principais variáveis macroeconômicas em 1987, sobretudo aquelas relacionadas com o déficit público, com o objetivo de readquirir, no médio prazo, condições de crescimento para a Economia, com taxas aceitáveis de inflação.

De acordo com estimativa da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), a taxa de cres imento real do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 2,9%, em 1987, representando uma interrupção da tendência de expansão da Economia, que vinha apresentando taxas médias de 5,5% nos últimos 3 anos.

TABELA 2.1
BRASIL: TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO REAL
1985-87

(%)

SETORES E SUB-SETORES	1985	1986	1987
SETOR AGROPECUARIO	8,4	(7,9)	14,0
LAVOURAS	14,2	(11,1)	15,5
PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	3,7	(2,8)	11,7
SETOR INDUSTRIAL	9,0	12,1	0,2
INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	8,3	11,3	1,0
EXTRATIVA MINERAL	11,5	3,7	(0,7)
CONTRUCAO CIVIL	11,3	17,7	(3,9)
SERV. IND. UTIL. PUBLICA	10,2	8,3	3,3
SETOR SERVICOS	7,7	8,1	2,8
COMERCIO	8,9	9,9	2,0
INTERMEDIARIOS FINANCEIROS	10,0	7,0	2,9
TRANSPORTES	4,7	11,6	4,8
COMUNICACOES	16,9	17,1	10,5
GOVERNO	2,2	2,1	2,1
PRODUTO REAL	8,4	8,0	2,9

FONTE: FIBGE

Em termos monetários, o PIB foi estimado em Cz$ 12,3 trilhões (US$ 313 bilhões), resultando numa renda "per capita" anual de US$ 2.212, superior, portanto, à renda "per capita" de 1980, o que demonstra que o País conseguiu superar, sob a ótica da renda, os problemas enfrentados com a recessão de 1981/83.

O excelente desempenho do setor agropecuário, com expansão de 14%, foi responsável pela sustentação da taxa de crescimento do PIB, recuperando-se de uma fraca "performance" em 1986, quando obteve decréscimo de 7,9% . As condições climáticas satisfatórias, aliadas às medidas implantadas no final de 1986, favorecendo o crédito agrícola, e uma política de preços realistas dinamizaram o plantio, possibilitando um recorde histórico na produção de grãos, cerca de 63 milhões de toneladas.

A pecuária, por sua vez, obteve também um considerável crescimento (11,7%) em relação ao ano anterior, derivado principalmente da baixa produção de carne bovina ocorrida no período pós-cruzado.

Em contraste, a produção industrial, ressentindo-se da queda da demanda interna, teve o desempenho mais fraco desde 1983, crescendo no período apenas 0,2%.

A Indústria Extrativa Mineral (produção de petróleo, minério de ferro, etc.) apresentou retração da ordem de 0,7%, contra expansão de 3,7% no ano anterior. A Indústria de Transformação, que se vem apresentando como o setor mais dinâmico na geração de novos empregos, cresceu apenas 1,0% em 1987, revelando expressiva queda em relação aos 11,3% de 1986.

O setor de construção civil, em trajetória ascendente desde 1984, e que em 1986 registrou a elevada taxa de 17,7%, em 1987, retraiu-se em 3,9%.

O setor de serviços registrou uma taxa de crescimento de 2,8%, que, muito embora seja bastante inferior aos anos de 1985 (7,7%) e 1986 (8,1%), não deixa de ser satisfatória. Em grande parte, a desaceleração foi motivada pelo desaquecimento do comércio, com crescimento de 2,0% contra 9,9% em 1986. Não obstante, os subsetores transporte e comunicações cresceram a taxas de 4,8% e 10,5%, respectivamente.

2.2. PREÇOS E SALÁRIOS

O recrudescimento do processo inflacionário, recuperando seu caráter inercial, levou o Governo a adotar novamente um programa de congelamento de preços em junho de 1987.

Com a aceleração inflacionária, o poder de compra dos salários, que deveria ser assegurado pela escala móvel ou "gatilho" salarial, segundo dados FIESP deteriorava-se com bastante rapidez, principalmente no período jan/87 - abr/87, com efeitos imediatos sobre as vendas do comércio e, por conseguinte, na produção industrial.

Nesse contexto, tornava-se evidente a necessidade de se adotar imediatamente um novo mecanismo que rompesse a continuidade dos aumentos de preços e, em consequência, as incertezas presentes na Economia, que resultavam, em última análise, no adiamento dos investimentos privados, com reflexo direto sobre o nível de emprego.

Diante disso, buscou-se recuperar o cenário econômico favorável do período imediatamente após a implantação do Cruzado. Com algumas mudanças básicas no diagnóstico e na forma de concepção daquele Plano, procurou-se, fundamentalmente, a eliminação da inflação inercial, a manutenção do salário médio real e um acompanhamento amplo sobre os preços que permitisse a transição da fase de congelamento para a flexibilização sem descontrole.

Destacam-se, para efeito de preços e salários, as seguintes medidas:

1) substituição da escala móvel de salário ("gatilho"), que perdera sua capacidade de recompor o poder de compra a partir dos índices de inflação acima de 20%, pela Unidade de Referência de Preços (URP) que, decorridos os três meses de congelamento, passaria a reajustar preços e salários. Tais reajustes deveriam ser realizados mensalmente, de acordo com a média da variação de preços, medida pelo IPC, nos três meses imediatamente anteriores;

2) recebimento integral do "gatilho" (20%) referente à inflação de maio, no salário de junho, sendo o resíduo incorporado em seis parcelas;

3) assegurada a livre negociação salarial nas datas de dissídio;e

4) manutenção da correção monetária para indexar os demais contratos, inclusive do sistema financeiro, impedindo a fuga de capitais para ativos não-financeiros (ações, imóveis, etc.), a exemplo do que ocorrera durante os primeiros meses do Plano Cruzado.

Dentro desses princípios, o plano de congelamento de preços e salários, conhecido como Novo Cruzado, foi estruturado em três fases:

1) congelamento total de preços e salários por prazo determinado de 90 dias; com isso, minimizaria a possibilidade de cobrança de ágio, especulação com estoques e o consequente desabastecimento no mercado;

2) flexibilização controlada de preços. Nesta fase, bens e serviços foram agregados em cinco categorias, com critérios próprios de reajuste;

a) bens e serviços oriundos de setores competitivos, bens não essenciais e bens não homogêneos. Estes bens e serviços tiveram seus preços liberados.

b) bens que compõem a cesta básica do consumidor. Os preços permaneceriam tabelados até que as condições de mercado permitissem sua liberação. Em dezembro, apenas 3 itens permaneciam tabelados: leite, trigo/pão e açúcar.

c) os preços públicos deveriam ser reajustados mensalmente pela URP. Quanto às defasagens, seriam estudadas caso a caso, sendo os reajustes concedidos gradualmente para amenizar seus impactos.

d) os bens oriundos de setores oligopolizados ou monopolizados permaneceram com seus preços controlados pelo CIP, adotando-se na concessão de reajustes os critérios do item anterior. Para tanto, o CIP classificou os bens em quatro categorias: estritamente controlados, controlados, sujeitos à variação da URP e liberados;

3) Livre Mercado.

Os resultados imediatos do Plano de Estabilização (Novo Cruzado) foram satisfatórios. A escalada de preços foi praticamente contida durante a fase de congelamento, constatando-se queda da inflação de 26,06% registrada em junho para 3,05% no mês de julho.

Com o início da etapa de flexibilização , na qual os preços deveriam ser reajustados conforme as regras definidas, veio o retorno da inflação, alcançando 9,18%, 12,84% e 14,14% respectivamente em outubro, novembro e dezembro, resultando numa inflação acumulada de 365,96%.

TABELA 2.2
ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR-IPC
INFLAÇÃO OFICIAL

MESES	1986	1987
JAN	16,23	16,82
FEV	14,36	13,94
MAR	-0,11	14,40
ABR	0,78	20,96
MAI	1,40	23,21
JUN	1,27	26,06
JUL	1,19	3,05
AGO	1,68	6,36
SET	1,72	5,68
OUT	1,90	9,18
NOV	3,29	12,84
DEZ	7,27	14,14
ACUMULADO	62,37	365,96

FONTE: FIBGE

Na composição desse índice, o grupo Habitação (490,79% ao ano) liderou a elevação dos preços, com aumento real de 26% em relação aos preços de dezembro de 1986. É importante destacar que compõem este grupo os gastos com aluguéis, artigos de manutenção da habitação, inclusive serviços públicos e combustíveis, que tiveram reajustes bastantes significativos no período. Também com forte impacto no índice da FIBGE, estão os grupos "saúde e cuidados pessoais" e "despesas pessoais" com taxas anuais de 456,41% e 409,37%, respectivamente.

TABELA 2.3
Índices de Preços ao Consumidor (IPC) - 1987
(Variação Percentual por Grupo de Produtos)

Grupo de Produtos	Janeiro-Dezembro
Alimentação	336,67
Habitação	490,79
Artigos de Residência	340,84
Vestuário	291,84
Transportes e Comunicações	352,76
Saúde e Cuidados Pessoais	456,41
Despesas Pessoais	409,37
Índice Geral	365,96

FONTE: FIBGE.

Alguns fatores contribuíram decisivamente no recrudescimento da inflação a partir de outubro:

1) correção dos desequilíbrios de preços relativos, com a redução das defasagens de preços administrados pelo Governo (transporte coletivo, aço, energia elétrica, derivados de petróleo, trigo, etc) e outros do segmento do setor privado;

2) persistência de altas taxas de juros;

3) desequilíbrio estrutural nas contas públicas e dificuldade de manter déficit público dentro das metas estabelecidas, decorrente principalmente da concessão de reajuste de salários por parte do setor público, acima da URP; e

4) antecipação dos reajustes de preços em razão de expectativas inflacionárias, alimentadas em grande parte pelo receio da aplicação de novos choques para combater a inflação ("seguro" congelamento).

Neste contexto de crescimento da inflação, o impacto negativo nos salários foi imediato. A URP demonstrou ser ineficiente como instrumento de recomposição do poder aquisitivo real dos salários em uma situação de índices mensais ascendentes.

Em decorrência da agravante deterioração do poder de compra do salário mínimo, resultando na exacerbação dos problemas sociais do País, o Governo definiu como uma de suas metas dobrar o valor real do salário mínimo ao longo dos próximos 4 anos. Adotando uma política de reajuste acima da inflação, foi necessário desvincular o salário mínimo dos demais salários profissionais, de modo a eliminar seus efeitos diretos sobre os preços da Economia. Para isso foram criados o Piso Nacional de Salários e o Salário-Mínimo de Referência. Este último, além de servir de base para o reajuste salarial de algumas categorias profissionais, substituiu o antigo salário-mínimo no papel de referencial para a concessão de aumento de preços de alguns serviços e benefícios.

Finalmente, destaca-se o fato de que, apesar do acelerado retorno à inflação, o segundo semestre de 1987 apresentou alterações na tendência de queda no salário médio real, insuficientes, no entanto, para repor as perdas ocorridas nos primeiros meses do ano. Além disso, considerando a indústria paulista como base de análise do comportamento dos salários no País, observa-se, através dos dados da FIESP, um declínio na massa salarial

da ordem de 5,4%, evidenciando mais uma vez a desaceleração econômica ocorrida em 1987, e a consequente queda dos níveis de emprego, assim como no salário médio real anual, que apresentou decréscimo de 7,2% em relação ao ano anterior.

TABELA 2.4
ESTADO DE SAO PAULO
MASSA SALARIAL E SALARIO MEDIO REAL
DEZEMBRO/85 - DEZEMBRO/87

MESES	MASSA SALARIAL REAL (*)	SALARIO MEDIO REAL (*)
DEZEMBRO/85	150,9	153,0
JANEIRO/86	156,3	156,9
FEVEREIRO	158,8	157,4
MARCO	174,7	171,7
ABRIL	174,9	171,4
MAIO	175,8	171,4
JUNHO	175,1	169,0
JULHO	179,5	171,4
AGOSTO	181,7	171,7
SETEMBRO	183,5	171,6
OUTUBRO	184,4	171,7
NOVEMBRO	188,1	174,6
DEZEMBRO	178,1	165,9
JANEIRO/87	165,6	153,6
FEVEREIRO	165,3	151,9
MARCO	182,7	168,0
ABRIL	182,7	168,2
MAIO	175,4	161,8
JUNHO	167,3	156,1
JULHO	153,1	144,7
AGOSTO	151,3	144,6
SETEMBRO	150,7	150,0
OUTUBRO	156,8	149,7
NOVEMBRO	175,2	166,7
DEZEMBRO **	171,2	163,7

FONTE......: FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DE SAO PAULO
BASE.......: MEDIA DE 1978
DEFLATOR...: (*) ICV/FIPE
ESTIMATIVAS: FIESP (**)
ELABORACAO.: CES/IPLAN

2.3. EMPREGO

Os indicadores de emprego para 1987 evidenciam uma pequena desaceleração na oferta de emprego. A taxa de desemprego aberto de 1987 (2,86%) situou-se num patamar ligeiramente superior ao do ano anterior (2,16%). Cabe destacar, porém, que a taxa média do desemprego aberto verificada durante o primeiro semestre de 1987 foi de 3,61%, inferior, portanto, aos 4,16% de igual período em 1986. Esse bom resultado alcançado durante 1986 foi possível em razão do excesso de demanda e da consequente dinamização do comércio e indústria prevalecentes na época. Na ausência de tais fatores, como ocorreu em 1987, dificilmente aqueles resultados poderiam ser sustentados.

Nesse sentido, a tendência de crescimento na oferta de emprego, iniciada em meados de 1984, segundo dados da FIBGE foi revertida já em janeiro de 1987, quando a taxa registrada foi de 3,19%, alcançando em julho a taxa mais elevada dos últimos 22 meses, 4,47% .

TABELA 2.5
TAXAS DE DESEMPREGO ABERTO (*) POR SETOR DE ATIVIDADE ECONOMICA-BRASIL (**)
JANEIRO/86 - DEZEMBRO/87

MESES	IND. DE TRANSF.	COMERCIO	CONTRUCAO CIVIL	SERVICOS	OUTRAS ATIVIDADES	TAXAS MEDIAS
JANEIRO/86	4,01	4,53	5,37	2,91	2,03	4,18
FEVEREIRO	4,26	4,81	5,15	3,26	2,08	4,40
MARCO	4,26	5,52	4,31	3,35	2,12	4,39
ABRIL	4,27	4,54	4,51	3,11	2,10	4,39
MAIO	4,06	4,86	4,47	3,13	1,79	4,17
JUNHO	4,96	3,93	4,28	2,91	1,58	4,08
JULHO	3,66	3,56	4,00	2,85	1,55	3,76
AGOSTO	3,44	3,57	3,31	2,81	1,48	3,60
SETEMBRO	3,14	3,31	3,30	2,69	1,48	3,50
OUTUBRO	3,03	3,12	2,79	2,46	1,19	3,23
NOVEMBRO	3,74	2,27	2,11	2,27	0,91	2,98
DEZEMBRO	2,25	1,99	2,59	1,81	0,98	2,64
JANEIRO/87	3,76	3,33	3,25	2,36	1,19	2,16
FEVEREIRO	3,75	3,86	3,02	2,65	1,21	3,19
MARCO	3,61	3,96	3,23	2,43	1,62	3,38
ABRIL	4,11	4,11	3,23	1,46	1,41	3,28
MAIO	4,93	4,49	4,29	2,83	1,83	3,39
JUNHO	5,69	4,47	5,87	3,25	1,87	3,97
JULHO	6,39	4,55	5,18	3,04	2,06	4,43
AGOSTO	5,95	4,69	4,75	2,79	1,67	4,47
SETEMBRO	5,24	4,38	4,24	2,96	1,99	4,22
OUTUBRO	5,33	4,27	3,68	2,95	1,51	4,03
NOVEMBRO	4,68	3,71	3,95	2,82	1,07	3,96
DEZEMBRO	3,28	3,02	3,08	2,23	1,37	3,63

FONTE: PME/IBGE
* PESSOAS DESOCUPADAS EM RELACAO AS PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS
** TAXAS PONDERADAS PELA PEA DAS 6 REGIOES METROPOLITANAS
IDADE MINIMA - 15 ANOS
ELABORACAO: CES/IPLAN

O nível de emprego, medido pelo Ministério do Trabalho (Lei 4923/65), no setor organizado do mercado de trabalho, cresceu, em 1987, em 0,76%, representando a criação de cerca de 163 mil postos de trabalho. Comparativamente aos anos de 1985 (4,83%) e 1986 (4,93%), nos quais o crescimento do PIB foi bastante expressivo, verifica-se uma redução na oferta de novos empregos da ordem de 82,1% e 83,7%, respectivamente .

TABELA 2.6
COMPORTAMENTO DO EMPREGO FORMALIZADO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONOMICA
BRASIL - 1985/1987

SETORES	JAN-DEZ/85		JAN-DEZ/86		JAN-DEZ/87	
	V. ABS.	V.REL %	V. ABS.	V.REL %	V.ABS.	V.REL %
TOTAL	911.765	4,83	1.000.467	4,93	162.805	0,76
EXTRATIVA MINERAL	4.511	2,78	(1.217)	(0,72)	3.543	2,14
IND. DE TRANSFORMACAO	351.318	6,95	543.431	9,77	(151.661)	(2,48)
SERVICOS INDUSTRIAIS	7.695	2,35	5.440	1,69	1.524	0,41
CONSTRUCAO CIVIL	31.199	3,78	62.745	6,94	(2.905)	(0,35)
COMERCIO	163.174	5,99	201.515	6,98	22.543	0,68
SERVICOS	301.301	5,11	147.814	2,35	235.527	3,60
ADMINISTRACAO PUBLICA	49.014	1,46	37.492	1,12	44.199	1,31
AGRO.EXT.VEG.C. E PESCA	(6.874)	(1,28)	(3.214)	(0,57)	8.402	2,95
OUTROS	10.427	4,26	6.461	2,75	1.633	0,75

FONTE: LEI 4923/65 - MIN. DO TRABALHO

Diante disso, observa-se um crescimento da participação do mercado informal de trabalho na absorção do excedente de mão-de-obra liberada no setor organizado, o que, no entanto, não representa necessariamente a manutenção da qualidade dos empregos gerados.

Com a implantação dos Planos de Estabilização e de Controle Macroeconômico, obteve-se, no segundo semestre, a reversão desse processo. As expectativas pessimistas quanto ao rumo da Economia foram sendo substituídas gradativamente pelo investimento nos principais setores da atividade econômica, resultando no aumento da demanda de mão-de-obra, com a taxa de desemprego caindo mês a mês a partir de junho.

A nível setorial, destacaram-se os setores de Serviços (3,60%), Agropecuária Extrativa Vegetal, Caça e Pesca (2,95%) e Extrativa Mineral (2,14%) na geração de, respectivamente, 235,5 mil, 8,4 mil e 3,5 mil novos postos de trabalho.

A indústria de transformação, responsável no ano anterior pela geração de 543 mil novos empregos (cerca de 54% do total), sofreu em 1987 uma redução de 2,48%, representando a diminuição de 152 mil postos de trabalho. Do mesmo modo, os indicadores de emprego na construção civil registraram retração de 0,35%, com redução na oferta de aproximadamente 3 mil postos de trabalho.

3. ASPECTOS MONETÁRIOS E FINANCEIROS

3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A mudança no panorama da Economia, com a volta da inflação, e o consequente aumento nominal das taxas de juros, provocaram uma profunda reversão do processo de monetização que vinha ocorrendo durante o exercício de 1986, decorrente das medidas adotadas no Plano Cruzado. Esse fato refletiu-se no comportamento dos agregados monetários. Os Meios de Pagamento e a Base Monetária registraram desaceleração em sua evolução durante o primeiro semestre de 1987.

O recrudescimento da inflação trouxe embutido a necessária reindexação da Economia, provocando recomposição dos haveres financeiros. Os haveres monetários (papel-moeda em poder do público + depósitos à vista), que em 31.12.86 representavam 29,5% do total dos haveres financeiros, tiveram queda em sua participação relativa durante o exercício de 1987, fechando o ano com saldo não superior a 15,7% do total.

Adicionalmente, o exercício de 1987, sobretudo no primeiro semestre, constituiu-se num período de readaptação da Economia, tanto do ponto de vista interno quanto do externo. A política monetária não fugiu a esse contexto. Sua execução esteve voltada para readequar a liquidez, em vista dos novos níveis da inflação e para assegurar taxas de juros reais positivas, como forma de evitar oscilações desestabilizadoras no mercado financeiro.

No segundo semestre, com a adoção do Plano de Estabilização (Novo Cruzado), que, entre outras medidas, estabeleceu o congelamento temporário de preços e salários, a política monetária foi direcionada para abrandar o efeito expansionista sobre os agregados monetários e manter as taxas de juros reais positivas. Contudo, apesar do êxito alcançado no que se refere às taxas de juros, evitando-se a desestruturação do mercado financeiro e procurando-se o equilíbrio entre os ativos financeiros e os ativos reais, os supracitados agregados monetários cresceram acima do desejado para o período.

O diagnóstico de que a excessiva expansão dos agregados monetários poderia comprometer as metas de controle da demanda agregada, especialmente na fase de flexibilização dos preços, levou o Banco Central a adotar medidas complementares de política monetária, com o objetivo de arrefecer a expansão dos mesmos, estabelecendo:

1 - elevação em 15% da exigibilidade de recolhimento compulsório sobre depósitos à vista (Circular no. 1216, de 13.8.87);

2 - recolhimento compulsório de 20% sobre os depósitos a prazo (Carta-Circular no. 1703, de 24.8.87); e

3 - política mais agressiva na venda de títulos públicos e criação de imposto sobre operações financeiras de curto prazo (Resoluções nos. 1386, de 27.8.87, e 1401, de 30.9.87).

3.2. EVOLUÇÃO DOS AGREGADOS MONETÁRIOS E FINANCEIROS

Fatores como o retorno da inflação, com a decorrente reindexação da Economia, e a adoção do Plano de Estabilização (Novo Cruzado) em junho, promoveram significativas alterações no mercado monetário. Logo no início do ano, as altas taxas de inflação, provocando perda do poder de compra da moeda, determinaram o rápido processo de desmonetização.

Os depósitos à vista apresentaram queda significativa, sobretudo nos meses de janeiro e abril, -23,0% e -21,0%, respectivamente. Em contrapartida, os depósitos de poupança mantiveram tendência de elevado crescimento durante todo o primeiro semestre e no mês de dezembro.

TABELA 3.1
Depositos à vista e Depósitos de Poupança
SALDOS Em CZ$ Milhões

DEPÓSITOS DE POUPANÇA			DEPÓSITOS A VISTA		
1987	SALDO	Var % a.m.	1987	SALDO	Var % a.m.
JAN	369.347	12,0	JAN	286.019	- 23,0
FEV	461.454	24,9	FEV	299.753	4,8
MAR	577.195	25,1	MAR	351.979	17,4
ABR	686.132	18,9	ABR	277.974	- 21,0
MAI	864.175	25,9	MAI	278.058	0,0
JUN	1.081.365	25,1	JUN	387.213	39,3
JUL	1.282.221	18,6	JUL	411.828	6,4
AGO	1.364.702	6,4	AGO	449.578	9,2
SET	1.465.205	7,4	SET	498.277	10,8
OUT	1.571.938	7,3	OUT	528.673	6,1
NOV	1.712.740	9,0	NOV	618.554	17,0
DEZ	2.061.857	20,4	DEZ	816.433	32,0

Fonte: Banco Central do Brasil

A partir de junho, coincidindo com a implantação do Novo Cruzado, que permitiu a reversão da expectativa inflacionária, contribuindo, dessa maneira, para reduzir o custo de retenção da moeda, os depósitos à vista voltaram a crescer, alcançando taxas bastante elevadas nos meses de junho (39,3%) e dezembro (32,0%), este último, tradicionalmente um mês de expansão desse agregado.

Essas duas formas de manter as riquezas individuais (depósitos à vista e depósitos de poupança) têm um elevado grau de substituição entre si. Esse fato reflete o comportamento dos agentes econômicos frente à inflação: quando a inflação se acelera há uma tranferência de recursos da forma de depósitos à vista para depósitos de poupança, pois estes últimos evitam a perda do poder de compra dos primeiros, os quais não são remunerados. Os números apresentados na tabela 3.1, demonstram, em boa medida, esse comportamento.

A tabela 3.2 mostra o comportamento mensal da Base Monetária e dos Meios de Pagamentos em 1987 e dez/86. Como se observa, dando continuidade à política monetária prevalecente no final de 1986, esses dois agregados apresentaram, no primeiro semestre de 1987, um significativo declínio. A elevação da inflação (com a consequente queda dos depósitos à vista) e o aumento dos depósitos de poupança, acompanhados da substancial colocação de parte destes últimos na forma de recolhimento voluntário do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE) junto ao Banco Central do Brasil, contribuiram decisivamente para esse resultado.

Por outro lado, revertendo a tendência do primeiro semestre, os agregados monetários cresceram significativamen'e no período imediatamente posterior à implementação daquele Plano, sendo que os Meios de Pagamento reagiram, com crescimento já a partir de junho (31,6%), enquanto a Base Monetária expandiu-se a partir do mês de julho (28,8%). Cabe observar, ainda, as elevadas expansões desses dois agregados no mês de dezembro, explicadas pelo tradicional aumento da demanda por moeda nesse mês e pelos reflexos do bom desempenho da balança comercial.

TABELA 3.2
COMPORTAMENTO DOS MEIOS DE PAGAMENTO E DA BASE MONETÁRIA

PERÍODO	MEIOS DE PAGAMENTO				BASE MONETÁRIA			
	SALDOS (EM CZ$ MILHÕES)	VARIAÇÕES PERCENTUAIS			SALDOS (EM CZ$ MILHÕES)	VARIAÇÕES PERCENTUAIS		
		NO MÊS	NO ANO	EM 12 MESES		NO MÊS	NO ANO	EM 12 MESES
1986								
DEZ	455.374	7,9	306,7	306,7	178.895	3,7	293,5	293,5
1987								
JAN	355.310	-22,0	-22,0	247,9	172.444	- 3,6	- 3,6	275,4
FEV	376.762	6,0	-17,3	223,3	164.309	- 4,7	- 8,2	218,8
MAR	416.798	10,6	- 8,5	98,6	169.213	3,0	- 5,4	141,6
ABR	356.725	-14,4	-21,7	42,3	187.023	10,5	4,5	97,3
MAI	361.229	1,3	-20,7	25,2	184.563	- 1.3	3.2	69,3
JUN	475.533	31,6	4,9	42,3	170.057	- 7,9	- 4,9	41,1
JUL	523.224	10,0	14,9	57,0	219.014	28,8	22,4	59,2
AGO	564.214	7,8	23,9	58,4	271.299	23,9	51,7	86,1
SET	624.031	10,6	37,0	66,0	324.931	19,8	81,6	116,8
OUT	680.939	9,1	49,5	69,0	373.186	14,9	108,6	136,8
NOV	782.540	14,9	71,8	85,4	389.235	4,3	117,6	125,7
DEZ	1.062.557	35,8	133,3	133,3	503.531	29,4	181,5	181,5

Fonte: Banco Central do Brasil

O quadro abaixo registra o montante de emissões e recolhimentos do papel moeda e moeda metálica sob controle do Banco Central do Brasil, a partir da Lei no.4.595, de 31.12.64 e seus respectivos saldos em 31.12.87.

MONTANTE DAS EMISSÕES E RECOLHIMENTOS DO PAPEL MOEDA E MOEDA METÁLICA

a) Tesouro Nacional		
- Meio Circulante Transferido em 4.1.65....	Cz$	1.504.777,84
- Emissão Líquida de 4.1.65 a 31.12.87.....	Cz$	271.615.578.535,49
Menos:		
- Moeda não resgatada........................	Cz$	191.659,70
- Ajuste relativo à transferência do saldo da Reserva Monetária para o Estoque de Cédulas e Moedas e à conversão cruzeiro x cruzado..	Cz$	1.974.854,92
- Meio Circulante em 31.12.87.............	Cz$	271.614.916.798,71
b) - Meio Circulante em 31.12.86.............	Cz$	92.610.251.832,61
- Emissão Bruta em 1987.....................	Cz$	587.924.686.858,79
Menos:		
- Recolhimentos em 1987......................	Cz$	408.920.021.892,69
- Meio Circulante em 31.12.87.............	Cz$	271.614.916.798,71

Fonte: BACEN

3.3. FATORES CONDICIONANTES DA BASE MONETÁRIA

A Base Monetária fechou o primeiro semestre de 1987 contraída em Cz$8,8 bilhões, sendo este desempenho fortemente influenciado pela colocação líquida de títulos, pelos depósitos voluntários vinculados ao Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE, e pelos Recursos Próprios do BACEN.

Esse comportamento, no entanto, reverteu-se inteiramente a partir de julho, tornando-se expansionista, para assim permanecer até dezembro. Ao final do exercício, considerando-se o resultado acumulado, a Base Monetária foi expandida em Cz$324,6 bilhões.

Os fatores que mais contribuíram para essa expansão foram, pela ordem de importância:

a - Suprimentos ao Banco do Brasil (Cz$273,8 bilhões), destinados sobretudo para o Crédito Rural, Antecipação de Receita a Estados e Municípios e para a Aquisição de Trigo Nacional;

b - Operações do Setor Externo (Cz$235,9 bilhões), como resultado do superávit comercial;

c - Operações de Fundos e Programas (Cz$132,5 bilhões), especialmente em razão dos subitens: Programa de Saneamento Financeiro dos Bancos Estaduais e Repasses a Outras Instituições; e

d - Operações do Tesouro Nacional (Cz$111,7 bilhões), decorrentes do impacto monetário do déficit do Tesouro no Banco Central.

TABELA 3.3
FATORES CONDICIONANTES DA BASE MONETÁRIA - 1987
(+)EXPANSÃO (-)CONTRAÇÃO
Fluxos em Cz$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	JAN/JUN	JAN/DEZ
1. TESOURO NACIONAL	-5.317	111.706
1.1. RESULTADO DE CAIXA	14.404	189.119
1.2. TRANSFERÊNCIAS	-19.721	-77.413
2. OPERAÇÕES DO SETOR EXTERNO	17.070	235.910
3. OPERAÇÕES DE FUNDOS E PROGRAMAS	107.477	132.539
3.1. REPASSES REFINANC. E DESPESAS	122.155	179.527
3.1.1. BANCO DO BRASIL	5.110	6.373
3.1.2. BANCO DO BRASIL-COMPRA CAFÉ 1/	10.504	81
3.1.3. OUTRAS INSTITUIÇÕES	24.276	82.558
3.1.4. SANEAM. BANCOS ESTADUAIS	82.265	90.515
3.2. RECURSOS	-14.678	-46.988
4. SUPRIMENTOS AO BANCO DO BRASIL	112.828	273.841
4.1. CRÉDITO RURAL	63.093	113.903
4.2. ADIANTAMENTOS P/ ESTATAIS	4.059	28.741
4.3. AQUISIÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS	32.767	20.237
4.4. ANTECIP. DE REC. A EST. E MUNICÍPIOS	12.988	35.224
4.5. AQUISIÇÃO CAFÉ - MERC. INTERNO 1/	0	18.955
4.6. ESTOQUES REGULADORES	-79	-443
4.7. AQUISIÇÃO DE TRIGO NACIONAL	0	35.000
4.8. VOTO 479/86	0	0
4.9. CRÉDITOS ESPECIAIS (VOTO CMN/87)	0	9.658
4.10.OPERAÇÕES ESPECIAIS	0	12.566
5. ENCARG. S/VIAGENS E VDAS. MOEDAS ESTRANGEIRAS	-2.592	-7.388
6. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO (DL. 2288)	-20.615	-43.819
7. ASSISTÊNCIA FINANC. DE LIQUIDEZ	18.548	-8.023
8. RECURSOS PRÓPRIOS DO BACEN	-79.174	-90.532
9. DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS NO BACEN	301	318
10.AQUISIÇÃO DE OURO NO MERCADO INTERNO	4.071	21.523
11.DEPÓSITOS COMPULS. VINC. AO SBPE	-5.555	4.508
12.DEPÓSITOS VOLUNT. VINC. AO SBPE	-78.955	-192.111
13.COMP. SOBRE DEP. A PRAZO	0	8.507
14.CEF (VOTO 479/86)	3.500	3.500
15.OPERAÇÕES COM MICRO E PEQ. EMPRESAS	1.469	23.058
16.AQUISIÇÃO DE OBRIGAÇÕES DO FND	0	66.399
17.COLOCAÇÃO LÍQUIDA DE TÍTULOS	-82.456	-217.049
18.OUTRAS CONTAS (VARIAÇÃO LÍQUIDA)	562	1.749
19.BASE MONETÁRIA	-8.838	324.636
19.1.PAPEL-MOEDA	11.506	179.005
19.2.RESERVAS BANCÁRIAS	-20.344	145.631
- BANCO DO BRASIL	3.522	27.044
- BANCOS COMERCIAIS	-32.513	108.959
- CAIXAS ECONÔMICAS	8.647	9.628

FONTE: Banco Central do Brasil
1.RECLASSIFICAÇÕES CONTÁBEIS DAS AQUISIÇÕES DE CAFÉ, DE FUNDOS E PROGRAMAS PARA SUPRIMENTOS AO BANCO DO BRASIL.
(*)DEZEMBRO (PRELIMINAR)

3.4. PRINCIPAIS HAVERES FINANCEIROS

O saldo dos principais haveres financeiros (exclusive títulos da dívida pública em poder do BACEN), atingiu ao final de dezembro o montante de Cz$ 6.766 bilhões, implicando em crescimento nominal de 338% em 12 meses. Os haveres monetários (papel-moeda em poder do público mais depósitos à vista) apresentaram saldo de Cz$ 1.063 bilhões, enquanto os haveres não-monetários fecharam o exercício com saldo de Cz$ 5.704 bilhões, denotando crescimento nominal em 12 meses de 133,3% e 423,9%, respectivamente.

A relação haveres monetários/haveres não-monetários, que chegou a alcançar mais de 40% no último trimestre de 1986, passou a apresentar tendência declinante, fechando o mês de dezembro de 1987 em 18,6%. A variação deste indicador reflete a preferência dos agentes pelos ativos financeiros indexados, em face de suas expectativas de inflação.

TABELA 3.4
PRINCIPAIS HAVERES FINANCEIROS

DISCRIMINAÇÃO	SALDOS EM 31.12.87 (Em Cz$ milhões)	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL	VARIAÇÃO PERCENTUAL NO ANO
A-Haveres Monetários	1.062.557	15,7	133,3
1.Papel-moeda em Poder do Público	246.124	3,6	192,8
2.Depositos a vista	816.433	12,1	119,9
B-Haveres não Monet.	5.703.568	84,3	423,9
1.Dep. a Prazo	905.069	13,4	210,4
2.Dep. Poupança	2.061.857	30,5	525,1
3.Títulos da Dídiva Federal (exceto BACEN)	2.267.449	33,5	531,2
4.Div.Mob.Est.Mun.	398.946	5,9	549,7
5.Letras de Câmbio	69.875	1,0	50,8
6.Letras Imobiliárias	372	-	-
C - TOTAL (A + B)	6.766.125	100,0	338,2

Fonte: Banco Central do Brasil.

Essa expansão dos haveres não-monetários pode ser especialmente atribuída ao crescimento da dívida pública federal (exceto títulos da dívida pública em poder do BACEN), ao aumento dos depósitos de poupança e ao incremento da dívida mobiliária dos estados e municípios, que apresentaram crescimento em relação a 31.12.86, em termos nominais, de 531,2%, 525,1%, 549,7%, respectivamente.

3.5. EMPRÉSTIMOS DO SISTEMA FINANCEIRO AO SETOR PRIVADO

Os empréstimos do Sistema Financeiro ao setor privado totalizaram, ao final de 1987, Cz$ 4.809 bilhões, representando um crescimento de 283% em relação ao saldo em dezembro de 1986, significando que o volume de crédito foi contracionista, em termos reais, tendo em conta que a inflação acumulada no ano de 1987 alcançou 365,96%.

Além disso, houve mudança na composição dos empréstimos feitos pelo Sistema Financeiro. Os financiamentos realizados pelo Sistema Monetário, cuja participação em relação ao total fora de 49% em 1986, caiu para 45% em dezembro de 1987.

TABELA 3.5
EMPRÉSTIMOS DO SISTEMA FINANCEIRO AO SETOR PRIVADO
Por Emprestadores Finais

DISCRIMINAÇÃO	SALDOS EM 31.12.87 Em Cz$ milhões	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL	VARIAÇÃO PERCENTUAL NO ANO
A-Sistema Monetário	2.164.149	45,0	249,57
1.Banco do Brasil	804.289	16,7	336,99
2.Bancos Comerciais	1.359.860	28,3	212,58
B-Sistema não-Monetário	2.645.434	55,0	314,53
1.Financeiras	179.805	3,7	142,79
2.Bcos de Investimento	352.875	7,3	215,64
3.SCI/APE	485.580	10,1	278,50
4.CEF	1.043.280	21,7	370,59
5.Caixas Eco. Est.	190.030	4,0	324,18
6.BNDES	208.845	4,3	771,93
7.B.Est.de Des. e BNCC	185.019	3,8	450,98
C-TOTAL DO SISTEMA (A+B)	4.809.583	100,0	282,54

Fonte: Banco Central do Brasil.

Tanto os empréstimos do Banco do Brasil como os realizados pelos bancos comerciais foram inferiores à inflação acumulada de 87; sendo que estes últimos apresentaram menor crescimento dos créditos concedidos, 213% em termos nominais. Os empréstimos do Sistema Não-Monetário também apresentaram queda em termos reais. Esse declínio foi atenuado pelo bom desempenho dos empréstimos feitos pelo BNDES e pela Caixa Econômica Federal, além do BNCC e Bancos Estaduais de Desenvolvimento.

3.6. MERCADO DE AÇÕES

O mercado de ações foi fortemente afetado pelo grau de incerteza observado na economia durante o ano de 1987, depois da euforia ocorrida por conta do Plano Cruzado em 1986. A baixa valorização das ações no mercado secundário determinou o ritmo do mercado primário. Em 1987, foram registrados na CVM apenas 53 emissões de ações contra 154 em 1986, perfazendo o volume de Cz$ 15.301 milhões, valor correspondente, em termos reais, a pouco mais de 18% do volume registrado no exercício de 1986.

Três fases distintas marcaram o desempenho do mercado acionário:

a) janeiro a meados de junho;

b) junho a meados de outubro; e

c) de outubro ao final do período.

A primeira fase ficou marcada pela intensificação do processo de baixa das ações, que já se havia iniciado em meados de 1986. Este resultado pode ser atribuído ao efeito combinado de diversos fatores: entre os mais evidentes, o retorno dos elevados índices de inflação, a reversão de expectativas dos agentes, a redução da renda real disponível e o nível dos juros reais, além, evidentemente, da inevitável reindexação, que desfavorece as aplicações em mercados de alto risco, como é o caso do acionário.

De meados de junho a outubro, o mercado reagiu rápida e favoravelmente às medidas adotadas no Plano de Estabilização (Novo Cruzado). Mesmo num contexto de taxas de juros elevadas, neste período as cotações acionárias e o volume de negócios voltaram a subir, porém sem atingir os resultados de 1986.

O final do período foi desfavorável para o mercado acionário. A reaceleração inflacionária, a expectativa de não atingimento das metas de déficit público e o baixo desempenho da produção e do consumo, constituíram-se nos fatores preponderantes da baixa das cotações do mercado.

Os índices IBV e IBOVESPA fecharam o ano com variação real negativa de 66,3% e 72,3%, respectivamente, comparados com os índices de dezembro de 1986. O volume de negócios acumulado em 1987, relativamente ao acumulado em 1986, em todas as Bolsas do País, apresentou queda real de 69,7%. Cabe assinalar, ainda, que o volume de negócios nas Bolsas de Valores como proporção do PIB atingiu apenas 3,5%, quando chegou a alcançar 11% em 1986.

TABELA 3.6
Índices Reais - Bolsa: IBOVESPA e IBV
Variação Mensal Percentual

1987	IBOVESPA	IBV
JAN	-22,7	-21,5
FEV	-30,5	-29,5
MAR	- 9,0	-15,1
ABR	- 3,1	3,7
MAI	-23,9	-23,9
JUN	- 5,0	0,6
JUL	21,5	26,0
AGO	14,2	11,1
SET	-14,6	-15,5
OUT	- 2,5	- 1,6
NOV	-24,6	-20,9
DEZ*	- 7,4	- 1,7
Dez/86 Dez/87	-72,3	-66,3

Fonte: CVM e Conjuntura Econômica
Deflator: IGP-DI
(*) Projeção

3.7 O MERCADO SEGURADOR E O DESEMPENHO DO INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL.

O desempenho do mercado segurador também foi penalizado pelo recrudescimento do processo inflacionário e pelo menor crescimento do PIB, além de outras variáveis. Neste sentido, nem as inovações, a exemplo da introdução do seguro indexado a partir de agosto, nem a queda da inflação no início do segundo semestre com o Novo Cruzado, foram capazes de reverter o cenário contracionista de 1987.

A previsão, do IRB, é de que a receita operacional do mercado de seguros (seguro direto) no ano de 1987 tenha fechado em Cz$107 bilhões, o que representaria, em comparação com o ano anterior, decréscimo de 7% em termos reais.

Por outro lado, a receita de resseguros, relativos aos riscos do País, alcançou o nível de Cz$ 18.311,5 milhões. Essa receita cresceu 187% termos nominais comparada ao ano anterior, e boa parte dela, Cz$ 10.106,3 milhões, foi redistribuída ao mercado sob a forma de retrocessões, sendo 70% absorvidos pelo mercado interno.

A relação entre prêmios de resseguros do País e prêmios de seguros diretos continuou em declínio, atingindo 17,1% em 1987, depois de representar 23,5%, 20,2%, e 17,8% em 1984, 1985 e 1986, respectivamente. Este indicador revela que o declínio dos prêmios de resseguros, expurgado o efeito da inflação, foi maior que o apresentado pela queda dos prêmios de seguro direto.

A receita de prêmios de resseguros relativos a risco do exterior atingiu a cifra de Cz$ 516,2 milhões em 1987, significando uma expansão nominal de 324,8%.

No mercado internacional, a atuação do IRB, em 1987, caracterizou-se pelos seguintes aspectos:

a - Em Londres, prosseguiu a administração do "run-off" da carteira constituída pelas operações realizadas até o final de 1982;

b - Nos Estados Unidos, a United Americas Insurance Company-UAIC passou à fase de simples administração do "run-off" da sua carteira, operando somente como retrocedente ao mercado local, de resseguros internacionais do IRB;

c - No Rio de Janeiro, teve prosseguimento a política de moderação nas operações internacionais de resseguro, submetidas além disso a "underwriting" rigoroso em termos de taxas e de qualidade de riscos; e

d - Quanto a operações de resseguros passivos, que se constituem no setor mais importante nas relações internacionais, por representar o canal de transferências externas das poupanças internas, o IRB procurou minimizá-las. As cessões ao Exterior, no período 1982-1987, corresponderam em média a 3% do volume total de prêmios do mercado interno, sendo que, em 1987, esse índice foi da ordem de 2,8%, um dos mais baixos do mundo.

O Instituto de Resseguros apresentou, em 1987, incremento real de 67,6% em seu lucro bruto, comparado com o exercício anterior, revertendo a tendência declinante que vinha ocorrendo desde 1983. Entretanto, o lucro bruto de 1987, Cz$ 2.216,7 milhões, representa, em valores constantes, apenas 30% e 22% dos auferidos em 1983 e 1984, respectivamente.

Esse resultado foi obtido quase que exclusivamente em função da renda de aplicações, que atingiu Cz$ 38.413,9 milhões. O resultado operacional no mercado interno foi positivo (Cz$463,1 milhões), enquanto o resultado das operações do mercado internacional foi negativo (Cz$ 1.682,2 milhões).

4.FINANÇAS PÚBLICAS

4.1. NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO E A POLÍTICA FISCAL.

O Setor Público brasileiro no exercício de 1987 ampliou suas necessidades de financiamento relativamente àquelas de 1986. O déficit público, medido pelas necessidades de financiamento no conceito operacional, ou seja, descontadas as correções monetária e cambial da dívida, atingiu, em 1987, o nível de 5,4% do PIB contra 3,7% em 1986 (que substituiu os 2,9% calculados anteriormente pelo Banco Central, Programa Econômico , no.14, fevereiro de 1987).

Tabela 4.1
NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO
CONCEITO OPERACIONAL

ANOS	VALORES EM Cz$ MILHÕES	% SOBRE PIB
1981	1.532	6,0
1982	3.694	7,3
1983	5.251	4,4
1984	10.558	2,7
1985	58.141	4,3
1986	137.737	3,7
1987 (1)	642.120	5,4

FONTE: BACEN
(1) ESTIMATIVAS PRELIMINARES.
VALOR DO PIB UTILIZADO: Cz$ 11.796.545 MILHÕES

Essa elevação do déficit público deve ser vista à luz dos fatos relatados abaixo e considerado um importante conjunto de medidas que foram tomadas e cujos efeitos favoráveis sobre o déficit serão mais amplamente percebidos a partir do exercício de 1988.

Como foi destacado nas seções anteriores, o primeiro semestre do ano de 1987 não apresentava condições favoravéis para a economia brasileira e em particular para as finanças públicas.

A inflação corroía o poder de compra da população e provocava queda da receita real do setor público. Por outro lado, o "gatilho" de correção dos salários não recuperava o seu poder de compra, mas provocava grande sufoco de caixa para as entidades públicas. Essa observação é a confirmação do fato de que uma inflação elevada não interessa a nenhum agente econômico. Nesse sentido, o Governo Federal procurou atuar sobre todas as causas primárias da inflação e, em tal aspecto, não faltou a luta para reduzir o deficit público previsto para o exercício 1987.

Como foi lembrado na seção 2, em junho de 1987 o Governo Federal aprovou o Plano de Estabilização (Novo Cruzado), o qual tinha como um dos objetivos, além da estabilidade dos preços, reduzir, no restante de 1987, através de uma política fiscal austera, o déficit estimado de 6,7%, antes da adoção de tais medidas, para 3,5% do PIB. Cabendo observar que, à época, a estimativa do déficit do primeiro semestre de 1987 já se situava em torno de 1,9% do PIB. Essas estimativas eram grandemente influenciadas pela pressão de despesas decorrentes de subsídios agrícolas, saneamento de bancos estaduais e "gatilho" salarial, ao mesmo tempo em que a receita tributária apresentava queda real em consequência da aceleração inflacionária.

Em síntese, esses fatos deixavam uma estreita margem de manobra para a política fiscal alcançar seu principal resultado: 3,5% do PIB para o total do exercício.

Assim, o Governo viu-se obrigado a tomar uma série de medidas visando elevar as receitas e reduzir as despesas. Esperava-se que a simples redução da inflação e outros efeitos secundários sobre encargos financeiros do Governo fizessem com que o déficit público esperado antes das medidas (6,7% do PIB) fosse reduzido para 6,2% do PIB.

A meta de 3,5% do PIB, além de exigir cortes de despesas correntes e de capital e elevação da receita em todos os níveis de Governo, deveria ser acompanhada de algumas alterações institucionais, as quais contribuiriam não apenas para o restante do ano de 1987 mas também para os futuros exercícios.

Desse modo o Governo Federal tomou as seguintes medidas na área das finanças públicas:

I. Medidas de curto prazo

1. Política realista de preços e tarifas bem como redução de gastos correntes e investimentos para as empresas estatais.

2. Política de redução da participação do setor público na Economia, com o consequente aumento do espaço ao setor privado.

3. Redução dos subsídios à produção, ao consumo, e à comercialização de produtos agrícolas.

4. Redução dos encargos financeiros da Dívida Mobiliária do Tesouro Nacional, através da crescente troca de Obrigações do Tesouro Nacional por Letras do Banco Central.

5. Redução adicional nos dispêndios previstos com pessoal e outras despesas correntes e de capital do Governo Federal.

6. Contingenciamento do crédito ofertado pelo sistema financeiro aos estados e municípios, cabendo ressaltar que tal medida foi extensiva a todo setor público e não apenas aos estados e municípios.

7. Na área de arrecadação foram adotadas várias medidas, entre as quais destacam-se: extinção da semestralidade da declaração do Imposto de Renda das empresas sujeitas a esse regime; correção da tabela de retenção na fonte a partir de setembro; reinstituição da tributação na fonte das operações de curto prazo no mercado financeiro (alíquota de 10%); e elevação para 50% da alíquota do Imposto de Renda sobre os ganhos de capital com títulos, obrigações e aplicações de renda fixa ao portador.

II. Medidas de Conteúdo Institucional

O diagnóstico de que a desorganização do sistema de finanças públicas federal é um dos principais fatores que dificultam o controle do déficit público, tem levado o atual Governo a tomar inúmeras medidas no campo institucional. Em 1986, deu-se início ao processo de unificação orçamentária, criou-se a Secretaria do Tesouro Nacional, extinguiu-se a Conta Movimento do Banco Central no Banco do Brasil S.A., e criou-se a conta única do Tesouro Nacional junto ao Banco do Brasil S.A.

Um conjunto de medidas de natureza institucional foi adotado pelo Governo Federal, através do Novo Cruzado, e ratificado no Plano de Controle Macroeconômico, objetivando sobretudo eliminar as possibilidades de realização de despesas sem a respectiva fonte de recursos. Essas medidas, no entanto, pela sua complexidade e pela dificuldade decorrente do fato de se estar naquele momento no meio do exercício financeiro, exigiu prazo para sua implantação, que deu-se a partir de 1o. de janeiro de 1988.

As principais medidas que permitirão, quando de sua implantação final, a conclusão do processo de reordenamento institucional das finanças públicas no Brasil, são as seguintes:

1) foi determinada a conclusão da unificação orçamentária. Assim, a proposta orçamentária para 1988 contempla todas as receitas e despesas do Governo Federal, inclusive:

1.1 - em parte destacada, denominado "Orçamento das Operações Oficiais de Crédito", os desembolsos e receitas relacionados com o programa de crédito, os subsídios creditícios, a aquisição de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos e a formação de estoques reguladores;

1.2 - Todos os fundos públicos especiais da administração federal;

2) proibiu-se a realização de operações subsidiadas, exceto quando esses subsídios tiverem cobertura orçamentária. Assim, nenhuma operação com recursos do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito poderá ser realizada a custos inferiores aos de colocação de títulos públicos federais, salvo se o respectivo subsídio estiver previsto no mesmo orçamento;

3) em complemento às proibições de natureza formal, procurou-se eliminar as fontes de financiamento das despesas extra-orçamentárias, por intermédio de duas medidas:

3.1- proibiu-se o suprimento de recursos do Banco Central, de forma direta ou indireta, para a realização de quaisquer operações de crédito, que não as decorrentes da execução estrita das políticas monetária e cambial;

3.2- determinou-se que a colocação de títulos do Tesouro Nacional será efetuada com a finalidade exclusiva de atender ao serviço da dívida mobiliária e ao financiamento do déficit previsto no Orçamento Geral da União;

4) foram transferidas do Banco Central do Brasil para o Ministério da Fazenda as seguintes funções:

4.1 - serviços relacionados com a emissão e o resgate de títulos da dívida pública federal, bem como os respectivos controles;

4.2- administração dos fundos de créditos para fomento.

Tendo em vista a não-implementação dessas medidas no exercício financeiro de 1987, tornou-se imperioso institucionalizar mecanismos de controle que possibilitassem a limitação dos gastos à disponibilidade de receitas, com mínima utilização da dívida pública, objetivando a compatibilização da elaboração e execução dos orçamentos governamentais com as metas definidas para a política econômica, sobretudo monetária e fiscal, bem como para redução do deficit público. Dessa forma, foi criada, no âmbito do Ministério da Fazenda, a Comissão de Coordenação Financeira, que tem como atribuições:

a) emitir, como requisito obrigatório, parecer prévio sobre propostas de quaisquer medidas que afetem as metas estabelecidas para as políticas fiscal e monetária e para o deficit público, em especial votos do Conselho Monetário Nacional, abertura de créditos adicionais e ampliação ou extensão de incentivos e isenções fiscais, inclusive quanto ao prazo de vigência;

b) estabelecer limites máximos para o comprometimento de recursos da União e de fundos e programas públicos e para a dispensa de ingresso de qualquer natureza; e

c) estimar a receita da União para a elaboração e revisão do Orçamento Geral da União.

A despeito do esforço para a condução de uma política fiscal austera no sentido de atingir o objetivo de manter as Necessidades de Financiamentos do Setor Público (NFSP) no nível 3,5% projetado no bojo daquelas medidas, o Governo não pode evitar que essa meta para o déficit fosse superada. Contudo, deve ser ressaltado que o nível atingido pelas NFSP (5,4%) foi bem inferior aos 6,7% estimados antes de serem tomadas as medidas de junho/87 (Novo Cruzado). Esse fato demonstra que a linha da política econômica adotada estava correta e que, sem dúvida, aquelas medidas institucionais deverão contribuir, sobremaneira, para o controle dos gastos a partir do exercício financeiro de 1988.

TABELA 4.2
NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO
CONCEITO OPERACIONAL
Em % do PIB.

DISCRIMINAÇÃO	PRE-ESTABILIZAÇÃO	PÓS-ESTABILIZAÇÃO	PROGRAMADO	VERIFICADO(1)	
	%	%	%	VALOR Cz$ MILHÕES	%
1. GOV. CENTRAL	2,8	2,5	1,4	234.578	2,0
2. GOV. ESTADUAL E MUNICIPAL	2,3	2,1	1,6	178.057	1,5
3. EMPRESAS ESTATAIS	2,0	2,1	1,0	271.688	2,3
-APORTES DE CAPITAIS DO FND	(0,3)	(0,4)	(0,4)	-	-
4. AG. DESCENTRALIZADAS	0,0	0,0	0,0	(4.605)	(0,1)
5. PREVIDÊNCIA SOCIAL	i	i	i	33.217	0,3
6. FUNDOS E PROGRAMAS	(0,1)	(0,1)	(0,1)	(70.815)	(0,6)
TOTAL	6,7	6,2	3,5	642.120	5,4

FONTE: BACEN
(1): ESTIMATIVAS PRELIMINARES
i = INSIGNIFICANTE
Obs.: VALORES UTILIZADOS DO PIB: Cz$ 9.563.461 MILHÕES (PRÉ-ESTABILIZAÇÃO); Cz$ 11.119.556 MILHÕES (PÓS-ESTABILIZAÇÃO E PROGRAMADO) E Cz$ 11.796.545 MILHÕES (VERIFICADO).

Alguns fatores contribuíram negativamente para se alcançar aquela meta, os mais relevantes são mencionados abaixo:

a) pelo lado da receita ocorreram perdas reais de arrecadação, provocadas pela reaceleração inflacionária e pelo fato do crescimento do PIB ter se dado basicamente em cima do setor agropecuário.

b) a concessão de reajustes de salários dos servidores civis e militares no segundo semestre de 1987 foi um elemento importante na expansão dos gastos acima do programado, implicando no envio de proposta da 3a. Lei de Excesso do exercício de 1987 ao poder legislativo.

c) outros itens de despesas para os quais foram previstas e/ou programadas reduções, mas que, por diversos motivos, não se obteve como resultado o alcance esperado; neste elenco poder-se-ia lembrar os encargos financeiros da dívida pública, as despesas líquidas com trigo, reajuste de salário do pessoal das empresas estatais acima da proposta de política salarial e elevação dos encargos financeiros das estatais decorrente de endividamento adicional por contas de frustação de outras fontes de financiamento das mesmas.

Por outro lado, deve ser destacado que os estados e municípios, como se verifica na tabela 4.2, tiveram suas parcelas reduzidas em relação à meta estabelecida (1,6%). Para isso concorreu a política de contingenciamento do crédito a esses agentes do setor público. A Previdência Social, ao final do exercício, participou com pequena parcela do deficit, 0,3%, enquanto as Agências Descentralizadas e os Fundos e Programas contribuíram para a redução das NFSP com 0,1% e 0,6% do PIB, respectivamente.

Em suma, as metas de déficit público para o exercício de 1987 foram apenas parcialmente alcançadas. No entanto, aquelas mudanças institucionais implantadas pelo Governo Federal deverão produzir resultados mais favoráveis neste campo a partir de 1988, além do que permitirão que a sociedade, atráves do Congresso Nacional, decida sobre os gastos a serem realizados a cada exercício, quando da aprovação do Orçamento Geral da União.

4.2. DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA INTERNA

As operações de dívida pública (mercado primário) e de mercado aberto (mercado secundário), conduzidas pelo Banco Central, resultaram em impacto monetário contracionista de Cz$ 217,0 bilhões em 1987.

Ao longo do período em análise, observaram-se cenários distintos: no primeiro trimestre, as operações com títulos públicos federais redundaram em injeção de recursos de Cz$ 7,0 bilhões; no trimestre seguinte, verificou-se o inverso, com o Banco Central retirando Cz$ 89,4 bilhões; já no terceiro trimestre, o resultado foi expansionista em Cz$ 30,9 bilhões; finalmente, no último trimestre verificou-se contração de Cz$ 165,5 bilhões.

O Banco Central retirou Cz$ 330,9 bilhões através de negócios realizados com o mercado, enquanto os com entidades públicas, que compõem o extramercado, denotaram expansão de Cz$ 113,9 bilhões. Não se verificou nenhuma venda ao mercado e extramercado de Obrigações do Tesouro Nacional (OTN) e Letras do Tesouro Nacional (LTN), à exceção de uma operação especial envolvendo LTN, realizada em dezembro com o Banco do Brasil, para regularização de pendência entre aquela Instituição e o Tesouro Nacional. Assim, as Letras do Banco Central constituiram-se no principal título negociado tanto no mercado primário como no secundário.

No mês de dezembro, as emissões primárias de OTN ascenderam a Cz$ 339,9 bilhões, totalmente absorvidas pela carteira do Banco Central. Os títulos tiveram cotações médias de Cz$ 474,39, Cz$ 470,56 e Cz$ 468,57, prazos de maturidade de 22; 24 e 25 meses, respectivamente.

As vendas de LTN no mercado primário atingiram Cz$ 310,0 bilhões, integralmente absorvidas pela carteira do Banco Central. Quanto ao perfil, as emissões apresentaram-se da seguinte forma: Cz$ 145,0 bilhões em papéis de 63 dias e Cz$ 165,0 bilhões em títulos de 91 dias. As taxas médias mensais de rentabilidade foram de 16,31% e 17,56% para os papéis com prazo de maturidade de 63 e 91 dias, respectivamente.

As emissões de LBC realizadas no mercado primário ascenderam a Cz$ 310,0 bilhões , apresentando a seguinte distribuição: Cz$ 30,0 bilhões em papéis de 182 dias e Cz$ 280,0 bilhões em títulos de 273 dias. O volume emitido em dezembro superou em 138,5% a média verificada em 1987, e em 29,2 % o total lançado no mês anterior.

Os deságios médios nas LBC, em dezembro, situaram-se em 0,18% e 0,31% para papéis de 182 e 273 dias respectivamente.

A taxa de curtíssimo prazo no mercado aberto ("overnight"), em dezembro, atingiu 14,38% a.m. - 12,92% a.m. no mês anterior -, para as operações lastreadas em LBC, e 14,50% para aquelas realizadas com garantia em OTN/LTN.

O saldo da dívida pública mobiliária interna federal, de responsabilidade do Tesouro Nacional, atingiu Cz$ 3.991,1 bilhões ao término de dezembro, sendo Cz$ 3.303,9 bilhões (82,8%) representados por OTN (principal, correção monetária e juros) e Cz$ 687,2 bilhões (17.2%) por LTN (contabilizadas pelo valor de face).

Considerada a variação do IPC ocorrida em 1987, 365,96%, observa-se que o saldo da Dívida Pública Mobiliária Interna Federal decresceu 5,3%, em termos reais. Com isso, a relação dívida pública/PIB atingiu 33,8%, superior, portanto, aos 24,5% verificados no ano anterior.

TABELA 4.3
BRASIL - PIB E DIVIDA MOBILIÁRIA FEDERAL
Cz$ Milhões

PERIODOS	PIB a Preços Correntes (A)	Dívida Mobiliária Interna Federal Total (B)	Dívida Mobiliária em Poder do Público (C)	(B/A) %
1982	48147.8	7863	4737	16.3
1983	118194.8	25436	9523	21.5
1984	387967.7	90277	53081	23.2
1985	1406077.1	402733	258489	28.6
1986	3687473.1	905032	359219	24.5
1987	11.796.545	3.991.064	2.267.449	33.8

Fontes: FGV e BACEN

O estoque de títulos públicos fora do Banco Central, ou seja, a dívida mobiliária em poder do público, atingiu, em 31.12.87, Cz$ 2.267,4 bilhões, sendo Cz$ 1.633,6 bilhões em LBC, Cz$ 592,4 bilhões em OTN e Cz$ 41,4 bilhões em LTN. Em termos reais, o saldo de títulos em poder do público apresentou um crescimento de 35,5% em relação a 1986. Essa expansão decorreu basicamente da colocação mais acentuada de LBC no mercado, que apresentou acréscimo de 73,2%, em termos reais.

TABELA 4.4
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO: COMPOSIÇÃO POR TIPO DE TÍTULO
Cz$ Milhões

	1985	%	1986	%	1987	%
OTN	249.596	96,6	148.697	41,4	592.416	26,1
LTN	8.893	3,4	8.057	2,2	41.431	1,8
LBC	-	-	202.465	56,4	1.633.602	72,1
TOTAL	258.489	100	359.219	100	2.267.449	100

FONTE: BACEN

Cabe destacar, ainda, que com a criação em 1986 das Letras do Banco Central (LBC), procedeu-se, no mercado, rápido processo de troca de OTN por LBC. As OTN representavam, em 1985, 96,6% dos títulos em poder do público, tendo caído, em 1986, para 41,4%, chegando ao final de 1987 com 26,1%. Em contrapartida, a participação das LBC passou de 56,4% em 1986, para 72,1% em 1987, em função também da queda da demanda por LTN.

Em novembro, foi baixado normativo de grande importância, que praticamente representou uma reforma financeira, ao inovar o campo das operações com títulos públicos federais e o relacionamento entre o Tesouro Nacional e o Banco Central (Decreto-Lei no.2.376, de 25.11.87). Determinou-se que a dívida mobiliária interna da União somente poderá ser elevada para a cobertura de déficit no Orçamento Geral da União (OGU), mediante autorização legislativa, ou para atender a parcela de serviço da dívida não incluída no OGU (isto é, a rolagem da dívida), desde que referente aos valores relativos ao principal monetariamente corrigido (se a isto sujeitos), ou aos valores líquidos de colocação no mercado, até o limite equivalente à variação do valor de uma OTN, quando se tratar de títulos não sujeitos à cláusula de correção monetária.

O referido ato legal criou, ainda, a Letra Financeira do Tesouro (LFT), destinada a promover recursos necessários à cobertura de déficit orçamentário, ou para a realização de operações de crédito por antecipação de receita com os estados e municípios, observados os limites fixados pelo Poder Legislativo.

As LFT terão as seguintes características: a) valor nominal: múltiplo de Cz$ 1.000,00; b) forma de colocação: oferta pública; c) modalidade: nominativa-transferível; d) rendimento: definido pela taxa média ajustada dos financiamentos apurados com sistema centralizado de liquidação e custódia para as LFT e títulos com idênticas características, divulgada pelo Banco Central, calculado sobre o valor nominal e pago no resgate do título; e) resgate: pelo valor nominal, acrescido do respectivo rendimento.

As LFT serão emitidas a partir de 1.1.88 e seu volume estará limitado ao previsto no OGU. À exceção do prazo, que é ilimitado no caso das LFT, as demais características no novo título são idênticas às das LBC, cujo prazo máximo é um ano. A remuneração das LFT acompanha, também, a taxa negociada no "overnight".

Observe-se que a criação das LFT encontra-se estreitamente vinculada à captação de recursos para o Tesouro Nacional. As LBC, que haviam sido criadas com vistas a regular a liquidez do sistema, isto é, para fins de política monetária - de vez que as OTN e LTN, à época, não permitiam o alcance desse objetivo sem que isso implicasse em custos desnecessariamente altos para a União (taxas de juros, deságios, etc.) -, passaram a ser também utilizadas para a cobertura de déficits fiscais, o que se afigurava inadequado à própria origem do título, de responsabilidade do Banco Central. Assim, a criação das LFT, em substituião as LBC, nada mais representa, senão o disciplinamento de uma situação já de fato existente.

Para efeito de política monetária, o Banco Central contará com carteira própria de títulos, atuando no mercado com a LFT que tiver em seu poder. As LBC que forem vencendo serão trocadas por LFT, assim como as OTN que lhes servem de lastro.

Através do Decreto-Lei no.2376 ficou determinado que as OTN poderão ser emitidas, mediante autorização do Ministro da Fazenda, com cláusula que assegure ao credor a opção, no respectivo resgate, pelo reajustamento de seu valor segundo a correção monetária baseada nas taxas de variação do IPC, fixadas pela SEPLAN, ou de acordo com o rendimento das LFT. Note-se que, além disso, as OTN permaneceram com a remuneração fixa de 6% a.a. relativa a juros.

5. DESEMPENHO DO SETOR EXTERNO

5.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Dadas as expectativas formadas pelo mercado com relação a uma maxidesvalorização do cruzado, a partir de agosto de 1986, e acentuando-se no último trimestre daquele ano, os saldos comerciais brasileiros declinaram de forma abrupta, atingindo, inclusive, resultados negativos nos meses de nov/86, dez/86 e jan/87.

A volta do sistema de minidesvalorização, a partir de outubro/86, depois de um longo período de câmbio fixo (fev/86 - out/86), permitiu reverter de modo modesto aquela tendência declinante dos saldos comerciais. Dessa forma, entre fev/87 e mai/87 obteve-se uma pequena recuperação. No entanto, foi a partir de junho, quando começaram a ser sentidos os efeitos da mididesvalorização de maio, que se alcançou definitivamente a expansão do comércio exterior.

Assim, dados os esforços do Governo, realizados através de uma política cambial realista, bem como sobre os esquemas administrativo e creditício das exportações, o superávit comercial brasileiro, em 1987, atingiu US$ 11.152 milhões, com um montante de exportação de US$ 26.213 milhões e importação de US$ 15.061 milhões. Superando, portanto, o superávit estimado no Plano de Controle Macroeconômico (jul/87), que era de US$ 8,6 bilhões.

Esse superávit representa o terceiro maior saldo já registrado na história do País, gerando um crescimento de 33,6% em relação a 1986. O mais importante é que esse saldo foi conseguido através do aumento das exportações, invertendo, desta forma, procedimentos anteriores, quando utilizava-se a redução das importações para a obtenção dos superávit comerciais, conforme observa-se na tabela 5.1. a seguir.

TABELA 5.1
BALANÇA COMERCIAL
US$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	1986	1987(*)	VAR. %
EXPORTAÇÃO	22.393	26.213	17,05
Basicos	7.287	8.020	10,06
Industrializados	14.922	18.008	20,68
. Semimanufaturados	2.494	3.177	27,39
. Manufaturados	12.428	14.831	19,34
Operações Especiais	184	185	0,54
IMPORTAÇAO	14.044	15.061	7,24
Petróleo Bruto	2.786	3.850	38,19
Trigo	248	250	0,81
Demais Produtos	11.010	10.961	(0,45)
SALDO COMERCIAL	8.349	11.152	33,57

Fonte: BB/CACEX
Nota: (*)dados preliminares

O crescimento das exportações, que atingiram 17,05% em relação a 1986, foi proveniente de uma política comercial agressiva, que visa estimular a participação permanente do setor exportador, gerando uma diversificação na pauta de produtos e mercadorias, operando com 8000 empresas que exportaram cerca de 6.000 itens da Nomeclatura Brasileira de Mercadorias (NBM), para quase uma centena e meia de países.

A estratégia que permitiu a obtenção desses resultados extremamente favoráveis nas exportações, consubstanciou-se:

a) uma política cambial mais realista, com taxas de câmbio refletindo as oscilações de preços e custo;

b) uma melhor assistência creditícia à produção voltada a exportação e à exportação propriamente dita;

c) agilização na emissão das guias de exportação ou mesmo substituição dessas guias por declarações de embarque; e

d) engajamento de novas empresas, principalmente as pequenas e médias.

Outro fator a ser considerado foi a queda na demanda interna por produtos, principalmente industrializados, que propiciou desta forma a transferência desses produtos para o mercado externo.

Na política de importação prevaleceram critérios seletivos que conduziram as compras internacionais para matérias-primas, partes, peças e acessórios, com a finalidade de manter em atividade o parque produtivo, e para máquinas e equipamentos, imprescindíveis à manutenção do grau de atividade tecnológica da indústria nacional, em face das condições que constrangem o setor externo da economia.

5.2. COMPORTAMENTO DAS EXPORTAÇÕES

As exportações brasileiras registraram em 1987 um crescimento de 17,05%, revertendo desta forma a queda verificada em 1986, 12,7%. Porém esse crescimento tomou corpo no segundo trimestre, atingindo seu ápice em julho quando registrou volume de US$ 2.923 milhões. Contudo o afrouxamento da política de incentivo às exportações, aliada às precauções por parte de alguns compradores nos EUA, gerada pela possibilidade de sobretaxação aos produtos brasileiros, fizeram com que ao final do ano as exportações se mantivessem no patamar de US$2,3 bilhões.

TABELA 5.2
EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US$ Milhões

	1986	1987(*)
JAN	1.910	1.259
FEV	1.751	1.452
MAR	2.158	1.436
ABR	2.172	1.673
MAI	2.291	2.188
JUN	2.000	2.643
JUL	2.209	2.923
AGO	2.099	2.755
SET	1.857	2.687
OUT	1.341	2.510
NOV	1.276	2.290
DEZ	1.329	2.397
TOTAL	22.393	26.213

Fonte: BB/CACEX e SRF/CIEF
Nota: (*)dados preliminares

É importante ressaltar o esforço desenvolvido para a obtenção de resultados cada vez melhores nas exportações, principalmente no tocante aos produtos industrializados, obtendo com isso as vantagens advindas das vendas no exterior, qual sejam o incremento das oportunidades de emprego e dos ganhos de escala, que propiciam às indústrias a conseq" uente redução do seu custo médio de produção.

Esses resultados favoráveis foram conseguidos devido aos ajustes e à consolidação das normas administrativas das exportações, tais como:

a) simplificação das operações comerciais das empresas exportadoras;

b) maior transparência no conjunto de regras em vigor, buscando conseguir o engajamento de novas empresas ao setor exportador;

c) dispensa de exigência de registro prévio de venda para alguns produtos; e

d) possibilidade de vendas antecipadas para embarques futuros de algumas mercadorias.

Não se pode deixar de enfatizar o amparo dado às exportações pela CACEX e pela rede bancária, a título de Assistência Creditícia (Res. no.68 do CONCEX e 882/883 do CMN), que chegou a atingir cerca de Cz$ 120 bilhões (dados preliminares).

5.3. COMPORTAMENTO DAS IMPORTAÇÕES

As compras brasileiras, em 1987, atingiram o montante de US$15.061 milhões, que corresponde ao acréscimo de 7,24% em relação a 1986.

Com exceção das importações de petróleo e trigo, os demais produtos participaram com US$10.961 milhões, representando 72% do total dos gastos com importações. O petróleo representou cerca de 26% (US$3.850 milhões) e o trigo 1,7% (US$250 milhões) do total das aquisições brasileiras.

TABELA 5.3
EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
US$ Milhões

	1986	1987(*)
JAN	1.209	1.299
FEV	1.123	1.132
MAR	1.021	1.134
ABR	880	1.171
MAI	951	1.227
JUN	929	1.213
JUL	1.199	1.466
AGO	1.149	1.327
SET	1.313	1.195
OUT	1.420	1.312
NOV	1.308	1.246
DEZ	1.542	1.339
TOTAL	14.044	15.061

Fonte: BB/CACEX e SRF/CIEF
Nota (*) dados preliminares

Alguns itens, tais como bens de capital e produtos químicos, registraram crescimento, em 1987, em torno de 16,6% e 3,5%, respectivamente.

Por outro lado, as compras de produtos destinados ao abastecimento interno, tais como carne, leite e produtos lácteos, milho e arroz, que em 1986 representaram um volume de dispêndio significante na pauta de importação, (cerca de US$ 1.0 bilhão) com vistas a regularizar o mercado interno, em 1987 tiveram uma queda de aproximadamente US$600 milhões. Essa economia possibilitou o incremento das aquisições de produtos tais como caldeiras, máquinas, aparelhos, instrumentos mecânicos, instrumentos de navegação, além de outros, permitindo desta forma que os setores que utilizam-se deste produtos pudessem dar prosseguimento a suas atividades.

TABELA 5.4
INDICADORES DO SETOR EXTERNO - 1984/87
US$ milhões

ITENS	1984	1985	1986	1987*
1. Exportação	27005	25639	22393	26213
2. Importação	13916	13153	14044	15061
3. BALANÇA COMERCIAL	13089	12486	8349	11152
4. Juros (líquido)	-10203	-9660	-9093	-8792
5. Outros Serviços	-2540	-2674	-3370	-3226
6. SALDO EM C/C	517	302	-4028	-787
7. Invest. Direto (líquido)	1076	720	-108	488

Fonte: BB/CACEX, SRF/CIEF e BACEN
Nota: (*) dados preliminares

TABELA 5.2
POSIÇÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS NO BACEN NOS CONCEITOS DE BALANÇO DO PAGAMENTOS E LIQUIDEZ INTERNACIONAL
US$ milhões

PERIODO	BALANÇO DE PAGAMENTOS	LIQUIDEZ INTERNACIONAL
1985 - DEZ	9.273	10.482
1986 - JAN	8.802	9.868
FEV	8.635	9.680
MAR	8.922	10.073
ABR	9.233	10.327
MAI	9.332	10.419
JUN	8.732	10.391
JUL	7.939	9.499
AGO	7.569	9.105
SET	7.514	9.025
OUT	6.473	8.006
NOV	5.793	7.347
DEZ	5.330	6.760
1987 (*) JAN	4.582	5.380
FEV	4.300	4.965
MAR	4.081	4.859
ABR	4.394	5.169
MAI	5.012	5.770
JUN	4.885	5.630
JUL	5.741	6.474
AGO	6.555	7.340
SET	6.584	7.386
OUT	6.567	7.341
NOV	7.064	7.843
DEZ	6.799	7.458

Fonte: BACEN
Nota: (*) dados preliminares

Para a elaboração desse capítulo, foram consultados, entre outros os seguintes documentos:

a) Avaliação do desempenho recente e perspectivas da economia brasileira- SEPLAN/PR/IPLAN/CPM;

b) Desempenho do comércio exterior brasileiro, em 1987- CACEX/BB;

c) Relatório da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços- 1987- SEAP/MF;

d) Relatório da Secretaria Executiva da Comissão de Política Aduaneira- CPA/MF;

e) Relatório da Secretaria da Receita Federal- Política e Administração Tributária- SRF/MF;

f) Relatório de Atividades da Superintendência de Seguros Privados SUSEP/MF;

g) Relatório de atividades da Comissão de Valores Mobiliários- CVM/MF;

h) Relatório de atividades do Instituto de Resseguros do Brasil- IRB/MF;

i) Boletins Mensais do Banco Central do Brasil.

PARTE IV

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

1. Introdução.

A Secretaria do Tesouro Nacional manteve a estrutura disposta pelo Decreto no.93.874, de 23.12.86, apresentando a seguinte composição:

- órgãos de assessoramento direto ao Secretário:
  - . Gabinete;
  - . Assessoria Técnica;

- órgãos de coordenação e atividades específicas:
  - . Secretaria de Programação Financeira (SEFIN);
  - . Secretaria de Informática (SEINF);
  - . Secretaria de Haveres e Riscos do Tesouro Nacional (SERTE);
  - . Secretaria de Controle Financeiro do Setor Público (SECOF);
  - . Secretaria de Controle e Fiscalização (SEFIC);
  - . Secretaria de Normas e Orientação (SENOR);
  - . Secretaria de Despesa de Pessoal (SEDEP);

- órgãos de apoio:
  - . Divisão de Documento (DIDOC);
  - . Divisão de Apoio Administrativo (DIAPA);

- órgãos descentralizados:
  - . Delegacia do Tesouro Nacional no Distrito Federal e nas capitais dos estados.

Com o propósito de atingir as finalidades definidas originalmente na sua criação, a Secretaria do Tesouro Nacional exerceu com propriedade as funções de Órgão Central dos Sistemas de Administração e Programação Financeira, Contabilidade e Auditoria.

São tarefas próprias da Secretaria do Tesouro Nacional:

- controlar as operações realizadas por conta e ordem do Tesouro Nacional e nas quais o Tesouro Nacional figure como mutuário ou financiador;
- controlar as responsabilidades assumidas pelo Tesouro Nacional decorrentes de contratos de empréstimos e financiamentos, para assegurar o pagamento dos compromissos nas datas de vencimento;
- autorizar os pagamentos necessários à satisfação de compromissos financeiros garantidos pelo Tesouro Nacional, e não honrados pelos devedores, e adotar as medidas legais para regularização e recuperação dos recursos despendidos pela União;
- controlar os valores mobiliários representativos de participação societária da União em empresas públicas, sociedade de economia mista e quaisquer outras entidades, bem como os respectivos rendimentos e os direitos inerentes a esses valores;
- compatibilizar com os objetivos da execução financeira e orçamentária da União a contratação de operações de crédito externo, previamente à concessão de credenciamento pelo Banco Central do Brasil, e a contratação ou renovação de operações de arrendamento mercantil;

- assessorar o Presidente do Conselho Monetário Nacional no controle da execução dos programas de recursos e aplicações das instituições financeiras públicas federais, aprovados pelo referido Conselho, sem prejuízo da competência de outros órgãos;
- conferir tratamento financeiro específico a projetos ou atividades contemplados no Orçamento Geral da União, vedado o redirecionamento dos recursos que lhe foram destinados;
- executar, sem caráter de exclusividade, atividades de auditoria contábil e de programas, especialmente as decorrentes de acordos com organismos internacionais;
- realizar as auditorias especiais que lhe forem determinadas pelo Presidente da República.

Por atribuição definida pelo Decreto no.94.443, de 12.6.87, cabe também à Secretaria do Tesouro Nacional propor ao Ministério da Fazenda, em articulação com o Banco Central do Brasil, as normas, regulamentos e demais condições a serem observadas nos serviços de colocação e resgate de títulos da dívida pública mobiliária federal.

Finalmente, pelo Decreto no.94.444, de 12.6.87, a Secretaria do Tesouro Nacional recebeu o encargo da execução orçamentária e financeira das operações dos fundos e programas de crédito para fomento, administrados pelo Banco Central do Brasil até 31/12/87.

Incontestavelmente, grande parcela das atividades desenvolvidas pelos diversos segmentos da Secretaria do Tesouro Nacional estiveram diretamente direcionados à sustentação do "Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI".

A patenteada resistência de que se reveste o espírito conservador de muitos envolvidos na implantação deste sistema, foi incapaz de impedir a implementação idealizada e o colhimento de láureo resultado nas etapas já vencidas.

O ceticismo de muitos e a improcedente relutância de outros na aceitação de um programa de expressivos e graduados serviços requisitados pelos executores e gestores da administração pública federal, tornaram-se incentivo maior à pujança e dedicação modelar de técnicos obstinados na conquista de elevado objetivo.

Paralelamente à elevação dos impulso de recursos técnicos implementados no Sistema de Controle Interno, a Secretaria do Tesouro Nacional empenhou-se totalmente na valorização dos recursos humanos disponíveis.

Oriundos de sistema seguidamente transferido entre órgãos da administração federal direta, os servidores componentes do Sistema de Controle viam-se estagnados funcionalmente, sem perspectivas de carreira, desmotivados para o desempenho de suas funções e da execução de seus serviços de reconhecido valor na integração do Sistema de Controle Interno.

Concomitante ao incentivo através de encontros programados e seminários periódicos oferecidos ao pessoal técnico integrante desse sistema, cuidou a STN de levar a termo os estudos preliminares para criação da Carreira de Finanças e Controle, composta em sua quase totalidade por integrantes do Sistema de Controle Interno.

A etapa inicial foi alcançada através do Decreto-Lei no.2.346, de 23.7.87, que criou no Ministério da Fazenda os cargos de Analista e Técnico de Finanças e Controle.

Atos do Poder Legislativo foram promulgados posteriormente, o que possibilitou a transposição final desses servidores, compondo a Carreira de Finanças e Controle, vinculada ao Ministério da Fazenda e integrante da estrutura da Secretaria do Tesouro Nacional.

A Secretaria do Tesouro Nacional cuidou também do suprimento das lacunas existentes na normatização da execução orçamentária e financeira, para melhor assegurar a boa gestão dos recursos públicos.

Nesse sentido foram expedidos os seguintes atos normativos no transcurso do exercício:

IN/No. 01, de 12.1.87 - Implementa a Tabela de Eventos;

IN/No. 02, de 15.1.87 - Disciplina a transferência de recursos para pagamento de despesas no Exterior;

IN/No. 03, de 29.1.87 - Define procedimentos para transposição de saldos de balanços;

IN/No. 04, de 03.2.87 - Inclui novas contas no Plano de Contas da Administração Federal;

IN/No. 05, de 05.2.87 - Implementa as instruções de implantação do SIAFI;

IN/No. 06, de 26.2.87 - Institui o Manual de Orientação aos Conselheiros Fiscais Representantes do Tesouro Nacional;

IN/No. 07, de 06.3.87 - Aprova as instruções para cadastramento de empresas privadas de auditoria;

IN/No. 08, de 06.3.87 - Fixa entendimento sobre aplicação de recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda - Encargos Previdenciários da União, destinados à Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor Público;

IN/No. 09, de 26.3.87 - Disciplina o acompanhamento de desembolso mensal com pessoal e força de trabalho;

IN/No. 10, de 27.5.87 - Dispõe sobre convênios, acordos ou ajustes de natureza financeira;

IN/No. 11, de 24.6.87 - Altera a estipulação de prazos previstos na IN/No. 10/87;

IN/No. 12, de 08.7.87 - Institui o Manual da Despesa da União - MDU;

IN/No. 13, de 13.7.87 - Substitui a Tabela de Conversão de Contas Contábeis;

IN/No. 14, de 14.7.87 - Dispõe sobre o custeio das operações a cargo da CFP;

IN/No. 15, de 19.8.87 - Institui o Cadastro de Contratos;

IN/No. 16, de 24.8.87 - Institui o Cronograma Financeiro de Contratos;

IN/No. 17, de 28.10.87 - Disciplina procedimentos referentes à Ordem Bancária;

IN/No. 18, de 30.11.87 - Estabelece normas sobre tomada e prestação de contas;

IN/No. 19, de 30.11.87 - Aprova normas do Sistema de Auditoria;

IN/No. 20, de 1.12.87 - Aprova nova redação do Capítulo 06 - Subvenções, Auxílios e Contribuições, do MDU.

2.ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFORMÁTICA - SEINF.

No exercício de 1987, as atividades da Secretaria de Informática - SEINF, da STN, foram quase que exclusivamente dedicadas à implantação e consolidação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI, em face da prioridade estabelecida para este sistema.

O SIAFI tornou-se uma realidade inconteste, sendo requisitado como instrumento indispensável e peça basilar de gestão orçamentária e financeira.

Com custos minimizados, permite que a contabilidade pública seja fonte segura e tempestiva de informações gerenciais da administração pública federal, integrando e compatibilizando as informações disponíveis nos diversos órgãos localizados em todo o território nacional.

A implantação do sistema na modalidade "ON-LINE", oferece acesso instantâneo nos níveis setoriais e de consolidação desejada.

Das 2.300 unidades gestoras que operam na modalidade "ON-LINE", 951 dispõem de equipamentos instalados, e as 1.349 restantes se utilizam do sistema de forma compartilhada.

A rede operacional do SIAFI ficou constituida de 1.087 terminais, 177 microcomputadores, 1.172 impressoras e 756 estabilizadores, estando em fase de instalação mais 192 terminais, 21 micros e 193 impressoras.

O SIAFI pode também ser dimensionado pelos documentos processados e relatórios fornecidos aos usuários do sistema: respectivamente, 4.574.270 lançamentos e 3.324.209 páginas de relatórios contábeis.

A Secretaria de Informática participou de forma ativa na preparação adequada dos servidores na fase inicial de implantação do Sistema e tem procurado dar continuidade ao treinamento dos recursos humanos alocados ao SIAFI. Durante o exercício foram promovidos encontros e seminários destinados ao aprimoramento específico dos responsáveis pelo Sistema, tanto nos órgãos da administração direta, quanto indireta e do poder judiciário.

Empenho marcante mereceu da Secretaria de Informática a apresentação de opções para transações suficientes no atendimento das necessidades de entradas e consultas de dados pelos usuários do SIAFI.

Desenvolveu ainda, a Secretaria de Informática, outros sistemas de interesse interno da Secretaria do Tesouro Nacional, merecendo destaque especial:

- Controle de Tramitação de Documentos, elaborado para a Comissão de Coordenação Financeira (CCF);
- Controle de Material e Patrimônio da STN;
- Controle de Recursos do Fundo de Participação e Transferências a Estados e Municípios;
- Previsão de Índices Governamentais;
- Controle das Contas dos Avais do Tesouro Nacional;
- Acompanhamento da Dívida Pública;
- Controle de Compromissos do Secretário da STN;
- Manutenção do PROFINAC (Controle das Liberações de Recursos); e
- Registro e Recuperação de Documentos (remetidos e recebidos pela STN).

Está em desenvolvimento o sistema destinado à execução do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito, tendo como objetivo a inserção imediata no SIAFI das fontes de financiamento de programas do Tesouro Nacional.

3.ATIVIDADES DA SECRETARIA DE NORMAS E ORIENTAÇÃO-SENOR

As atividades da Secretaria de Normas e Orientação-SENOR, da STN, durante o exercício de 1987, foram orientadas visando a consolidação e o efetivo funcionamento do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, nos limites das atribuições que lhe são inerentes, ou seja, a elaboração de normas e a orientação.

Foram concluídos vários trabalhos durante o exercício, com o objetivo de assegurar a boa gestão dos dinheiros públicos, merecendo destaque especial os seguintes atos normativos:

a) Normas gerais sobre convênios, acordos ou ajustes de natureza financeira, para execução de serviços de interesse recíproco dos órgãos e entidades da Administração Federal direta e autárquica e de outras entidades públicas ou particulares, especialmente para descentralização de atividades mediante delegação da execução de programas aos órgãos e entidades estaduais ou municipais;

b) Manual de Despesa da União, contendo orientação detalhada aos gestores, para a execução orçamentária e financeira da União;

c) Instruções sobre a composição e o encaminhamento dos processos de tomadas de contas, no âmbito da Administração Direta, e sobre a composição e apresentação das prestações de contas das entidades da Administração Indireta; e

d) Normas sobre a atividade de auditoria, com a finalidade de sistematizar e padronizar sua aplicação pelos órgãos do Sistema.

Dos trabalhos em andamento na SENOR, cabe mencionar o plano de ação integrada do Sistema de Controle Interno, a elaboração dos Regimentos Internos e dos órgãos setoriais.

O plano de ação integrada do Sistema de Controle Interno tem como objetivos estratégicos aumentar a efetividade do controle, institucionalizar sistematica de programação financeira plurianual, aperfeiçoar a gestão dos recursos públicos e integrar o Sistema de Controle Interno com os demais Sistemas da Administração Pública Federal.

Esteve a cargo ainda da Secretaria de Normas e Orientação-SENOR ministrar treinamento para o pessoal no âmbito do Sistema de Controle Interno nas seguintes áreas:

AUDITORIA CONTÁBIL GOVERNAMENTAL

Objetivos: Suprir, a curto prazo, a carência de pessoal nas áreas de auditoria contábil dos órgãos setoriais; agilizar os serviços, tornando a auditoria eficiente e eficaz na verificação e acompanhamento da gestão dos recursos públicos; uniformizar procedimentos na execução da atividade de auditoria contábil;

Número de treinandos: 123.

SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA-SIAFI

Objetivos: Dar continuidade ao processo de treinamento iniciado em 1986 para habilitar os servidores em operações nos terminais "ON LINE", executando rotinas próprias do Sistema; habilitação, a nível gerencial, sobre as informações disponíveis no SIAFI e transmitir informações aos servidores quanto às modificações introduzidas na legislação; preparar o pessoal envolvido na execução de tarefas de programação financeira e execução orçamentária, de acordo com as rotinas, normas e procedimentos estabelecidos.

Número de treinandos: 3.111.

UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS-SIAFI

Objetivos: Dotar os gerentes das unidades gestoras, de conhecimentos sobre as informações disponíveis no SIAFI, úteis à tomada de decisões em administração orçamentária, financeira e de controle interno; facilitar o processo de aproximação desses gerentes com os instrumentos técnicos do Sistema, buscando quebrar focos de resistência quanto à utilização de terminais.

Número de treinandos: 465.

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Objetivos: Uniformizar conhecimentos dos conceitos e normas de administração orçamentária e financeira e sua aplicação prática; disseminar esses conhecimentos, a partir da formação de instrutores e da distribuição de material didático, consolidando as normas e conceitos;

Número de treinandos: 65.

FORUM DE DEBATES SOBRE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E LICITAÇÕES

Objetivos: Discussão, no mais elevado nível, sobre a teoria e princípios gerais, bem como da aplicação da legislação sobre os temas abordados. O evento, promovido pela STN e co-patrocinado pela ESAF, contou com a colaboração de eméritos professores catedráticos e diretores de área jurídica dos diferentes Ministérios.

Finalmente, merece destaque a atuação da SENOR na coordenação das atividades do Controle Interno, funcionando como Secretaria-Executiva da Comissão de Coordenação do Controle interno - INTERCON, no exercício das novas atribuições conferidas pela Portaria STN nr. 381, de 13.10.87.

4. ATIVIDADES DA SECRETARIA DE CONTROLE FINANCEIRO DO SETOR PÚBLICO-SECOF

A Secretaria de Controle Financeiro do Setor Público tem por objetivo acompanhar o desempenho econômico-financeiro dos estados, municípios, instituições financeiras federais, empresas públicas e sociedades de economia mista e suas subsidiárias, com vistas a avaliar a real capacidade econômico-financeira desses agentes em assumir compromissos relativos a operações de crédito e/ou outra forma qualquer de responsabilidade junto a terceiros.

Cabe também à Secretaria de Controle Financeiro do Setor Público-SECOF, o acompanhamento e coordenação de programas de saneamento financeiro de alguns desses agentes econômicos, surgindo em primeiro plano o saneamento e recuperação de empresas e setores estatais federais, bancos estaduais e o Plano de Saneamento de Estados e Municípios, a ser implantado em 1988.

A SECOF procurou desenvolver programas que permitissem a verificação da consistência dos dados apresentados, em relação às fontes de recursos, às políticas de crédito e monetária do BACEN, como também às diretrizes da STN/SECOF, no que se refere às fontes de financiamento/endividamento do Setor Público.

As informações coletadas junto às instituições buscam atender às seguintes necessidades:

a) padronização da forma dos orçamentos;

b) connecimento das atividades assistidas pelo IFPF;

c) identificação das aplicações nos setores público e privado; e

d) conhecimento das vinculações existentes entre as fontes de recursos e as respectivas aplicações.

Entre as atividades desenvolvidas com o objetivo de alcançar o acompanhamento das empresas estatais do setor eletrico, siderurgico e transportes, merecem menção:

1 - Acompanhamento e controle da execução orçamentária de empresas estatais e dos planos de saneamento econômico-financeiro das empresas do setor elétrico e siderúrgico.

2 - Elaboração de pareceres e acompanhamento do fluxo de caixa das empresas do setor elétrico e siderúrgico, "vis-à-vis" o PDG, com vistas à definição da necessidade de empréstimo-ponte por parte do Tesouro Nacional.

3 - Elaboração de pareceres sobre pedidos das empresas estatais para contratação de operações de crédito interno ou externo, com ou sem aval da União.

4 - Desenvolvimento de formulários, a serem implantados em 1988, com vistas ao fornecimento de informações necessàrias às liberações de recursos de T.N. às empresas estatais federais.

5 - Operacionalização de processos de capitalizações dos grupos ELETROBRÁS e SIDERBRÁS relativos à transformação, em capital, de dívidas dèsses grupos para com o Tesouro Nacional e outras instituições financeiras oficiais.

6 - Participação, em conjunto com a SEST, SAIN e SEAP, no âmbito do MF, dos entendimentos preliminares à realização do "Encontro de Contas" e da implantação do "Fundo de Compensação", com o objetivo de reorganizar o fluxo de transferências internas do setor elétrico.

7 - Participação nos entendimentos relativos à liberação de recursos do Tesouro Nacional à PETROBRÁS, com vistas à quitação de dívidas relativas ao consumo de óleo combust'vel pela ELETROBRÁS.

8 - Participação nas análises e estudos técnicos necessários à implementação da Terceira Etapa da Fase I do Projeto AÇOMINAS, que será realizada através da operação de "leasing" e "sale and lease-back" junto a empresas "leasing" nacionais, com aval da União.

9 - Participação em comissão interministerial (Fazenda/Transportes/SEPLAN) para elaboração de diagnóstico econômico financeiro da LLOYDBRAS, com apresentação de sugestões alternativas a serem seguidas pelo Governo quanto à perspectiva de sobrevivência da empresa. Foi elaborado relatório analítico oferecendo três alternativas de decisões a serem tomadas.

10 - Participação em comissão interministerial (Fazenda/SEPLAN) para avaliar a capacidade de pagamento da RFFSA, em face do convênio que se pretende assinar entre a União, o BNDES e a RFFSA. Foi elaborada nova versão para a minuta de convênio e fixados novos valores para comprometimento da União e da empresa.

5.ATIVIDADES DA SECRETARIA DE HAVERES E RISCOS-SERTE

As atividades desenvolvidas, no exercício de 1987, pela Secretaria de Haveres e Riscos-SERTE, concentraram-se notadamente na implementação e consolidação de sistemas de controle e supervisão compatíveis com o desempenho das funções dispostas pelos Decretos nos. 93.872 e 93.874, ambos de 23.12.86.

O desenvolvimento dessas atividades foi dirigido para garantir o acompanhamento sistemático das responsabilidades e bens do Tesouro Nacional, especialmente os relacionados com:

- Operações de crédito internas;
- Operações de crédito externas;
- Haveres mobiliários da União;
- Operações especiais.

As operações internas de crédito, de responsabilidade da União mediante aval do Tesouro Nacional, atingiram a cifra de Cz$119.385 milhões, na seguinte composição:

	(Cz$ 1.000.000)
Estatais federais	118.258
Governos Estaduais e dos Territórios....	1.127

O Tesouro Nacional concedeu Cz$ 943.000.000.00 de avais em favor de entidades estatais federais para concretização de operações de crédito internas.

Os riscos assumidos pelo Tesouro Nacional em operações de resseguro, tanto os já assumidos quanto os aprovados e pendentes de formalização, nos diversos ramos de cobertura, somaram Cz$ 675.952.666.353.05, na distribuição seguinte:

RAMOS	VALORES Cz$
Incêndio	405.438.381.747,48
Tumultos	109.869.581.610,00
Lucros Cessantes	72.710.166.465,53
Cascos Marítimos	1.721.815,815,81
Garantia Obrigações Contratuais	1.245.073.113,13
Automóveis	25.796.244,70
Riscos Diversos	40.751.716.842.12
R.C.Geral	6.425.824.847,88
Riscos de Engenharia	16.571.547.866,65
Ramos Diversos	10.018.105.280,54
Penhor Rural	207.642.571,71
R.C.F.V.	419.569.269,82
Global de Bancos	10.047.781.799,39
Aeronáuticos	402.527.997,89
Fidelidade	97.134.880,40
Total	675.952.666.353,05

Os estados e municípios foram contemplados com Cz$ 79.181 milhões em operações de saneamento financeiro, de conformidade com as disposições da Lei no. 7.614/87 (Voto CMN 340/87), na distribuição:

	(Cz$ 1.000.000)
Custeio	18.360
Estados	15.610
Municípios	2.750
Refinanciamento	60.821
Estados	43.888
Municípios	16.933

À Secretaria de Haveres e Riscos-SERTE compete controlar as operações de crédito externo autorizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional avalizadas pelo Tesouro Nacional.

O saldo dessas operações em 31.12.87 foi de US$ 69.848.8 milhões, com os seguintes participantes:

	US$ milhões
Aval Direto	69.432,1
Estatais Federais	26.807,6
Estatais Estaduais	5.605,9
Estatais Municipais	44,9
Governos Estaduais	4.697,9
Governos Municipais	474,6
Dep. Junto ao BACEN	31.801,2
Aval Indireto	416,7
Banco do Brasil	54.1
Banco Central do Brasil	6.4
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	356.2
Total	69.848,8

No campo de haveres imobiliários da União, as atividades desevolvidas pela Secretaria de Haveres e Riscos-SERTE, da STN, estiveram vinculadas ao levantamento e controle dos investimentos do Tesouro Nacional, especialmente nas participações acionárias da União, nas empresas controladas e não-controladas, com o objetivo de obter os indicativos percentuais de participação nessas empresas, bem como o quantitativo investido em ações, e as modalidades dessas aplicações.

A fim de melhor assegurar essas informações e garantir eficiente controle dessas participações, foi editada a Instrução Normativa STN/MF no.6, de 26.2.87, instituindo o Manual de Orientação aos Conselheiros Fiscais, como instrumento hábil de condução de conhecimento aos representantes do Tesouro Nacional na fiscalização a ser exercida nos órgãos de administração das empresas controladas.

As operações especiais desenvolvidas pela SERTE, no exercício de 1987, estiveram praticamente destinadas ao controle e acompanhamento das despesas com os "Projetos/Atividades Sujeitos a Tratamento Financeiro Específico-PROFIE".

6.ATIVIDADES DA SECRETARIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO-SEFIC

O desempenho das atividades atribuídas pelo Decreto no.93.874, de 23.12.86, acarretou o desdobramento da Secretaria de Controle e Fiscalização-SEFIC em duas subsecretarias: Subsecretaria de Contabilidade e Subsecretaria de Auditoria.

A implantação simultânea do Plano de Contas da Administração Federal reformulado, com o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI, resultou em redobrada atuação da Subsecretaria de Controle e Fiscalização, sobrecarregando as atividades da Subsecretaria de Contabilidade.

As incessantes consultas formuladas e indagações apresentadas pelos executores do SIAFI e pelos responsáveis pela contabilidade dos órgãos da administração federal motivaram ativo desempenho da SEFIC.

Preliminarmente, surgiu a necessidade de definição dos procedimentos a serem adotados para a transposição dos saldos dos Balanços do exercício de 1986, a nível de unidades setoriais, dentro da correspondência das contas apresentadas pelo novo Plano de Contas.

Para tanto, foi expedida a IN/STN/SEFIC no. 3, de 29.1.87, com especificação detalhada das novas contas criadas em relação às contas extintas.

A necessária assimilação das contas do novo Plano de Contas e a dificuldade natural de sustentação e implementação do SIAFI ocasionaram o fornecimento tardio de relatórios de execução orçamentária e balancetes mensais aos órgãos de contabilidade da administração federal.

Com o propósito de retratar o Balanço-Geral da União, com precisa transparência dos valores patrimoniais e das contas de reflexo no resultado do exercício, a SEFIC diligenciou na obtenção das informações essenciais a esse objetivo.

Dessa forma, envolvendo-se com os órgãos do Ministério da Fazenda responsáveis pelo controle, registro e cobrança da dívida ativa da União, foi possível obter dados atualizados a nível das unidades federativas na composição desta conta. A relação detalhada dos devedores por contribuições atrasadas representa um marco pioneiro na administração pública e vem demonstrada por UF. à fls. 164 deste volume.

Da mesma forma, a SEFIC diligenciou junto aos órgãos integrantes da administração federal, direta e indireta, com o objetivo de apresentar, por consolidação, o endividamento do Tesouro Nacional, em face dos compromissos assumidos junto a organismos internacionais por operações de crédito externas.

O montante do débito informado integra o balanço dos órgãos responsáveis pela liquidação das dívidas assumidas.

A absorção contábil desses compromissos nos órgãos do respectivo endividamento à taxa cambial de 31.12.87 (72,251) provocou considerável reflexo negativo na apuração da variação patrimonial do exercício.

Repetidamente a SEFIC tem empenhado junto ao Serviço Patrimônio da União, órgão responsável pelo registro e controle do imobilizado da União, com o propósito de obter a discriminação dos bens imovéis com indicativo do custo corrigido, sem alcançar sucesso nessa investida.

A apresentação desses elementos nos registros contábeis dos órgãos de vínculo teria exponencial resultado na composição patrimonial da União.

A Subsecretaria de Auditoria, que integra a estrutura da Secretaria do Tesouro Nacional como componente da Secretaria de Controle e Fiscalização-SEFIC, tem sua atribuição definida pelo Decreto no.93.874, de 23.12.86, qual seja: realizar, privativamente, atividades de auditoria sobre acordos com organismos internacionais, bem como aquelas determinadas pelo Presidente da República e, ainda, nos aspectos relacionados ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, o exercício de atividades de coordenação, orientação, supervisão e fiscalização voltadas aos órgãos setoriais que o compõem.

A Secretaria de Controle e Fiscalização, através da Subsecretaria de Contabilidade, procurou também corresponder à contínua demanda de informações necessárias à implementação das normas expedidas pelos segmentos da Secretaria do Tesouro Nacional e destinadas especialmente à execução orçamentária e financeira, no ajustamento de procedimentos contábeis e ainda através da Subsecretaria de Auditoria padronizar os procedimentos de auditoria e regulamentar os serviços de auditoria por parte de empresas privadas específicas de auditoria.

Nesse sentido foram expedidas as seguintes Normas de Execução:

NE no.1, de 10.3.87 - Aprova modelo de Certificado de Registro-STN - para cadastro de Empresas Públicas de Auditoria;

NE no.4, de 31.3.87 - Inclui e exclui eventos do Adendo A, do item V do Plano de Contas;

NE no.5, de 22.4.87 - Declara registradas e autorizadas a prestar serviços de auditoria no Serviço Público Federal as empresas privadas de auditoria que menciona;

NE no.8, de 6.5.87 - Declara registradas e autorizadas a prestar serviços de auditoria no Serviço Público Federal as empresas privadas de auditorias que menciona;

NE no.9, de 14.5.87 - Define os procedimentos contábeis relativos aos Emolumentos Consulares e às operações de crédito internas e externas em moeda, em bens e/ou serviços;

NE no.12, de 29.5.87 -Declara registradas e autorizadas a prestar serviços de auditoria no Serviço Público Federal as empresas privadas de auditoria que menciona;

NE no.14, de 3.6.87 - Define competência para realização da conformidade contábil;

NE no.15, de 4.6.87 - Declara registradas e autorizadas a prestar serviços de auditoria no Serviço Público Federal as empresas privadas de auditoria que menciona;

NE no.16, de 10.6.87 -Declara registradas e autorizadas a prestar serviços de auditoria no Serviço Público Federal as empresas privadas de auditoria que menciona;

NE no.17, de 3.7.87 - Inclui códigos de eventos, integrantes da Tabela de Eventos, do Adendo A, do item V do Plano de Contas;

NE no.18, de 7.7.87 - Declara registradas e autorizadas a prestar serviços de auditoria no Serviço Público Federal as empresas privadas de auditoria que menciona;

NE no.19, de 10.7.87 -Declara registada e autorizada a prestar serviços de auditoria no Serviço Público Federal a empresa privada de auditoria que menciona;

NE no.20, de 13.7.87 - Inclui contas e respectivas funções no Plano de Contas;

NE no.22, de 4.8.87 - Inclui códigos de eventos, integrantes da Tabela de Eventos. do Adendo A, do item V do Plano de Contas;

NE no.23, de 6.8.87 - Declara registradas e autorizadas a prestar serviços de auditoria no Serviço Público Federal, as empresas privadas de auditoria que menciona;

NE no.26, de 2.9.87 - Declara registradas e autorizadas a prestar serviços de auditoria no Serviço Público Federal as empresas privadas de auditoria que menciona;

NE no.27, de 8.9.87 - Declara registrada e autorizada a prestar serviços de auditoria no Serviço Público Federal, a empresa privada de auditoria que menciona;

NE no.28, de 14.9.87 -Declara registrada e autorizada a prestar serviços de auditoria no Serviço Público Federal a empresa privada de auditoria que menciona;

NE no.29, de 18.9.87 - Inclui contas e as respectivas funções no Plano de Contas;

NE no.30, de 29.9.87 -Declara registradas e autorizadas a prestar serviços de auditoria no Serviço Público Federal as empresas privadas de auditoria que menciona;

NE no.31, de 19.10.87-Republica a Tabela de Eventos, do Adendo A, constante do Anexo V do Plano de Contas;

NE no.32, de 12.11.87-Define procedimentos contábeis para registro, no SIAFI, dos atos e fatos relacionados com a transferência e a aplicação de recursos em moeda estrangeira;

NE no.33, de 17.11.87-Declara registrada e autorizada a prestar serviços de auditoria no Serviço Público Federal a empresa privada de auditoria que menciona;

NE no.34, de 19.11.87-Define prazos e procedimentos para o encerramento do exercício financeiro de 1987;

NE no.35, de 1.12.87 -Declara registrada e autorizada a prestar serviços de auditoria no Serviço Público Federal a empresa privada de auditoria que menciona;

NE no.36, de 3.12.87- Define os prazos e os procedimentos contábeis de integração de balancetes mensais dos órgãos da administração direta e indireta no Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAFI;

NE no.37, de 4.12.87 -Declara registrada e autorizada a prestar serviços de auditoria no Serviço Público Federal a empresa privada de auditoria que menciona;

NE no.38, de 18.12.87-Declara registrada e autorizada a prestar serviços de auditoria no Serviço Público Federal a empresa privada de auditoria que menciona;

NE no.39, de 29.12.87 -Procede alterações no Plano de Contas da Administração Federal;

No mesmo sentido, a Secretaria de Controle e Fiscalização expediu Instruções Normativas com o propósito de oferecer os procedimentos contábeis adequados aos atos e fatos inerentes à execução orçamentária e financeira da Administração Pública Federal.

Entre estas, podem ser destacadas as seguintes:

IN no.1, de 12.1.87 - Inclui códigos de eventos, integrantes da Tabela de Eventos, do Adendo A, do item V do Plano de Contas;

IN no.3, de 29.1.87 - Define os procedimentos de transposição dos saldos de Balanços do exercício de 1986 para 1987, dos órgaos da Administração Federal;

IN no.4, de 3.2.87 - Inclui contas e as respectivas funções no Plano de Contas;

Além dos atos normativos citados, outros expedientes foram aproveitados para transmitir orientações e normas de contabilização diretamente à unidade ou órgão envolvido. Assim, foram apresentados diversos atos internos com propostas de ajustes de dados incoerentes em relatórios mensais dos órgãos integrantes do Sistema de Controle Interno e equivalentes, com integração no Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAFI.

A dinâmica imposta pelo novo Plano de Contas e pelo SIAFI, com implantação simultânea nos diversos postos regionais do território nacional acarretou um acompanhamento desdobrado por parte da SEFIC com o objetivo de alcançar os resultados desejados.

Dessa forma, no transcurso do exercício, emergiram revisões de normas propostas e implantação de atos regulamentares vinculados ao processamento de documentos de execução orçamentária e financeira dos órgãos da Administração Financeira Federal.

Com a proximidade do fim do ano, veio à tona a regular necessidade de expedição de ato específico com tratamento dos procedimentos e prazos para o encerramento do exercício de 1987.

Em consequência foi expedida a Norma de Execução no.34, de 19.11.87, numa abordagem detalhada dos procedimentos em 4 (quatro) etapas distintas:

I - Prazos para procedimentos anteriores ao encerramento das contas de resultado;

II- Prazos para procedimentos posteriores ao encerramento das contas de resultado;

III-Procedimentos anteriores ao encerramento das contas de resultado;

IV -Procedimentos posteriores ao encerramento das contas de resultado;

A transparência dos valores que expressem com exatidão a situação patrimonial dos órgãos da Administração Pública Federal tem sido a meta constante proposta pela Secretaria de Controle e Fiscalização-SEFIC.

Com isso foi possível obter da Secretaria da Receita Federal a informação do total do endividamento do Tesouro Nacional perante os contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, em consequência do parcelamento do Imposto de Renda a Restituir do exercicio de 1986, ano base 1985, com estimativa de restituição em 1988 e 1989. A inserção desses compromissos nos registros contábeis acarretou reflexo negativo no resultado patrimonial do exercício. Entretanto, esse aspecto negativo será revertido por ocasião da liquidação do débito.

A inclusão do montante dos avais de responsabilidade direta do Tesouro Nacional, nas contas contábeis representativas de controle, registra outro avanço expressivo atingido no exercício, mediante empenho da Secretaria de Controle e Fiscalização.

Para obtenção dos valores finais dessas responsabilidades foram indispensáveis seguidos encontros promovidos entre setores da Secretaria do Tesouro Nacional com participação ativa da SEFIC.

Como ficou informado em item anterior, a Secretaria do Tesouro Nacional será responsável pela execução orçamentária e financeira, a partir de 1988, das operações dos fundos e programas de crédito para fomento, cuja administração coubera ao Banco Central do Brasil até 31/12/87.

Por se tratar de operações estranhas ao Tesouro Nacional até então, a implantação das rotinas operacionais, a nível de ingresso, desembolso e as correspondentes adequações nos registros contábeis demandaram sistemáticas reuniões de técnicos do setor de gestão do citado fundo com responsáveis pela SEFIC.

Após sucessivos estudos e apreciação das alternativas propostas, foi possível ajustar a rotina operacional desses recursos nos aspectos de execução e de registros contábeis com resultado nos demonstrativos de ingresso e dispêndio da União.

Através da Norma de Execução no.9, de 14.5.87, a Secretaria de Controle e Fiscalização consolidou os procedimentos contábeis relativos às operações de crédito e Emolumentos Consulares, com trânsito pelas contas do Tesouro Nacional, e outras disposições da Portaria no.96, de 28/4/87 do Ministério da Fazenda.

Dessa forma, ficaram definidos os procedimentos contábeis para as operações de crédito internas e externas em moeda, em bens e ou serviços, podendo ser retratados no órgão de vinculação da operação negociada, com indicativo da dívida assumida.

Paralelamente, a Secretaria de Controle e Fiscalização investiu de forma maciça no aprimoramento dos recursos humanos diretamente envolvidos na execução orçamentária e financeira e também dos responsáveis pela contabilidade dos órgãos da Administração Pública Federal.

Periodicamente foram convocadas equipes isoladas ou conjuntas de técnicos dos órgãos componentes do Sistema de Controle Interno ou equivalentes, para participarem de seminários envolvendo rotinas e procedimentos, como forma de sustentação básica das inovações do Plano de Contas e do Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAFI.

Esses treinamentos foram prestados em algumas vezes nos ambientes internos da Secretaria do Tesouro Nacional, como forma de melhor aproveitamento de equipamentos disponíveis, e em outras ocasiões foram levados a ambientes externos para abranger em mais alta escala os usuários da administração pública em geral.

Atribuições normativas de Auditoria.

No exercício de 1987 a Secretaria do Tesouro Nacional implementou a atividade de normas e procedimentos, com a colaboração da Subsecretaria de Auditoria, no objetivo de dar suporte aos trabalhos internos de auditoria e desenvolver as tarefas inerentes à supervisão dos órgãos setoriais.

Merecem enfoque especial as seguintes atividades desta área:

- Organização de roteiro para trabalho de auditoria de recursos externos;
- Implantação do cadastro de Empresas Privadas de Auditoria;
- Colaboração prestada na elaboração da Instrução Normativa sobre gastos públicos;
- Elaboração do Manual de Normas do Sistema de Auditoria;
- Elaboração da Instrução Normativa STN no.18/87 sobre Tomada de Contas e Prestação de Contas;
- Levantamento das atividades de auditoria na área das Secretarias de Controle Interno;
- Assessoramento nos contratos firmados entre a Secretaria do Tesouro Nacional, executores de projetos financiados e Empresas Públicas de Auditoria; e
- Elaboração do regimento interno da Subsecretaria de Auditoria.

As atividades regulares de auditoria de Tomada de Contas e de Prestação de Contas dos órgãos e entidades que compõem a administração pública federal, relativas ao exercício financeiro de 1986, foram realizadas pelas Secretarias de Controle Interno e órgãos equivalentes do Sistema de Controle Interno como órgãos setoriais.

Apesar da reconhecida e prolongada carência de pessoal técnico qualificado que se verifica continuadamente nos órgãos setoriais do Sistema, percebe-se, dentro de um contexto adverso, progressos que podem ser considerados relevantes, na medida em que contribuíram para elevação do padrão qualitativo dos trabalhos e evolução metodológica na abordagem técnica dos serviços. Esse novo método, empregado na consecução das tarefas, permitiu que fossem plenamente cumpridos os prazos estabelecidos em lei, para a realização das auditorias ordinárias. Alcançou-se assim, resultado inédito, merecedor de destaque, refletindo todo um esforço conjunto, coordenado pela STN, através de uma política descentralizada de desenvolvimento de recursos humanos, observando sempre a autonomia administrativa de cada CISET ou equivalente.

Destaque-se, ainda, que algumas CISETs vêm adotando a auditoria de acompanhamento na análise de gestão dos recursos públicos, medida que deverá ser incentivada e difundida em todo o sistema, pois funciona como um forte instrumento de controle e avaliação, e certamente dará maior transparência aos gastos efetuados no âmbito da administração pública.

As atividades de auditoria desenvolvidas pelas CISETs no exercício de 1987, estão evidenciadas no Mapa Resumo a seguir:

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO FEDERAL
MAPA RESUMO - EXERCÍCIO DE 1987

CISET	TOMADA DE CONTAS	PRESTAÇÃO DE CONTAS	CONVENIOS	ESPECIAIS	OUTROS	TOTAL DE AUDITORIAS
CSN......	1	0	0	1	0	2
EMFA.....	6	2	0	1	0	9
MA.......	59	29	5	4	4	101
MAER.....	82	10	0	1	2	95
MC.......	22	34	0	0	247	303
MCT......	11	5	0	0	4	20
MEC......	81	81	0	0	0	162
MEX......	485	4	72	3	249	813
MF.......	190	67	0	82	20	359
MHU......	13	2	385	0	0	400
MIC......	21	24	0	32	20	97
MINC.....	16	6	0	1	5	28
MINTER...	5	32	0	6	10	53
MIRAD....	15	1	26	7	0	49
MJ.......	68	5	106	1	0	180
MM.......	199	0	1	0	438	638
MME......	45	64	0	0	0	109
MPAS.....	3	33	0	0	41	77
MPF......	25	0	0	0	3	28
MRE......	18	0	14	0	0	32
MS.......	93	18	0	29	0	140
MI.......	7	27	0	9	1	44
MTB......	184	134	137	12	0	467
PR.......	6	1	0	1	0	8
SEDAP....	0	0	21	5	0	26
SEPLAN...	9	19	128	0	0	156
SNI......	17	1	0	0	0	18
TOTAL	1.681	599	895	195	1.044	4.414
PERCEN.	38,08%	13,57%	20,28%	4,42%	23,65%	100,00%

CERTIFICADOS EMITIDOS

PLENO	1.747	-	68,78%
RESTRITIVO	679	-	26,73%
IRREGULAR	114	-	4,49%
TOTAL	2.540	-	100,00%

PARTE V

ANEXOS

1. DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO
2. SUMÁRIO DE ALTERAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
3. DEMONSTRATIVO DA CONTA PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DIVIDA ATIVA DA UNIAO	EXERCICIO	MES
SUBTITULO		1987	DEZEMBRO
GESTAO	TESOURO NACIONAL	EMISSAO 31/12/87	FOLHA 164

UNIDADES FEDERATIVAS	SALDO - 1986	INSCRICAO	RECEBIMENTO	CANCELAMENTO	CORRECAO MONETARIA E OUTROS ACRESCIMOS	SALDO PARA 1988
ACRE	6 639,69	434 006,10	3.120 037,29	474 042,16	121.383.632,18	118.230 198,52
ALAGOAS	3.272.969,33	5.813.505,15	12.383.883,49	15 056.088,31	1.372.619.791,53	1.354.266.294,21
AMAPA	-	-	-	-	-	-
AMAZONAS	42.819 377,41	35.010.986,38	68 421.933,98	90.295.065,06	3.519.466.756,62	3.438.580.121,37
BAHIA	33.210.015,14	20.628.674,89	62.025 524,53	97 169.191,55	4.069.755.512,81	3.964.399.486,76
CEARA	38 680 799,90	12 637 567,52	28 035 251,48	47 244 281,53	2 138 240 816,95	2 114 279 651,36
DISTRITO FEDERAL	4 260 840,13	29 915 000,52	66 891 406,15	36.767.993,18	1.176.670.427,59	1.107.186.868,91
ESPIRITO SANTO	70 640 509,65	8.687 089,42	30 064.215,47	27.911 742,64	2.676.646.777,30	2.697.998.418,26
GOIAS	216.569,21	11 284.476,69	35.929.026,73	31.319.000,83	1 458.080.254,33	1 402.333.272,67
MARANHAO	3.035.497,61	5.792.120,38	12.056 424,41	12.616.225,92	672.736.652,50	656.891.620,16
MATO GROSSO	139 791 709,66	25.383 379,95	13.049.301,58	10.857.453,21	2.159.844 389,86	2.301.112.724,68
MATO GROSSO DO SUL	98 322 009,51	9 744 520,58	12 626 097 60	15.126 537,74	4 794 156.714,06	4.874 470 608,75
MINAS GERAIS	284 399 052,87	101 459.997,10	193 075 631,36	264 356 467,44	12.602.114.882,50	12.530.541.833,67
PARA	26 724 157,64	71.766 525,14	25 128.047,08	34.928.097,45	3.924.630.995,67	3.963.065.533,92
PARAIBA	15.946 830,73	6.912.714,56	15.010.023,99	26.719.944,50	1.792.037.550,68	1.773.167.127,48
PARANA	103.737.849,52	45.177.965,75	101.317.923,68	127.655.565,73	7.294.207.969,21	7.214.150.295,07
PERNAMBUCO	25 232 488,92	18 187 526,81	82.538 507,42	103 126.262,05	5.859 244.692,65	5.716.999.938,91
PIAUI	596.273,97	4.868.341,67	4.334.902,32	3.790.953,29	216.615.405,60	213.954.165,63
RIO DE JANEIRO	859 052 633,90	5 849 033 101,39	1 224 160 236,75	20 956 422 942,44	74 742 379 343,34	59 269 881 899,44
RIO GRANDE DO NORTE	6 768 949,20	6 516 167,04	29 439 618,54	27.251.501,84	3.268.103.928,09	3.224.697 923,95
RIO GRANDE DO SUL	1.456 194.737,03	90.474.613,63	270.406.165,19	221.112.791,66	21.276.177.438,29	22.331.327.832,10
RONDONIA	-	-	-	-	-	-
RORAIMA	-	-	-	-	-	-
SANTA CATARINA	185.294.682,25	63.696.920,40	108.881.674,98	139.466.675,85	4 751.352.885,60	4.751.996.137,42
SAO PAULO	506 160 689,83	858.671 539,69	1.938.275.362,93	2.135.220.675,64	159.001.673.402,05	156.293.009.593,00
SERGIPE	45.223.667,30	8.546.360,36	9.942.264,37	11.569.674,49	566.737.550,84	598.995 639,64
TOTAL	3 949 588 950,40	7 290 643 101,12	4.347 113 461,38	24 436 459 174,51	319 454 877 770,25	301 911 537 185,88

MINISTERIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	SUMARIO DE ALTERACOES DA ADMINISTRACAO INDIRETA - 1987
SUBTITULO	
GESTAO	

EXERCICIO: 1987 · MES: DEZEMBRO
EMISSAO: 31/12/87 · FOLHA: 165

ITEM	ENTIDADE	VINCULACAO ANTERIOR	VINCULACAO ATUAL
01	RECURSOS PROPRIOS		CONSELHO DE SEGURANCA NACIONAL
02	RECURSOS PROPRIOS		ESTADO MAIOR DAS FORCAS ARMADAS
03	RECURSOS PROPRIOS		SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - PR
04	RECURSOS PROPRIOS		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PUBLICA
05	RECURSOS PROPRIOS		SEC EXECUTIVA DO PROG NAC DE IRRIGACAO
06	COMPANHIA DE DESENV DO VALE DO SAO FRANCISCO	MINISTERIO DO INTERIOR	SEC EXECUTIVA DO PROG NAC DE IRRIGACAO
07	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS E SANEAMENTO	MIN. DESENV. URBANO E MEIO AMBIENTE	SEC EXECUTIVA DO PROG NAC DE IRRIGACAO
08	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS	MINISTERIO DO INTERIOR	SEC EXECUTIVA DO PROG NAC DE IRRIGACAO
09	RECURSOS PROPRIOS		MINISTERIO DA AERONAUTICA
10	FUNDO AEROVIARIO		MINISTERIO DA AERONAUTICA
11	RECURSOS PROPRIOS		MINISTERIO DA AGRICULTURA
12	FUNDO GERAL DO CACAU CONVENIOS		MINISTERIO DA AGRICULTURA
13	RECURSOS PROPRIOS		MINISTERIO DA EDUCACAO
14	FUND DE ENSINO SUPERIOR DE SAO JOAO DEL REI		MINISTERIO DA EDUCACAO
15	RECURSOS PROPRIOS		MINISTERIO DO EXERCITO
16	RECURSOS PROPRIOS		MINISTERIO DA FAZENDA
17	FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA		MINISTERIO DA INDUSTRIA E DO COMERCIO
18	RECURSOS PROPRIOS		MINISTERIO DO INTERIOR
19	COMPANHIA BRASILEIRA DE DESENV DE BARCARENA	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - PR	MINISTERIO DO INTERIOR
20	RECURSOS PROPRIOS		MINISTERIO DA JUSTICA
21	FUNDO NAVAL		MINISTERIO DA MARINHA
22	FUNDO DE ESTUDOS DO MAR		MINISTERIO DA MARINHA
23	RECURSOS PROPRIOS		MINISTERIO DAS MINAS E ENERGIA
24	RECURSOS PROPRIOS		MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES
25	RECURSOS PROPRIOS		MINISTERIO DA SAUDE
26	RECURSOS PROPRIOS		MINISTERIO DO TRABALHO
27	FUNDO DE ASSISTENCIA AO DESEMPREGADO		MINISTERIO DO TRABALHO
28	FUNDO ESP SERV NAC INF PROF RURAL		MINISTERIO DO TRABALHO
29	FUNDO CONTA ESPECIAL EMPREGO E SALARIO		MINISTERIO DO TRABALHO
30	FUNDO RODOVIARIO NACIONAL		MINISTERIO DOS TRANSPORTES
31	FUNDACAO NACIONAL DE ARTES CENICAS		MINISTERIO DA CULTURA

TITULO	SUMARIO DE ALTERACOES DA ADMINISTRACAO INDIRETA - 1987	EXERCICIO	MES
SUBTITULO		1987	DEZEMBRO
GESTAO		EMISSAO 31/12/87	FOLHA 166

ITEM	ENTIDADE	VINCULACAO ANTERIOR	VINCULACAO ATUAL
32	FUNDO DE PROMOCAO CULTURAL	-	MINISTERIO DA CULTURA
33	RECURSOS PROPRIOS	-	MIN. DESENV. URBANO E MEIO AMBIENTE
34	BANCO NACIONAL DE HABITACAO	MIN. DESENV URBANO E MEIO AMBIENTE	INCORPORADO A CAIXA ECONOMICA FEDERAL
35	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	MINISTERIO DA FAZENDA	MIN DESENV. URBANO E MEIO AMBIENTE
36	RECURSOS PROPRIOS	-	MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
37	FUNDO NACIONAL DE DESENV CIENTIFICO E TECNOLOGICO	-	MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
38	FUNDO DE AMPARO A TECNOLOGIA	-	MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
39	RECURSOS PROPRIOS	-	MIN. DA REFORMA E DO DESENV. AGRARIO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRATIVO DA CONTA	EXERCICIO 1987	MES DEZEMBRO
SUBTITULO	PARTICIPACAO SOCIETARIA CODIGO 1.4.1.1.0.00.00		
GESTAO	TESOURO NACIONAL	EMISSAO 31/12/87	FOLHA 167

NOME DA SOCIEDADE	CAPITAL AUTORIZADO	CAPITAL SUBSCRITO — UNIAO — IMPORTANCIA	%	CAPITAL SUBSCRITO — OUTROS — IMPORTANCIA	%	TOTAL
MINISTERIO DA AERONAUTICA	498 916 160,55	498 916 160,55				498 916 160,55
TELECOMUNICACOES AERONAUTICA S/A	28 916 160,55	28 916 160,55	100,00			28 916 160,55
EMBRAER EMP BRAS DE AERONAUTICA	470 000 000,00	470 000 000,00	100,00			470 000 000,00
MINISTERIO DA AGRICULTURA	1 178 663 408,30	1 037 019 840,10		141 503 641,20		1 178 523 481,30
COALBRA-COQUE E ALCOOL DE MAD S/A	300 000,00	51 000,00	31,66	110 073,00	68,34	161 073,00
BNCC - BCO NAC CRED COOPERATIVO	1 178 362 408,30	1 036 968 840,10	88,00	141 391 568,20	12,00	1 178 362 408,30
MINISTERIO DAS COMUNICACOES	27 153 121 277,00	9 072 883 964,00		11 591 653 886,00		20 664 537 850,00
TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S/A	27 153 121 277,00	9 072 883 964,00	43,91	11 591 653 886,00	56,09	20 664 537 850,00
MINISTERIO DA CULTURA	69 639 656,21	67 303 833,94		2 335 822,27		69 639 656,21
EMP BRASILEIRAS DE FILMES S/A	69 639 656,21	67 303 833,94	96,65	2 335 822,27	3,35	69 639 656,21
MINISTERIO DA FAZENDA	66 096 000 000,00	19 306 641 600,00		46 789 358 400,00		66 096 000 000,00
BANCO DO BRASIL S/A	66 096 000 000,00	19 306 641 600,00	29,21	46 789 358 400,00	70,79	66 096 000 000,00
MINIST. DA INDUSTRIA E DO COMERCIO	229 676 792 795,63	179 572 005 381,84		35 663 350 747,06		215 235 356 128,90
CIA. SIDERURGICA NACIONAL	23 086 940 464,00	93 579 612,00	0,41	22 993 360 852,00	99,59	23 086 940 464,00
SIDERURGIA BRASILEIRA S/A SIDERBRAS	206 589 852 331,63	179 478 425 769,84	93,41	12 669 989 895,06	6,59	192 148 415 664,90
MINISTERIO DO INTERIOR	3 953 232 907,61	3 928 622 321,19		1 046 198 329,92		4 974 820 651,11
BCO DA AMAZONIA S/A - BASA	602 920 900,00	602 920 900,00	77,55	174 587 931,00	22,45	777 508 831,00
BCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A-BNB	3 150 000 000,00	3 150 000 000,00	80,59	758 669 608,00	19,41	3 908 669 608,00
BCO DE RORAIMA S/A BANRORAIMA	49 012 469,37	49 012 469,37	83,92	9 388 645,85	16,08	58 401 115,22
CIA SIDERURGICA DA AMAZONIA	151 299 538,24	126 688 951,82	55,02	103 552 145,07	44,38	230 241 096,89
MINISTERIO DAS MINAS E ENERGIA	182 379 224 503,04	114 981 008 120,11		62 687 445 284,82		177 668 453 404,93
CIA PESQ DE RECURSOS MINERAIS	349 599 605,79	250 114 132,70	91,45	23 381 378,11	8,55	273 495 510,81
CIA. AUX DE EMP ELET. BRASILEIRAS	92 952 000,00	75 804 665,00	81,55	17 147 335,00	18,45	92 952 000,00
CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS	88 071 586 204,27	58 661 535 217,97	66,61	29 410 050 986,30	33,39	88 071 586 204,27
PETROLEO BRASILEIRO S/A	50 317 859 850,00	25 662 109 050,00	51,00	24 655 750 800,00	49,00	50 317 859 850,00
EMP NUCLEARES BRASILEIRAS	26 933 457 722,42	22 302 948 858,42	100,00	828 793,47		22 303 777 651,89
CIA VALE DO RIO DOCE - CVRD	14 945 675 846,66	7 641 995 480,80	51,13	7 303 680 365,86	48,87	14 945 675 846,66
IND CARBOQUIMICA CATARINENSE S/A	766 087 151,00	12 417 174,22	1,63	749 283 044,18	98,37	761 700 218,40
CIA EST DE GAS DO RIO DE JANEIRO	901 406 122,90	374 083 541,00	41,50	527 322 581,90	58,50	901 406 122,90
MINIST.DA PREV. E ASSIST.SOCIAL	12 299 602,14	10 878 850,38		1 420 751,76		12 299 602,14
HOSPITAL N.S. DA CONCEICAO S/A	10 879 202,14	10 154 393,24	93,34	724 808,90	6,66	10 879 202,14
HOSPITAL FEMINA S/A	800 000,00	408 028,80	51,00	391 971,20	49,00	800 000,00
HOSPITAL CRISTO REDENTOR S/A	620 400,00	316 428,34	51,00	303 971,66	49,00	620 400,00
MINISTERIO DOS TRANSPORTES	56 200 443 511,43	54 215 555 940,20		1 984 887 571,23		56 200 443 511,43
CIA. DE NAV DO SAO FRANCISCO	27 409 609,24	27 327 380,41	99,70	82 228,83	0,30	27 409 609,24
REDE FERROV. FEDERAL S/A - RFFSA	55 044 601 713,64	53 062 996 051,96	96,40	1 981 605 661,68	3,60	55 044 601 713,64
CIA. DE NAV LLOYD BRASILEIRO	1 035 495 380,00	1 032 295 699,28	99,69	3 199 680,72	0,31	1 035 495 380,00
EMPRESA DE NAV DA AMAZONIA ENASA	43 701 056,73	43 701 056,73	100,00			43 701 056,73
SERV. DE NAV DA BACIA DO PRATA S/A	49 235 751,82	49 235 751,82	100,00			49 235 751,82

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRATIVO DA CONTA
SUBTITULO	PARTICIPACAO SOCIETARIA - CODIGO - 1.4.1.1.1.00.00
GESTAO	TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	MES	EMISSAO	FOLHA
1987	DEZEMBRO	31/12/87	168

NOME DA SOCIEDADE	CAPITAL INTEGRALIZADO					CAPITAL VOTANTE	
	UNIAO		OUTROS		TOTAL	UNIAO	OUTROS
	IMPORTANCIA	%	IMPORTANCIA	%		%	%
MINISTERIO DA AERONAUTICA	28 916 160,55	-	-	-	28 916 160,55	-	-
TELECOMUNIC. AERONAUTICA	28.916 160,55	100,00	-	-	28.916 160,55	100,00	-
MINISTERIO DA AGRICULTURA	1 037 019 840,10	-	141.503.641,20	-	1 178.523 481,30	-	-
COQUE E ALCOOL DE MADEIRA	10 698.200,00	98,98	110.073,00	1,02	10.808 273,00	-	-
BCO. NAC. CRED. COOPERATIVO	1.026 321.640,10	87,89	141.393.568,20	12,11	1.167.715.208,30	87,77	12,23
MINIST. DAS COMUNICACOES	7.141.923 703,56	-	-	-	7.141.923 703,56	-	-
TELECOM. BRASILEIRAS S/A	7.141 923.703,56	100,00	-	-	7.141.923.703,56	-	-
MINISTERIO DA CULTURA	69.639.656,21	-	-	-	69.639.656,21	-	-
EMP. BRAS. DE FILMES S/A	69.639.656,21	100,00	-	-	69.639.656,21	96,65	3,35
MINISTERIO DA FAZENDA	19.306 641 600,00	-	46.789.358 400,00	-	66.096.000.000,00	-	-
BANCO DO BRASIL S/A	19.306.641.600,00	29,21	46.789.358.400,00	70,79	66.096 000 000,00	51,00	49,00
MINISTERIO IND. COMERCIO	179.572.005.381,84	-	35 663 350.747,06	-	215.235.356.128,90	-	-
CIA. SIDERG. NACIONAL - CSN	93.579.612,00	0,41	22 993.360.852,00	99,59	23.086.940.464,00	0,41	99,59
SIDERURGIA BRASILEIRA S/A	179.478.425.769,84	93,41	12.669.989.895,06	6,59	192.148.415.664,90	93,41	6,59
MINISTERIO DO INTERIOR	1.536 787 570,72	-	1.046.167.263,14	-	2.582 954.833,86	-	-
BANCO DO AMAZONIA S/A	307.500.073,02	63,79	174 587.931,00	36,21	482 088.004,02	51,00	49,00
BANCO DO NORD. DO BRASIL	1.075.782 234,38	58,64	758.669.608,00	41,36	1.834.451.842,38	51,34	48,66
BANCO DE RORAIMA S/A	33.125.328,93	77,92	9.388.645,85	22,08	42.513.974,78	67,58	32,42
CIA. SIDERURG. DA AMAZONIA	120.379.934,39	53,76	103.521.078,29	46,24	223.901.012,68	89,71	10,29
MINIST. DAS MINAS E ENERGIA	114 981.008 120,11	-	62.534.206.243,92	-	177.515 214.364,03	-	-
CIA. PESC. REC. MINERAIS	250.114.132,70	91,45	23.381.378,11	8,55	273.495.510,81	91,00	9,00
CIA. AUX. EMP. ELET. BRAS.	75 804 665,00	81,55	17.147.335,00	18,45	92.952.000,00	82,00	18,00
CENTRAIS ELET. BRASILEIRAS	58.661.535 217,97	66,61	29.410 050 986,30	33,39	88 071.586 204,27	67,00	33,00
PETROLEO BRASILEIRO S/A	25 662. 109 050,00	51,00	24.655.750 800,00	49,00	50 317.859 850,00	51,00	49,00
EMPRESAS NUCL. BRASILEIRAS	22.302 948.858,42	100,00	828.793,47	-	22.303.777.651,89	100,00	-
CIA. VALE DO RIO DOCE	7.641.995 480,80	51,13	7.303.680.365,86	48,87	14.945.675.846,66	51,00	49,00
IND. CARB. CATARINENSE S/A	12.417.174,22	1,63	749.283.044,18	98,37	761.700.218,40	2,00	98,00
CIA. ESTADUAL DE GAS DO RJ	374.083.541,00	50,00	374.083.541,00	50,00	748.167.082,00	50,00	50,00
MINIST. PREV. ASSIST. SOCIAL	10.878.850,38	-	1.420.751,76	-	12.299.602,14	-	-
HOSP. N.S. DA CONCEICAO	10.154.393,24	93,34	724.808,90	6,66	10.879.202,14	-	-
HOSPITAL FEMINA S/A	408.028,80	51,00	391.971,20	49,00	800.000,00	-	-
HOSP. CRISTO REDENTOR S/A	316.428,34	51,00	303.971,66	49,00	620.400,00	-	-
MINISTERIO DOS TRANSPORTES	54.215.555.940,20	-	1.984.887.571,23	-	56.200.443.511,43	-	-
CIA. NAV. DO S. FRANCISCO	27.327.380,41	99,70	82.228,83	0,30	27.409.609,24	99,70	0,30
REDE FERROV. FEDERAL S/A	53.062.996.051,96	96,40	1.981.605.661,68	3,60	55.044 601.713,64	96,40	-
CIA. NAV. LLOYD BRASILEIRO	1.032.295 699,28	99,69	3.199.680,72	0,31	1.035.495.380,00	99,69	0,31
EMP. NAV. DA AMAZONIA	43.701.056,73	100,00	-	-	43.701.056,73	100,00	-
SERV. NAV. BACIA DA PRATA	49.235.751,82	100,00	-	-	49.235.751,82	100,00	-

L 104020 11R

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRATIVO DA CONTA
SUBTITULO	PARTICIPACAO SOCIETARIA - CODIGO - 1.4.1.1.2.00.00
GESTAO	TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	MES	EMISSAO	FOLHA
1987	DEZEMBRO	31/12/87	169

NOME DA SOCIEDADE	CAPITAL A INTEGRALIZAR					CAPITAL VOTANTE	
	UNIAO		OUTROS		TOTAL	UNIAO	OUTROS
	IMPORTANCIA	%	IMPORTANCIA	%		%	%
MINISTERIO DA AERONAUTICA	470.000.000,00	-	-	-	470.000.000,00	-	-
EMP. BRAS. DE AERONAUTICA	470.000.000,00	100,00	-	-	470.000.000,00	-	-
MINISTERIO DA AGRICULTURA	140.090.000,00	-	-	-	140.090.000,00	-	-
BCO. NAC. CRED. COOPERATIVO	140.090.000,00	100,00	-	-	140.090.000,00	-	-
MINIST. DAS COMUNICACOES	3.710.017.000,00	-	-	-	3.710.017.000,00	-	-
TELEC. COMUNICACOES S/A	3.710.017.000,00	100,00	-	-	3.710.017.000,00	-	-
MINISTERIO DA CULTURA	646.233.614,26	-	22.399.199,25	-	668.632.813,51	-	-
EMP. BRAS. DE FILMES S/A	646.233.614,26	96,65	22.399.199,25	3,35	668.632.813,51	-	-
MINISTERIO DO INTERIOR	2.162.209.183,30	-	-	-	2.162.209.183,30	-	-
BANCO DA AMAZONIA S/A	1.010.000.000,00	100,00	-	-	1.010.000.000,00	-	-
BANCO NORDESTE DO BRASIL	1.000.000.000,00	100,00	-	-	1.000.000.000,00	-	-
BANCO DE RORAIMA S/A	-	-	-	-	-	-	-
CIA. SIDERG. DA AMAZONIA	152.209.183,30	100,00	-	-	152.209.183,30	-	-
MINISTERIO DOS TRANSPORTES	25.452.681.235,19	-	-	-	25.452.681.235,19	-	-
CIA DE NAV. S.FRANCISCO	5.261.000,00	100,00	-	-	5.261.000,00	-	-
REDE FERROV. FEDERAL S/A	21.341.945.000,00	100,00	-	-	21.341.945.000,00	-	-
CIA. NAV. LLOYDS BRASILEIRO	5.000.000,00	100,00	-	-	5.000.000,00	-	-
EMP. NAV. DA AMAZONIA S/A	27.114.235,19	100,00	-	-	27.114.235,19	-	-
SERV. NAV. BACIA DA PRATA	36.271.000,00	100,00	-	-	36.271.000,00	-	-
CIA BDRAS. DE TRENS URBANOS	4.013.790.000,00	100,00	-	-	4.013.790.000,00	-	-
EMP.DE TRENS.URB.DE P.ALEGRE S/A	23.300.000,00	100,00	-	-	23.300.000,00	-	-

1 104020 118